



# Conjuntura Austral

Revista do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais/UFRGS

**A CRISE UCRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AS AMBIÇÕES ESTRATÉGICAS DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁSIA CENTRAL: O REALISMO DOS ESTADOS UNIDOS**

**NORTH KOREA: IDEOLOGY, WAR, AND VIOLENCE**

**ROBOTIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SECURITÁRIAS DO USO DE DRONES NA ERA DIGITAL**

**COOPERAÇÃO E SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA CUBANA: A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA SOCIAL**

**RESENHA DO LIVRO "THE CARTOGRAPHIC STATE MAPS, TERRITORY, AND THE ORIGINS OF SOVEREIGNTY"**



Conjuntura Austral



#### **FOCO E ESCOPO**

*CONJUNTURA AUSTRAL* é uma publicação Bimestral, em formato digital, do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS (NERINT), que publica trabalhos de relações internacionais com foco nos países que integram o Hemisfério Sul. Nesse sentido, tem como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas da agenda de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

A revista publica contribuições na forma de análises de conjuntura, artigos científicos e resenhas bibliográficas, cuja temática se situe na grande área de Estratégia e Relações Internacionais, com especial interesse nos temas relacionados aos países do hemisfério Sul político e suas estratégias de segurança e desenvolvimento.

#### **Missão**

Promover o debate e a reflexão sobre a conjuntura internacional, com ênfase nos processos de interesse imediato dos países em desenvolvimento.

#### **FOCUS AND SCOPE**

*CONJUNTURA AUSTRAL* is a bimonthly publication of NERINT (Center for International Relations and Strategic Studies), in digital format, that publishes international relations papers focusing on the countries that integrate the Southern Hemisphere. In that sense, its geographic coverage area comprises Africa, Asia and Latin America, in the perspective of great subjects of the security, diplomacy and development agendas.

The journal publishes contributions in the form of conjuncture analyses, articles and book reviews, about themes that lie in the vast area of Strategy and International Relations, with special interest in issues related to countries situated in the political South and their security and development strategies.

#### **Mission**

Promoting consideration and academic debate on the international conjuncture, with emphasis on processes of immediate interest in the developing countries.

### **CONSELHO EDITORIAL/ Editorial Board**

Adam Habib (University of Johannesburg, África do Sul)

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil)

Antonio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília, Brasil)

Bertrand Badie (Sciences Po, França)

Boris F. Martynov (Academia de Ciências da Rússia/ *Russian Academy of Sciences*)

Carlos Arturi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília, Brasil)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Immanuel Wallerstein (Yale University, Estados Unidos)

Marcos Costa Lima (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Mehdi Parvizi Amineh (University of Amsterdam, Holanda)

Samuel Pinheiro Guimarães (Alto Representante-Geral do Mercosul/ *High General Representative of the Mercosur*)

Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Willians Gonçalves (Universidade Federal Fluminense / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

### **COMITÊ EDITORIAL/ Editorial Committee**

André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Editor

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Editor Adjunto

André Moreira Cunha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

Marco Aurélio Chaves Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

Eduardo Ernesto Filippi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

Luiz Augusto Faria (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

### **Assistente de Edição / Edition Assistant**

Roberta Preussler dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

### **CONTATO / Contact:**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil

Tel: +55 51 3308-3963 ou +55 51 3308-7150 Fax: +55 51 3308-3963

e-mails: [ppgee@ufrgs.br](mailto:ppgee@ufrgs.br), [reisdasilva@hotmail.com](mailto:reisdasilva@hotmail.com), [nerint@ufrgs.br](mailto:nerint@ufrgs.br) ou [robertapreussler@gmail.com](mailto:robertapreussler@gmail.com).



## Volume 5, Número 23 (Abr. Mai. 2014)

### ANÁLISE DE CONJUNTURA

- A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais..... 4  
*Fabiano Mielniczuk*

### ARTIGOS

- As ambições estratégicas das grandes potências na Ásia Central: o realismo dos Estados Unidos..... 20  
*Paulo Duarte*
- North Korea: ideology, war, and violence..... 63  
*Bruno Gomes Guimarães*
- Robotização: Implicações Políticas e Securitárias do Uso de Drones na Era Digital..... 83  
*Thiago Borne*
- Cooperação e soft power na política externa cubana: a emergência da Diplomacia Social..... 101  
*Marcos Antonio da Silva, Guillermo Alfredo Johnson, Anatólio Medeiros Arce*

### LEITURA

- Resenha do livro “The Cartographic State Maps, Territory, and the Origins of Sovereignty” de Jordan Branch..... 122  
*Thiago Correa Malafaia*

- NORMAS DE SUBMISSÃO / SUBMISSION..... 125**

## **A CRISE UCRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

The Ukrainian Crisis and its implications to International  
Relations

*Fabiano Mielniczuk*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Desde o fim da guerra fria, o Ocidente, representado pela OTAN e pela UE, iniciou sua expansão para a área de influência da antiga URSS. A justificativa oficial baseava-se na hipótese de que a segurança do continente dependeria da implementação de regimes com democracia política e economia de mercado na região, tendo em vista que “democracias não lutam contra democracias”. Todavia, na prática, o processo de expansão representou a manutenção das políticas de contenção à URSS aplicadas agora à Rússia, uma vez que esse país foi deixado de fora dos arranjos institucionais pensados pelos ocidentais. Aliada a uma grave crise econômica dos anos 1990, tal exclusão fomentou o antiocidentalismo na população russa, sentimento importante para se entender a legitimidade de iniciativas antagônicas aos interesses ocidentais por parte de seu governo (ARBATOV 1993; LYNCH 2001; MIELNICZUK 2014).

Desde sua independência a Ucrânia soube se valer de sua posição intermediária, e utilizou a Europa e os EUA para contrabalançar a influência russa e a Rússia para contrabalançar a influência dos ocidentais. Rússia e Ucrânia quase entraram em guerra nos anos 1990 devido aos movimentos separatistas da Criméia e às disputas em torno da base militar de Sevastopol e do arsenal nuclear, ambos legados da URSS (SIMONSEN 2000). Nesse período, o apoio dos europeus e dos norte-americanos foi fundamental

---

<sup>1</sup> Doutor em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, Diretor da Audiplo: Educação e Relações Internacionais, Pesquisador do Grupo de Pesquisas sobre Potencias Médias (PUC-Minas) e professor da Uniritter (Porto Alegre). Email: fpmiel@gmail.com.

para que os ucranianos equilibrassem as relações com a Rússia. No final dos anos 1990, com a desilusão dos ucranianos a respeito dos pífios resultados econômicos, ocorreu uma inflexão pró-Rússia. Os generosos subsídios oferecidos por esse país ao setor energético ucraniano trouxeram conforto para uma elite política que se mantinha no poder por meio de práticas condenáveis (BALMACEDA 1998). Com a crescente e justificável insatisfação popular em relação à administração Kuchma e a ativa participação de governos ocidentais na Revolução Laranja, inaugurou-se uma nova fase europeia na Ucrânia, tendo como presidente Yushchenko (KUZIO 2005). Novamente, frente à falta de assertividade da Europa em promover mudanças econômicas, o apoio da população ao pró-ocidentalismo do governo esmoreceu e a Ucrânia voltou a ter uma postura mais ponderada, com a eleição democrática de Yanukovich, mais próximo da Rússia (KUZIO 2010).

Yanukovich mantinha a clássica postura de barganhar com os dois vizinhos até que sua opção por abandonar as negociações de um acordo comercial com a UE e aderir a uma iniciativa econômica russa encontrou forte resistência da população e as manifestações que se seguiram resultaram em sua derrubada. Os acontecimentos anteriores a esse episódio e os desdobramentos posteriores ficaram conhecidos como a crise ucraniana, o ponto mais tenso nas relações entre a Rússia e o Ocidente desde o fim da Guerra Fria. Como o título sugere, o presente artigo trata da crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Para tanto, o texto está dividido em mais cinco seções. Na seção 2, são apresentados os acontecimentos que deram origem à crise e seus desdobramentos até a anexação da Criméia pela Rússia. Na seção 3, os argumentos ocidentais contra a anexação russa são contrastados com os argumentos russos, de modo que a lógica por trás das ações de Moscou fique mais clara. A seção 4 retoma os acontecimentos após a anexação da Criméia, com as tentativas fracassadas de evitar a escalada das tensões rumo a conflitos militares. Na seção 5, três possíveis cenários da crise ucraniana são sugeridos e suas implicações para as relações internacionais são avaliadas. As considerações finais apresentam uma crítica explícita à estratégia ocidental para lidar com a Ucrânia e reforçam a necessidade de se tratar da Rússia sem referências obsoletas ao período soviético.

### **Da crise à anexação da Criméia**

Os analistas que apóiam a aproximação da Ucrânia à UE afirmam que o pano de fundo para os protestos que levaram ao Golpe que derrubou Yanokovich foi a situação econômica do país. Com uma mentalidade dos anos 1990, reiteram que a única alternativa à Ucrânia seria a de aprofundar os laços econômicos com a UE, liberalizando (ou melhor, modernizando, no discurso oficial) sua economia e promovendo maior interdependência com a Europa como forma de fugir das chantagens econômicas russas (EDLER 2014). Entretanto, após o colapso econômico de 2009, quando a economia recuou 14% em razão da crise mundial de 2008, a Ucrânia tem tido níveis de crescimento compatíveis com os dos demais países europeus. Por outro lado, parece pouco provável que depois do vergonhoso resultado eleitoral de 2010, no qual o candidato à reeleição e líder da Revolução Laranja, o pró-ocidental Victor Yushchenko, obteve aprox. 5% de votos no primeiro turno, a população da Ucrânia fosse optar por uma ruptura institucional violenta que colocasse no poder líderes que vêem o FMI como salvação para a economia do país - o mesmo FMI que rompeu um acordo de empréstimo de 15 bilhões de dólares com a Ucrânia, em 2010, após Yushchenko aumentar o salário e as pensões dos ucranianos.

Parece que as causas para a crise ucraniana são mais complexas. Deve-se considerar, pelo menos, três fatores. Em primeiro lugar, a incapacidade do governo Yanukovich de resolver os problemas de transição para uma economia capitalista que o país enfrenta desde sua independência, em 1991, e que foi agravado pelas promessas de ganhos econômicos não cumpridas do período pós-Revolução Laranja de 2004. A falta de transparência na gestão do país e um ambiente corrupto para os negócios também entram nesse cenário de problemas não resolvidos (KUZIO 2006). A segunda causa diz respeito à uma tendência em toda a Europa, a ascensão de movimentos nacionalistas, com feições nazi-fascistas. Na Ucrânia essa tendência se materializou no partido Svoboda, que alcançou em torno de 10% do apoio da população nas últimas eleições parlamentares. Com um discurso baseado na xenofobia e na pureza nacional, contra russos e contra judeus, os adeptos desse partido fizeram parte de uma facção chamada

“setor de direita”, que esteve na vanguarda violenta dos movimentos na praça Maiden (FOXALL e KESSLER 2014). Por último, deve-se ressaltar o papel da UE, que estimulou a população da Ucrânia a tomar as ruas após o fracasso das negociações de adesão do país a um acordo de livre-comércio com a Europa. Essa postura de ingerência externa da UE nos assuntos ucranianos fica bastante explícita no famoso discurso de Durão Barroso sobre uma nova narrativa para a Europa, proferido na Assembléia Geral da Comissão Européia, em Milão, no dia 09 de dezembro de 2013. Em uma expressiva passagem, o diplomata é bastante taxativo sobre as manifestações de Kiev:

“When we see in the cold streets of Kiev, men and women with the European flag, fighting for that European flag, it is because they are also fighting for Ukraine and for their future. Because they know that Europe is not just the land of opportunity in terms of economic development, because they have seen what happened in Poland or what happened in the Baltic countries, but also because Europe is the promise of hope and freedom. And I think the European Union has the right and the duty to stand by the people of Ukraine in this very difficult moment, because they are giving to Europe one of the greatest contributions that can be given.” (BARROSO 2014)

Depois de ter acendido o pavio, os líderes Europeus foram cínicos ao negociar com opositores que não tinham legitimidade frente aos extremistas. Durante as manifestações, a extrema direita tomou conta da situação e passou a expulsar manifestantes pacíficos dos prédios ocupados. O “setor de direita” foi fundamental para isso. Existem, inclusive, laços dos nacionalistas ucranianos com grupos paramilitares que lutaram na Chechênia contra os russos, e a confirmação de que muitos “manifestantes” são paramilitares treinados. Esses grupos não tinham outro objetivo senão a derrubada do presidente (cf. o documentário *Ukraine Burning*, do VICE NEWS 2014).

Ademais, a União Européia e os Estados Unidos agiram de maneira precipitada ao reconhecerem um governo que derrubou um presidente democraticamente eleito e que é formado, também, por esses extremistas. A justificativa para tal posição se fundava na alegação de que o governo de Yanukovich havia sido responsável pela morte dos manifestantes em Kiev. No dia 05 de Março, o vazamento de uma gravação telefônica entre o Ministro das Relações Exteriores da Estônia, Sr. Urmas Paet, e a chefe das Relações Exteriores da UE, Sra. Catherine Asthon, deixa claro que os

Europeus sabiam que o início dos tiros feitos por *snippers* partiram de grupos relacionados às milícias ultra-nacionalistas, os quais buscavam como alvo tanto as forças policiais quanto os manifestantes (GANDER 2014). Isso reforça a alegação dos russos de que os acontecimentos de Kiev foram protagonizados por grupos que ameaçam a segurança dos russos no país e justificaria, portanto, a ocupação da Criméia.

De fato, no dia 16 de Março de 2014, pouco menos de um mês após da derrubada de Yanukovich, um referendo realizado na Criméia chancelou o futuro da região. Mais de 90% da população local votou pela incorporação de seu território à Rússia. Em poucos dias, o governo de Moscou oficializou a anexação e passou a considerar a Criméia como parte da Federação Russa. Logo, a tensão em torno da presença de militares ucranianos em bases localizadas na península foi dissipada por meio de acordos que garantiram sua retirada da região em segurança. Em poucas semanas, o primeiro-ministro russo, Dmitri Medvedev, visitou a Criméia e prometeu investimentos significativos por parte da Federação. Em meados de abril, o presidente Putin assinou um decreto restituindo os direitos dos tártaros na Criméia, em reconhecimento às injustas deportações promovidas por Stálin após o término da II Guerra Mundial (WILLIAMS 2014; KOROTAEV 2014).

### **Dois pesos e duas medidas? O Ocidente contra a Rússia**

Os europeus e norte-americanos acusam os russos de serem incoerentes, de defenderem o princípio da não-intervenção em outros casos e de o desrespeitarem no caso da Ucrânia. Todavia, as comparações são qualitativamente inadequadas. Sem manifestar juízo de valor a respeito da atitude russa sobre a península ucraniana, cabe lembrar que as últimas três intervenções (ou tentativas) condenadas pelos russos e lideradas pelos ocidentais são bastante diferentes do que aconteceu na Criméia.

A primeira foi baseada em mentiras - supostas ligações de Saddam com a Al-Qaeda e a existência de armas de destruição em massa foram comprovadamente fabricadas por setores do governo norte-americano para legitimar a invasão do Iraque, em 2003 (TAYLOR 2013; NORTON-TAYLOR 2013). A segunda, na Líbia, decorreu de uma divergência na interpretação de uma resolução do conselho de segurança das

Nações Unidas que, segundo os russos, não autorizava a intervenção, mas mesmo assim ela foi levada adiante. O próprio fato de haver uma resolução com apoio da Rússia indica um certo grau de cooperação entre as potências para a resolução da Crise na Líbia. Na visão dos russos, sua boa vontade foi retribuída com traição por parte do Ocidente (BOOTH 2011). Por último, a intervenção da Síria não ocorreu por conta da oposição russa e da proposição de um plano para a retirada das armas químicas do território sírio. Posteriormente, a justificativa utilizada pelo presidente Obama para que houvesse uma intervenção armada, de que o governo de Bashar Al Assad havia utilizado armas químicas contra os rebeldes, foi comprovada falsa por um estudo de especialistas do MIT (MACKENZIE 2014; PARRY 2013). De todo modo, nesses três casos, não existia um número significativo de cidadãos, sejam europeus, sejam norte-americanos, que estivessem em risco e pudessem justificar uma atitude belicosa contra um Estado soberano. Por trás da defesa de valores universais que legitimassem intervenções humanitárias, existiam também interesses econômicos bastante palpáveis.

No caso da Rússia, também existem interesses econômicos (gás) e geopolíticos (base militar de Sevastopol) em jogo, mas os termos nos quais essas questões tinham sido resolvidas nos últimos anos foram bastante favoráveis à Rússia, e não serviriam de motivação para uma ação militar. Aqui, ao que parece, as justificativas de intervenção humanitária não são vagas: existem quase 9 milhões de russos em território ucraniano, que viram o parlamento pós-Yanukovich tentar rebaixar sua língua do *status* de idioma oficial do país, e que temem a presença de nacionalistas anti-russos no governo provisório. A atitude russa é a materialização da promessa de que nenhum russo fora do território do seu país depois do fim da URSS seria tratado como cidadão de segunda classe. De fato, existiam em torno de 25 milhões de russos fora da Rússia depois do colapso da União Soviética, e a maioria deles foram desprovidos de seus direitos básicos (propriedade, idioma, emprego, voto, etc...) durante uma boa parte desse período. Na época, a fraqueza do governo de Ieltsin e seu alinhamento incondicional com o Ocidente impossibilitaram qualquer atitude proativa de Moscou para garantir esses direitos. Embora tenha sido bastante lenta, a incorporação dos países do leste na união Européia contribuiu para atenuar essa discriminação, mas não para terminar

definitivamente com ela. Pelo contrário, a UE aceitou a aberração jurídica criada pela Letônia e Estônia de chamar os russos que viviam nesses países desde a II Guerra Mundial de “não-cidadãos”, ou seja, pessoas que possuem todos os direitos dos cidadãos, mas que não possuem direito de votar ou de ocuparem cargos públicos (KOCHENOV e DIMITROVS 2013; RAUN 2011). Por conta desse precedente, a UE não tem legitimidade para garantir o respeito às minorias russas na Ucrânia, na visão da Rússia. Por esses motivos, a intervenção russa na Ucrânia não pode ser comparada às intervenções ocidentais em outros países.

### **Rumo à escalada do conflito**

Apesar da oposição das minorias tártaras e ucranianas, a anexação da Criméia ocorreu sem incidentes violentos graves e foi recebida com uma certa resignação pela comunidade internacional. A reação imediata dos EUA e da Europa restringiu-se à imposição de sanções econômicas a políticos próximos ao presidente Putin. Notou-se, inclusive, certa relutância dos europeus em defender medidas mais assertivas na esfera econômica por conta da dependência desses países em relação ao fornecimento de gás russo. Todavia, as consequências da incorporação de uma parte da Ucrânia pela Rússia após reconhecimento da vontade da população local logo foram sentidas em outros lugares. Na região separatista moldava da Transdnístria, que se mantém como um estado independente de fato desde o fim da URSS, a população russa solicitou à Moscou que procedesse a sua anexação ao território da Rússia. Quase que simultaneamente, militantes armados pró-Moscou tomaram várias cidades em Donetsk e Kharkiv. Temendo que o cenário da Criméia se repetisse nessas regiões, o governo de Kiev autorizou o envio de forças militares encarregadas de levar a cabo uma operação “antiterrorista” contra os russos rebelados. Composta por contingentes regulares do exército ucraniano e por membros da recém criada “Guarda Nacional” – organização que abrigara os paramilitares envolvidos nas manifestações da Maidan – as forças ucranianas não conseguiram retomar o controle sobre a região leste, apesar de algumas escaramuças terem resultado em baixas dos dois lados.

Em meio ao aumento das tensões, os encarregados dos assuntos estrangeiros da Rússia, dos Estados Unidos, da União Européia e do governo interino ucraniano reuniram-se em Genebra, no dia 17 de abril, e emitiram uma declaração comprometendo-se com o início do processo para a regularização da situação na Ucrânia, incluindo o envio de observadores de OSCE para o país (SHOTTER 2014). Entretanto, o documento não foi observado pelos grupos pró-Rússia, que se negaram a depor suas armas e a abandonar os prédios públicos ocupados, nem pelo governo interino de Kiev, que determinou o retomada das operações “antiterrorismo”. De fato, o encontro em Genebra produziu em palavras um resultado que contradiz a ação das partes envolvidas e por isso já nasceu seriamente ameaçado. Da parte ocidental, cabe lembrar que o anúncio das operações militares do governo de Kiev contra os grupos armados do leste ocorreu imediatamente após a visita de John Brennan, chefe da CIA, à Ucrânia (KAYLAN 2014). Da mesma forma, a retomada das iniciativas militares após a declaração de Genebra e a trégua de páscoa foi anunciada no dia em que o vice-presidente dos Estados Unidos encerrou uma visita oficial ao país (WILSON 2014). Do lado russo, a presença de aproximadamente 40 mil soldados de prontidão na fronteira com a Ucrânia contribui para encorajar os grupos para-militares pró-Moscou que ocupam as cidades do leste do país, embora o Kremlin afirme que não tenha relação alguma com a atuação desses (CENDROWICZ 2014). Mesmo sem controlar as operações paramilitares desses cidadãos ucranianos de origem russa, a Rússia dá a entender que qualquer tentativa de retomada dessas cidades pela força serviria como justificativa para uma nova incursão russa em território ucraniano.

A nova escalada nas tensões envolvendo a Ucrânia é fruto das estratégias adotadas tanto pelo Ocidente quanto pela Rússia. Com medo do “cenário da Criméia”, os Estados Unidos endossaram as medidas do governo interino para reaver o controle das cidades do leste, em que pese sua falta de capacidade militar para fazer frente a um possível conflito com a Rússia. Tendo em vista as reiteradas afirmações da OTAN de que o envolvimento militar da Aliança no conflito estaria descartado, essa postura implicou a aceitação do elevado risco de que o território da Ucrânia fosse mais uma vez ocupado pela Rússia, porém, desta vez, com graves conseqüências para a manutenção

do governo interino e do próprio estado ucraniano caso esse sofresse uma derrota militar. Em contrapartida, é razoável supor que a falta de empenho da Rússia em dissuadir os grupos rebeldes a depor as armas tenha sido vislumbrada como estratégia de pressão para que o governo de Kiev aceitasse discutir a federalização do país. Mas o governo interino, respaldado pelo Ocidente, negou-se a iniciar a elaboração de uma nova constituição antes das eleições presidenciais do dia 25 de maio. Nesse contexto, os grupos rebeldes deixaram de ser um meio para a consecução de um fim e tornaram-se um fim em si mesmo, não restando muito à Rússia senão honrar sua promessa de defendê-los quando o risco do conflito for iminente. Em suma, a estratégia de maximização dos ganhos de todos os envolvidos reduziu o espaço para a negociação, e o retrocesso na escalada parece cada vez menos provável.

### **Cenários possíveis e suas implicações para as relações internacionais**

Faz-se necessário questionar o motivo pelo qual o Ocidente e a Rússia estão assumindo riscos tão elevados na crise da Ucrânia. Prontamente, duas hipóteses se apresentam: ou os envolvidos não conseguem ver com clareza os riscos; ou assumem a possibilidade de diferentes cenários e, a partir do cálculo dos custos e benefícios de cada um deles, tomam suas decisões em busca do melhor resultado possível. Enquanto a primeira hipótese pode ser utilizada para explicar a eclosão das duas grandes guerras mundiais, não parece razoável supor que ela se aplique no caso ucraniano. Além das garantias dadas pela OTAN, deve-se ponderar que o arsenal nuclear da Rússia exerce um efeito dissuasório que garante o não envolvimento militar dos EUA e da Europa no conflito. Acrescente-se o fato de os russos exercerem forte influência econômica sobre a Europa por conta do fornecimento de energia, o que dificulta a coordenação de medidas comuns entre os aliados ocidentais. Ademais, a Rússia é reconhecidamente superior militarmente e sua intenção de intervir em partes da Ucrânia para defender os interesses dos russos já foi posta em prática no caso da Criméia. Portanto, é razoável supor que tanto o Ocidente quanto o governo interino da Ucrânia saibam que qualquer ação de maior monta contra os russos do leste desencadeará o uso da força por parte da Federação Russa.

Portanto, o respaldo dado pelo Ocidente ao governo interino da Ucrânia em suas ações contra os russos no leste implicará a reação russa, que certamente resultará em violência. Com base nos acontecimentos recentes, três cenários podem ser imaginados entre os dois extremos de um contínuo que varia entre o mínimo e o máximo grau de envolvimento e uso da força por parte da Rússia. Infelizmente, cada um deles tem o potencial para se tornar em um degrau no espiral de acontecimentos que pode levar ao cenário pior.

No primeiro cenário, as forças ucranianas da operação “antiterrorismo” entram em confrontos localizados com os rebeldes russos, os quais ocasionam poucas baixas e, não sendo bem sucedidas em retomar as cidades rebeladas, optam pela estratégia de cerco de modo a cortar suas linhas de mantimentos e suprimentos militares. Nesse caso, a crise poderia durar alguns meses e a Rússia se limitaria a alimentar os rebeldes de regiões não ocupadas com armamentos e incentivar o início de ações militares que buscariam romper o cerco das outras regiões. Nesse contexto, não haveria aumento significativo de sanções econômicas por parte do Ocidente contra a Rússia. Caso esse cenário não resulte na deposição das armas pelos rebeldes, a probabilidade de um conflito maior aumentaria e a intervenção russa seria inevitável.

Neste caso, a situação passaria para o segundo cenário, no qual russos fariam uma intervenção localizada nas cidades cercadas, expulsariam os soldados ucranianos – com um número de baixas significativamente maior, embora ainda limitado - e estabeleceriam perímetros de segurança para as populações russas no leste da Ucrânia, com a promessa de retirada caso um acordo garantisse uma constituição federalista no país. Nesse caso, aumentariam as sanções econômicas ocidentais contra os russos e a economia européia sofreria com a instabilidade no fornecimento de energia. O processo seria revertido se o governo ucraniano aceitasse as imposições russas. Caso contrário, a situação daria origem ao próximo cenário.

No terceiro cenário, os ucranianos reagiriam à investida russa e o mundo presenciaria uma guerra em território ucraniano, nos mesmos moldes da guerra entre Rússia e Geórgia de 2008. Rápida, e com uma vitória avassaladora da Rússia, o conflito resultaria na ocupação militar da maior parte do leste e do sul da Ucrânia, onde vivem

mais de 7 milhões de russos. Os ucranianos seriam forçados a aceitar a situação de fato; caso contrário, iniciariam uma guerra civil contra a ocupação russa. Por mais irrealista que pareça essa última alternativa, tal opção seria vista com bons olhos por alguns setores ocidentais, como forma de fomentar um conflito que desgastaria o governo russo a médio e longo prazo frente a opinião pública russa e mundial. Para evitar a guerra civil, uma invasão russa nesse cenário envolveria uma atividade militar de grande envergadura, com um elevado número de baixas e ações que não se restringiriam apenas aos territórios do leste. Na assinatura de um armistício, uma nova linha de divisão seria traçada no território ucraniano.

Internacionalmente, quanto maior a aproximação ao terceiro cenário, maior será a busca pela Rússia de alianças com países que possam representar novos pólos de poder. Por conta disso, países importantes econômica e militarmente receberão da Rússia ofertas mais atrativas para o fortalecimento das suas relações, como é o caso da China e da Índia. Do lado ocidental, muita energia será gasta para manter a unidade entre os europeus. Esses encontram-se divididos entre o medo dos países recém-chegados do leste da Europa contra uma ameaça russa e as potências mais experientes, que sabem da importância da Rússia para a manutenção da estabilidade no continente. Há ainda a divisão entre Europeus e norte-americanos; ao passo que esses últimos pretendem impor sanções econômicas mais abrangentes contra a Rússia, os primeiros temem os efeitos de tais medidas em suas economias e a inação ocidental aumenta o espaço de atuação da Rússia em detrimento do novo governo interino de Kiev. Como alternativa, os norte-americanos buscam reforçar outras alianças como forma de dissuasão. As declarações do presidente Obama no Japão reiterando o apoio dado ao país nas disputas com a China sobre o status das ilhas Senkaku são, sobretudo, um aviso sobre o modo como o estreitamento das relações entre Rússia e China será tratado pelos EUA no futuro. Ao que parece, uma nova linha divisória na Ucrânia tem o potencial de criar uma nova configuração de poder mundial.

### **Considerações Finais**

Os interesses dos manifestantes da Maidan eram legítimos. De fato, a possibilidade de manifestações pacíficas contra ações governamentais que desagradam a um grande número de pessoas é a essência da democracia. Todavia, democracia implica o respeito às regras institucionais e, a um ano do término do mandato do presidente, a estratégia democrática seria a de enfraquecer o governo com essas manifestações, de modo a favorecer a chance de candidatos que tivessem como principal plataforma política nas eleições de 2015 a adesão da Ucrânia a um acordo de livre comércio com a União Européia. Se a Europa e os Estados Unidos tivessem optado por esse tipo de engajamento na crise ucraniana, o debate sobre os rumos do país teria se fortalecido durante as eleições e dificilmente uma decisão favorável ao ingresso em um acordo de livre comércio, tomada por um presidente democraticamente eleito, poderia ser revertida. O problema é que o Ocidente, que até então tratava Yanukovich como um interlocutor legítimo, passou a considerá-lo como um traidor após o abandono das negociações com a UE e a opção pela Rússia. A denúncia da traição de Yanukovich pelos líderes europeus incendiou a população e criou um senso de urgência, como se a possibilidade de uma aproximação com a UE fosse perdida para sempre. Nesse contexto, os movimentos extremistas ganharam fôlego e passaram a dominar as manifestações, que a partir de então tiveram como principal objetivo a deposição do presidente, fora dos marcos institucionais legais. Por um erro terrível da diplomacia ocidental, os ideais democráticos foram traídos por aqueles que mais pretendem defendê-los nos fóruns internacionais.

Os russos reagiram de maneira previsível para aqueles que acompanham a vida política do país e enxergam a Rússia como ela é. Já aqueles que tendem a olhar para a Rússia e enxergar “o expansionismo da antiga União Soviética,” paradoxalmente, não conseguiram vislumbrar que a possibilidade de expansão da Rússia no caso da Ucrânia era real. Nesse sentido, a afirmação de KISSINGER (2014) de que a demonização de Putin por parte dos Estados Unidos serve, na verdade, como um álibi para a inexistência de uma política externa para a Rússia está correta. De fato, os interesses russos (e dos russos que habitam a Ucrânia) não foram levados em consideração pelos ocidentais. Um

primeiro passo necessário para a resolução da crise, portanto, seria o de colocar em diálogo interlocutores ocidentais que saibam enxergar uma realidade diferente e reconhecer que, além de a diplomacia ocidental ter errado feio no trato da crise ucraniana, os interesses da Rússia são legítimos, bem como os dos russos que vivem em território ucraniano, pelo bem da própria manutenção dos princípios democráticos no país. Infelizmente, tanto o tratamento da Rússia sem referências aos estereótipos herdados da União Soviética, quanto a existência de uma Ucrânia democrática parecem impossíveis no contexto atual.

### **Referências**

ARBATOV, Alexei G. 1993. “Russia’s Foreign Policy Alternatives”. **International Security** 18 (2): 5–43.

BALMACEDA, Margarita Mercedes. 1998. “Gas, oil and the linkages between domestic and foreign policies: the case of Ukraine”. **Europe-Asia Studies** 50 (2): 257–86.

BARROSO, Durão. 2014. “**Address by President Barroso at the Opening of the Milan General Assembly**”. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-1043\\_pt.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-1043_pt.htm?locale=en). Acessado em 28/04/2012.

BOOTH, Robert. 2011. “Libya: Coalition Bombing May Be in Breach of UN Resolution’s Legal Limits”. **The Guardian**, 28 de março, seç. World news. <http://www.theguardian.com/world/2011/mar/28/libya-bombing-un-resolution-law>. Acessado em 28/04/2012.

CENDROWICZ, Leo. 2014. “Satellite Images Reveal Russian Military Buildup on Ukraine’s Border”. **The Guardian**, 10 de abril, seç. World news. <http://www.theguardian.com/world/2014/apr/10/satellite-images-russian-military-ukraine-border>. Acessado em 28/04/2012.

EDLER, Daniel. 2014. “A má escolha de Yanukovich”. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/33724/a+ma+escolha+de+yanukovich.s.html>. Acessado em 28/04/2012.

FOXALL, Andrew, e Oren KESSLER. 2014. “Yes, There Are Bad Guys in the Ukrainian Government”. **Foreign Policy**, 18 de março. <http://www.foreignpolicy.com/>

articles/2014/03/18/yes\_there\_are\_bad\_guys\_in\_the\_ukrainian\_government. Acessado em 28/04/2012.

GANDER, Kashmir. 2014. “Ukraine: Kiev snipers reportedly hired by opposition leaders not Yanukovich according to ‘bugged call’”. **The Independent**. <http://www.independent.co.uk/news/world/ukraine-kiev-snipers-reportedly-hired-by-opposition-leaders-not-yanukovich-according-to-bugged-call-9171328.html>. Acessado em 28/04/2012.

KAYLAN, Melik. 2014. “Why CIA Director Brennan Visited Kiev: In Ukraine The Covert War Has Begun”. **Forbes**. <http://www.forbes.com/sites/melikkaylan/2014/04/16/why-cia-director-brennan-visited-kiev-in-ukraine-the-covert-war-has-begun/>. Acessado em 28/04/2012.

KISSINGER, Henry A. 2014. “How the Ukraine Crisis Ends”. **The Washington Post**, 07 de março, seç. Opinions. [http://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html). Acessado em 28/04/2012.

KOCHENOV, Dimitry, e Aleksejs DIMITROVS. 2013. “**EU Citizenship for Latvian’Non-Citizens’: A Concrete Proposal**”. [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2351181](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2351181).

KOROTAEV, Artyom. 2014. “Putin signs decree on rehabilitation of Crimean Tatars”. **ITAR-TASS**. <http://en.itar-tass.com/russia/728923>. Acessado em 28/04/2012.

KUZIO, Taras. 2005. “From Kuchma to Yushchenko Ukraine’s 2004 Presidential Elections and the Orange Revolution”. **Problems of Post-Communism** 52 (2): 29–44.

———. 2006. “The Orange Revolution at the crossroads”. **DEMOKRATIZATSIYA-WASHINGTON**- 14 (4): 477.

———. 2010. “Viktor Yanukovich’s First 100 Days”. **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization** 3: 208–18.

LYNCH, Allen C. 2001. “The realism of Russia’s foreign policy”. **Europe-Asia Studies** 53 (1): 7–31.

MACKENZIE, Jean. 2014. “Syria chemical attacks: The controversy continues”. **GlobalPost**. <http://www.globalpost.com/dispatch/news/regions/americas/united-states/140204/syria-chemical-weapons-attacks-controversy-MIT-report>. Acessado em 28/04/2012.

MIELNICZUK, Fabiano. 2014. “Por que aderir à Europa é ruim para a Ucrânia”. **Opera Mundi**. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/33729/porque+aderir+a+europa+e+ruim+para+a+ucrania.shtml>. Acessado em 28/04/2012.

NORTON-TAYLOR, Richard. 2013. “MI6 and CIA Were Told before Invasion That Iraq Had No Active WMD”. **The Guardian**, 18 de março, seq. World news. <http://www.theguardian.com/world/2013/mar/18/panorama-iraq-fresh-wmd-claims>. Acessado em 28/04/2012.

PARRY, Robert. 2013. “**NYT Backs Off Its Syria-Sarin Analysis | Consortiumnews**”. <http://consortiumnews.com/2013/12/29/nyt-backs-off-its-syria-sarin-analysis/>. Acessado em 28/04/2012.

RAUN, Toivo U. 2011. “The challenges of renewed independence: The Baltic states since 1991”. **Hungarian Studies** 25 (2): 203–13.

SHOTTER, James. 2014. “Four-way talks end with agreement on calming Ukraine tensions”. **Financial Times**, 18 de abril. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/65ab2f3c-c650-11e3-ba0e-00144feabdc0.html#axzz309hNaqz8>. Acessado em 28/04/2012.

SIMONSEN, Sven Gunnar. 2000. “‘You take your oath only once:’ Crimea, the black sea fleet, and national identity among Russian officers”. **Nationalities Papers** 28 (2): 289–316.

TAYLOR, Peter. 2013. “**Iraq war: the greatest intelligence failure in living memory**”. <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/9937516/Iraq-war-the-greatest-intelligence-failure-in-living-memory.html>. Acessado em 28/04/2012.

VICE NEWS. 2014. “Ukraine Burning”. <http://www.vice.com/vice-news/ukraine-burning>. Acessado em 28/04/2012.

WILLIAMS, Carol J. 2014. “Russian Prime Minister Visits Annexed Crimea, Promises Investment”. **Los Angeles Times**. <http://www.latimes.com/world/worldnow/la-fg-wn-russia-crimea-dmitry-medvedev-20140331,0,4994528.story#axzz309QLd9Mr>. Acessado em 28/04/2012.

WILSON, Scott. 2014. “Biden Arrives in Ukraine to Show U.S. Support as Crisis with Russia Continues”. **The Washington Post**, 21 de abril, seq. World. [http://www.washingtonpost.com/politics/biden-arrives-in-ukraine-to-show-us-support-as-crisis-with-russia-continues/2014/04/21/e4a77800-c960-11e3-a75e-463587891b57\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/politics/biden-arrives-in-ukraine-to-show-us-support-as-crisis-with-russia-continues/2014/04/21/e4a77800-c960-11e3-a75e-463587891b57_story.html). Acessado em 28/04/2012

**Resumo**

O presente artigo trata da crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Para tanto, são apresentados os acontecimentos que deram origem à crise e seus desdobramentos até a anexação da Criméia pela Rússia. Em um segundo momento, os argumentos ocidentais contra a anexação russa são contrastados com os argumentos russos, para que a lógica por trás das ações de Moscou fique mais clara. A seguir, os acontecimentos após a anexação da Criméia são analisados de modo a lançar luz sobre três possíveis cenários decorrentes e suas implicações para as relações internacionais. Na conclusão, a estratégia ocidental para lidar com a Ucrânia é criticada e faz-se um apelo para que a Rússia seja tratada na atualidade sem referências obsoletas do período soviético.

**Palavras-chave**

Crise ucraniana; Relações Russo-Ucranianas; Segurança Internacional; Europa

**Abstract**

This article deals with the Ukrainian crisis and its international implications. Firstly, it describes the events that led to the crisis and its aftermath until the annexation of Crimea by Russia. Then, a comparison between Russian and Western perspectives on interventions is offered in order to clarify the logic behind Moscow actions. The following sections treat the events after the annexation of Crimea and the implications of three possible scenarios arising from this crisis for international relations. In the conclusion, the Western strategy to deal with Ukraine is criticized and an appeal is made for Russia to be treated without obsolete references of the Soviet period.

**Keywords**

Ukrainian Crisis; Russian-Ukrainian Relations; International Security; Europe.

*Artigo recebido dia 23 de abril de 2014.  
Aprovado em 30 de abril de 2014.*

## **AS AMBIÇÕES E ESTRATÉGIAS DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁSIA CENTRAL: O REALISMO DOS ESTADOS UNIDOS**

The Goals and Strategies of the Great Powers in Central  
Asia: The Realism of the United States

*Paulo Duarte*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Várias correntes geopolíticas destacam a proeminência da Ásia Central no quadro da geoestratégia e economia mundiais. Autores, como H. Mackinder (2004) ou Z. Brzezinski (1998), salientaram a importância do ‘*Heartland*’ (Balcãs Euroasiáticos), enquanto ‘eixo do mundo’ e espaço geopolítico que confere poder e influência à potência que dele se apropriar.

Nos últimos anos, principalmente devido às descobertas de importantes reservas energéticas na região e aos desenvolvimentos ligados à segurança mundial e regional, várias correntes de pensamento, têm reforçado os pressupostos de Mackinder e Brzezinski (Chow et al, 2010). O próprio debate acerca do conceito de segurança, que emergiu no pós-Guerra Fria veio conferir outras dimensões – ultrapassando a visão estado-cêntrica e anárquica do sistema internacional (defendida por autores como Morgenthau (1978) – à ideia de segurança. Efetivamente, a corrente realista, para a qual a segurança aparecia inseparavelmente ligada à posse e uso das capacidades militares, poder e interesses dos atores estatais, cede progressivamente (Keohane, 2000). Os estudos sobre a segurança, nos anos 90, vieram convertê-la num conceito global (Rodrigues, 2006). Barry Buzan destacou-se nessa corrente que reivindicava uma

---

<sup>1</sup> Paulo Duarte é doutorando em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP-UTL, Portugal, e investigador no Instituto do Oriente. E-mail: duartebrardo@gmail.com.

dimensão mais ampla para o conceito de segurança. Este seria composto, doravante, por uma vertente militar, política, económica (compreendendo a segurança energética) e ambiental (Buzan, 1991). Estava aberto o caminho à securitização do fenómeno energético. Para especialistas como Daniel Yergin (2006) falar em segurança energética pressupunha assegurar uma oferta de energia estável, a preços razoáveis. Outras definições do conceito seriam elaboradas posteriormente, refletindo quer a evolução das várias correntes teóricas, quer os interesses de produtores e consumidores energéticos (Fuerth, 2005). Apesar das múltiplas interpretações do conceito por parte das diferentes correntes teóricas, todas elas convergem quanto ao pressuposto fundamental de que um país deve ter acesso aos seus recursos energéticos de forma permanente, correndo um risco mínimo de que estes se esgotem (Worley, 2006). Ora, ao percorrermos a literatura existente verificamos que a Ásia Central constitui uma alternativa importante na diversificação energética europeia ou russa.

Vários autores argumentam que a riqueza energética da Ásia Central transformou a região numa encruzilhada de tensão entre Estados, de competição entre empresas e atores regionais (Edwards, 2003; Luft e Korin, 2009). Consequentemente, as grandes potências e multinacionais querem estar presentes nesta corrida à energia (Shuja, 2006). O acesso às reservas petrolíferas, a rota dos oleodutos e o debate sobre quem deve construí-los inserem-se nas premissas daquilo a que alguns especialistas chamam ‘Novo Grande Jogo’ (Maley, 1998), ou, antes, o ‘regresso do Grande Jogo’ (Freire, 2010). Este comporta também uma lógica de defesa e segurança militar, e não apenas de competição energética, reforçando o interesse da Ásia Central para as potências regionais e extra-regionais (Kellner, 2002).

Uma breve consideração acerca do realismo. O realismo pode ser concebido como a teoria política do nacionalismo económico: a ideia central é que atividades económicas governamentais devem permanecer subordinadas ao objetivo de construção do Estado (Siitonen, 1990). Baseado em tais postulados, o paradigma realista dominou consideravelmente os debates e a pesquisa em Relações Internacionais, no pós-Guerra, nos Estados Unidos e na Europa (Vasquez, 1983). Na perspetiva realista, a sociedade internacional encontra-se, fundamentalmente, num “estado de anarquia” hobbesiano,

movida pela “busca de poder” (Siitonen, 1990: 20). De facto, como lembra Victor Marques dos Santos, “o realismo político caracteriza uma sociedade internacional essencialmente anárquica, na qual os atores subsistem através da gestão possível de um inevitável ‘estado de natureza’” (2007: 243). De acordo com Stephen Blank, “os atores agem de acordo com os velhos postulados do realismo e da *realpolitik*” (1999: 150). Por outro lado, muitas das medidas que eles tomam, e que visam aumentar a sua influência política, inscrevem-se na própria lógica da economia de mercado. As escolas realista e neorrealista, admitem, portanto, que “a sobrevivência do Estado nacional constitui a finalidade última da governação desenvolvida pelo aparelho do poder”. (...) “Todas as políticas, são definidas como uma ‘luta pelo poder’” (Santos, 2007: 242). Neste sentido, o poder “é concetualizado como um meio e um fim em si mesmo, e o seu significado geral é o da capacidade para influenciar ou alterar o comportamento de outros numa direção desejada, ou alternativamente, a capacidade de resistir a tais influências sobre os comportamentos próprios” (Santos, 2007: 242).

Depois de introduzidos os postulados realistas, bem como a importância geopolítica e económica da Ásia Central, passaremos a desenvolver o nosso argumento central, isto é, o de que as potências externas (os Estados Unidos) demonstram um interesse de carácter fundamentalmente económico (a busca de recursos energéticos) na região, perseguindo políticas de natureza predominantemente realista face a esta.

Em alternativa à observação participante e não participante, técnicas de difícil aplicação ao presente objeto de estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada. Contudo, alguns dos entrevistados na Ásia Central solicitaram o anonimato ou, em alguns casos, pediram para serem citados como especialistas locais. Eles serão nomeados ao longo do presente artigo da seguinte forma: Especialista I, Especialista II, e por aí adiante.

### **O potencial energético da Ásia Central**

Em 1998, “[uma] previsão inicial otimista”, apontava para que “a quantidade comprovada ou recuperável de reservas petrolíferas existentes na região do Cáspio e Ásia Central” fosse de “200 bilhões de barris”, embora “a maioria dos geólogos aceite a

estimativa de 40 a 60 bilhões de barris para a base de reservas da região” (U.S. Congressional Record 1998). Cerca de 15 anos depois da previsão acima mencionada, um relatório especial preparado para a região do Cáspio e Ásia Central, mantém, praticamente, os mesmos números, ou seja, “estima-se que o total das reservas de petróleo, da região, seja superior a 60 bilhões de barris, sendo que algumas previsões apontam, inclusive, para 200 bilhões de barris” (Global Business Reports, 2012: 1). Especialistas como Anuradha M. Chenoy acreditam que “as primeiras estimativas afetas ao potencial energético da região, propositadamente sobrevalorizado, serviam, essencialmente, fins políticos e convinham à penetração dos Estados Unidos no Transcaucaso e na Ásia Central” (2007: 114). No entanto, apesar da ‘instrumentalização’ dos números, para Elaheh Koolae e Masoud Imani-Kalesar, “existe consenso quanto à existência de abundantes reservas de petróleo e gás natural na região do Cáspio” (2010: 86). Segundo estes peritos, “estima-se que o Mar Cáspio contenha dois a quatro por cento das reservas mundiais de hidrocarbonetos”, o que é comparável não às reservas do Golfo Pérsico, mas “ao potencial energético do Mar do Norte” (Koolae e Imani-Kalesar, 2010: 86).

Os recursos energéticos estão concentrados de forma heterogênea na região, sendo o Cazaquistão e o Azerbaijão os Estados com as maiores reservas de petróleo recuperáveis. De acordo com a BP Statistical Review of World Energy (2012), no final de 2010, o Azerbaijão possuía 7 bilhões de barris de reservas comprovadas, representando 0.5% das reservas globais. Por sua vez, o Cazaquistão detinha, no final de 2010, cerca de 30 bilhões de barris de reservas comprovadas (BP Statistical Review of World Energy, 2012). De acordo com um artigo no The Business Year, “o Cazaquistão possui as 11 maiores reservas petrolíferas do mundo, e as segundas maiores a seguir à Rússia, na Comunidade de Estados Independentes”; o país produziu “1.6 milhões de barris de petróleo, por dia, em 2011”, o que faz dele “o 17º maior produtor de petróleo do mundo” (2013: para. 4).

Em 2010, a produção petrolífera na região rondou, em média, os 3 milhões bpd<sup>2</sup>, dos quais cerca de 2.5 milhões foram exportados (BP, 2011). Weiss *et al* informam que tais exportações representam “uma parte importante no comércio de petróleo mundial”, equivalente a “cerca de 10% do total de exportações de combustível líquido”, por parte dos Estados-membros da OPEP (2012: 9). A produção de petróleo e as exportações, a partir do Cáspio, tenderão a crescer substancialmente, isto é, a mais do que duplicar ao longo dos próximos 25 anos, segundo a Agência Internacional de Energia (2011). Para tal, muito contribuirá o aumento significativo, nos próximos anos, da produção petrolífera do campo de Kashagan (localizado no norte do Mar Cáspio), que se acredita ser uma das descobertas [energéticas] mais importantes (em julho de 2000) do mundo, nos últimos 30 anos (The Astana Times, 2011; ENI, 2012). **De acordo com Robert M. Cutler**, “o campo petrolífero *offshore* de Kashagan é, geralmente, classificado como o 5.º ou 6.º maior do mundo, e possui as maiores reservas de qualquer campo petrolífero situado fora do Médio Oriente” (2011: para. 2). As suas reservas estão avaliadas em “38 bilhões de barris”, dos quais se estima que 11 a 13 bilhões sejam recuperáveis” (Cutler, 2011: para. 2). Inicialmente previsto entrar em produção em 2005, esta data tem sido continuamente prorrogada devido a “dificuldades técnicas ligadas à exploração da jazida”, e por causa de “querelas sobre a natureza da participação da KazMunaiGaz” (Cutler, 2011: para. 2).

Além de campos *onshore*, o Cazaquistão dispõe, igualmente, de uma desenvolvida indústria petrolífera *offshore*, no Mar Cáspio. Segundo Arkhipov *et al.*, “cerca de 70% das reservas de petróleo e gás natural cazaques estão concentradas na região ocidental do país, em redor da cidade de Atyrau (com cerca de 154 000 habitantes)” (2010: 16-17). Algumas reservas petrolíferas estão, também, localizadas no sul do Cazaquistão, embora as perspectivas de novas descobertas não sejam muito promissoras. Um teste sísmico realizado no Mar Cáspio, em 1996, revelou que existem cerca de 73 bilhões de barris de petróleo na área cazaque do Mar Cáspio (Luong, 2000). Porém, Waco Worley explica que “esta quantidade é altamente controversa”, uma vez

---

<sup>2</sup> Bpd (do inglês *barrels per day*: barris por dia, também dito *bbl/d*).

que “várias estimativas apontam para valores bastante mais baixos, na ordem dos 10 bilhões de barris de petróleo” (2006: 21).

Em 2011, o Cazaquistão produziu 80.1 milhões de toneladas de petróleo, tendo as suas exportações petrolíferas registado um aumento de 3.3% em relação a 2010 (Xinhua, 2012). De facto, uma vez que o país possui grande parte da infraestrutura para extrair, refinar e transportar petróleo, tem vindo a fazê-lo a um ritmo bastante superior ao de qualquer outro Estado regional, tendo-se convertido, desta forma, num ator importante no quadro do abastecimento energético mundial (The World FactBook, 2013). Com efeito, Christopher E. Smith informa que “o Cazaquistão possui as segundas maiores reservas petrolíferas e produção entre as antigas Repúblicas soviéticas, a seguir à Rússia, tendo alcançado uma produção de 1.6 milhões de barris diários em 2012” (2012: para.2). A companhia estatal cazaque, KazMunaiGaz, é “a segunda maior produtora de petróleo no Cazaquistão, a seguir ao consórcio designado por “Tengizchevroil”, que foi “a primeira *joint venture* que o Governo cazaque estabeleceu, em 1993, com a Chevron, para extrair e refinar o petróleo no campo de Tengiz” (Kazakhstan Fact Sheet, 2012: 3). Segundo Pauline Luong, “com o sucesso desta *joint venture*, o Governo cazaque tem, desde então, vindo a participar numa série de consórcios com empresas de todo o mundo, tais como: Vito Munay, Hurricane Hydrocarbons, Tractebel, Triton-Vuko Energy Group, Medco Energy Corporation, and Chinese National Petroleum Company” (2000: 89). Tais iniciativas fizeram com que fosse mais fácil para o Governo cazaque construir nova infraestrutura petrolífera, além de terem conduzido a um crescimento económico mais rápido desde 1997 (Country Commercial Guide for U.S. Companies, 2010).

Segundo Kimberly Marten, “uma parte significativa do petróleo cazaque e russo, é relativamente cara e tecnicamente difícil de extrair (2007: 23-24). As suas reservas estão, fundamentalmente, concentradas a uma grande profundidade *onshore* (contrariamente, por exemplo, aos campos de petróleo da Arábia Saudita, situados à superfície), o que requer equipamentos especiais para a sua exploração (Marten, 2007: 24). As reservas *offshore*, no Mar Cáspio, deparam-se com um conjunto de problemas específicos, uma vez que os campos mais promissores estão localizados em águas pouco

profundas e frágeis do ponto de vista ambiental que, por vezes, congelam (Marten, 2007: 24). Por outro lado, “muitas das jazidas petrolíferas cazaques, e dos oleodutos que as ligam aos mercados, são fustigados por uma atividade sísmica frequente, bem como por condições climáticas extremas” (Marten, 2007: 24). As jazidas mais importantes distam significativamente dos centros logísticos e populacionais, o que requer a construção de “longos oleodutos”, e gera, inclusive, “dificuldades de vária ordem, não só ao nível da entrega de equipamentos e manutenção, como do aprovisionamento básico da força de trabalho do campo petrolífero” (Marten, 2007: 24).

Nem o Quirguistão, nem o Tajiquistão possuem reservas de petróleo consideráveis. Enquanto o Tajiquistão dispõe de reservas comprovadas de “12 milhões de barris de petróleo”, a maioria das quais localizadas “no norte do país, na região Leninobod Soghd”, o Quirguistão, por sua vez, terá, atualmente, segundo o Global Security, “40 milhões de barris de reservas petrolíferas comprovadas” (2013: para.5). Além disso, as infraestruturas energéticas do Tajiquistão e Quirguistão são extremamente limitadas (Pantucci e Patersen, 2012). Existem poucas refinarias para processar o petróleo, e são várias as dificuldades associadas ao seu transporte até ao mercado tajique, fruto da Guerra Civil de 1992 a 1997 (Trilling, 2012). Por outro lado, importa referir que o relevo montanhoso do Tajiquistão dificulta a extração do petróleo (tal aplica-se, também, ao caso do Quirguistão).

Por conseguinte, devido a estas dificuldades, quer o Tajiquistão, quer o Quirguistão são claros importadores de petróleo, o que explica, em grande parte, que ambos sejam países relativamente desinteressantes, do ponto de vista do investimento estrangeiro, para a China, bem como para outras potências externas (BBC News Asia, 2012). No caso do Tajiquistão, por exemplo, Raffaello Pantucci e Alexandros Petersen sublinham que “os poucos recursos naturais e as cadeias montanhosas que dificultam o trânsito [de pessoas e mercadorias]” contribuem para que o país seja “o menos atrativo das Repúblicas centro-asiáticas” para os investidores chineses (2012: para.1). Em ambos os países (Quirguistão e Tajiquistão), a indústria petrolífera é detida pelo Estado. Contudo, apesar de as suas reservas de petróleo e gás natural serem insignificantes,

estas são, ainda assim, “importantes para a infraestrutura energética” - entendida numa “perspetiva geral” - da região (Feld, 2002).

Importa, todavia, fazer, aqui, uma breve ressalva a propósito do Tajiquistão. Com efeito, segundo Christian Melis (2012), especialista da OSCE em assuntos hídricos e energéticos, “são fortes os indícios sobre a possível existência de vastas reservas de petróleo e gás natural na região sul do Tajiquistão, perto da fronteira com o Afeganistão”. Como refere Fozil Mashrab, num artigo no Asia Times, “em meados de julho [de 2012], a Tethys Petroleum, que tem vindo a prospetar petróleo e gás natural no Tajiquistão, Uzbequistão e Cazaquistão, atualizou as suas estimativas para as reservas de petróleo e de gás natural no âmbito do contrato de partilha de produção na área de Bokhtar, no Tajiquistão, para 27.5 biliões de barris equivalentes de petróleo<sup>3</sup>, de recursos recuperáveis, consistindo em aproximadamente 3 triliões de metros cúbicos de gás natural e 8.5 biliões de barris de petróleo” (2012: para. 3). A confirmar-se esta prospeção, trata-se, como explica Christian Melis (2012), de uma das maiores reservas do mundo, como demonstraram as análises sísmicas levadas a cabo Tethys Petroleum”. Segundo Aygul Hanova (2012), a descoberta de mais petróleo, que ultrapassa as reservas petrolíferas da Noruega, contribui para colocar o Tajiquistão na dianteira do Cazaquistão, o qual tem, até ao presente, sido o país líder na Ásia Central, em termos de reservas petrolíferas.

Embora para Christian Melis (2012), a descoberta de petróleo seja um facto “99% seguro”, apenas resta saber, “se a [sua] exploração é técnica e economicamente viável”, uma vez que, à data da escrita da presente dissertação, “os especialistas não estão certos da profundidade a que se encontram estas reservas”. Por outro lado, como informa Aygul Hanova (2012), o clima de insegurança em que o país vive não oferece qualquer certeza face ao desenvolvimento do setor petrolífero tajique. Além disso, note-se que a localização de Bokhtar na bacia do Amudarya, partilhada pelo Tajiquistão, Uzbequistão e Afeganistão, constitui mais um fator suscetível de agravar as dificuldades

---

<sup>3</sup> O Barril equivalente de petróleo é uma unidade de medição de consumo de energia equivalente a  $6,383 \times 10^9$  J,  $1,45 \times 10^9$  cal,  $1,68 \times 10^3$  kWh ou 0,14 TEP.

de extração do petróleo e do gás natural que presumivelmente aí se encontram (Hanova, 2012).

Se a exploração das reservas de Bokhtar for viável, Christian Melis (2012) acredita que o Tajiquistão - “República com escassas reservas de petróleo” - poderá transformar-se num dos “principais países mundiais relativamente à produção de petróleo e gás natural *per capita*”. Por outro lado, tal facto “é suscetível de adiar, ainda mais, o debate sobre a construção de Rogun”, visto que se se demonstrar que a extração do petróleo e gás de Bokhtar é exequível, Christian Melis (2012) prevê que “a construção da central hidroelétrica de Rogun possa deixar de constituir uma prioridade para o Tajiquistão”, que a encara como a sua “única esperança”. Até à data da escrita da presente dissertação, “o Governo tajique ainda não confirmou a descoberta”, uma vez que aguarda que a companhia canadiana “conclua se é possível extrair este petróleo e gás natural” (Melis, 2012). Se tal for viável, o acordo de concessão assinado entre a Tethys Petroleum (2008) e o Tajiquistão estabelece que o Governo tajique venha a receber 30% de lucro, destinando-se os restantes 70% à companhia privada canadiana.

A produção petrolífera do Turquemenistão e Uzbequistão é relativamente insignificante, com tendência para continuar a suprir as necessidades domésticas destes países. Segundo estimativas da U.S. Energy Information Administration, em 2012 “o Uzbequistão possuía 594 milhões de barris de reservas petrolíferas comprovadas, 171 campos de petróleo e gás natural descobertos, dos quais 51 produzem petróleo, e 17 gás natural” (2012: 1). Por sua vez, quanto ao Turquemenistão, a U.S. Energy Information Administration informa que este permanece “um pequeno exportador de petróleo”, sendo que em janeiro de 2012, o país possuía “reservas petrolíferas comprovadas de cerca de 600 milhões de barris” (2012: 1). A maioria das jazidas de petróleo turquemenas localizam-se no sul da bacia do Cáspio, e na área *onshore* de Garashyzlyk, a oeste do país (The Encyclopedia of Earth, 2008). No Turquemenistão, o setor petrolífero depara-se com dois obstáculos importantes. Em primeiro lugar, à semelhança do que se verifica no abastecimento de gás natural, o aprovisionamento petrolífero carece de investimento externo devido ao isolamento do país, ao longo da última década, e à conseqüente debilidade da infraestrutura. De facto, segundo Jim Nichol, “a

infraestrutura física tem sido alvo de corrosão (...); e os setores da eletricidade e dos transportes apresentam um nível de serviço cada vez mais debilitado” (2012: 6). Em segundo lugar, como refere Morgan Davis, “a maior parte do petróleo turquemeniano está concentrado quer nas margens, quer no fundo das águas disputadas do Mar Cáspio” (2011: 438). Ora, “o contínuo debate sobre se este é, em termos de lei internacional, um mar ou um lago, faz com que, na prática, seja difícil para o Turquemenistão, e para qualquer investidor externo, explorar o petróleo existente no Cáspio” (Davis, 2011: 438).

Em outubro de 2011, o Cazaquistão havia contabilizado mais de 40 jazidas de petróleo e gás natural como sendo de importância estratégica, dos quais se destacam Kashagan, Tengiz e Karachaganak (TengriNews, 2012). Com efeito, estas três jazidas são o principal alvo de investimentos (U.S. Energy Information Administration, 2012). Como sublinha Luba Azarch, “desde 2006 que o petróleo cazaque tem fluído em todas as direções – para Norte, através do oleoduto Atyrau-Samara para a rede de distribuição russa (aproximadamente 480 000 barris diários); para Ocidente, através do Caspian Pipeline Consortium (cerca de 620 000 barris diários) para o porto russo de Novorossiysk; para Sul, através de um *swap deal* com o Irão; e para a China, através do oleoduto Atasu-Alashankou (cerca de 85 000 barris diários)” (2009: 57). Porém, no que concerne ao oleoduto sino-cazaque, por exemplo, Andrew S. Erickson e Gabriel B. Collins constatarem que “a produção petrolífera cazaque ainda não é suficiente para encher completamente o oleoduto” (2010: 94). Por outro lado, os oleodutos maiores e mais antigos operam, praticamente, no limite das suas capacidades. No caso do Caspian Pipeline Consortium, Jake Rudnitsky (2013) estima que este atingirá a sua capacidade máxima por volta de 2015.

No que respeita ao envolvimento externo no setor petrolífero cazaque, este caracteriza-se pela interação de vários atores. As companhias norte-americanas e da Europa Ocidental são líderes no setor *upstream* do Cazaquistão - a Chevron, por exemplo, detém, a título individual, uma participação de 50% em Tengiz, que é o campo petrolífero mundial situado a maior profundidade - a cerca de 3657 metros (Chevron, 2012). Contudo, o papel da Rússia e da China não deve ser menosprezado. Com efeito,

segundo Josh Peterson, “é provável que a China National Petroleum Company (CNPC) e, em menor grau, outras companhias energéticas estatais chinesas, tendam a reforçar os seus investimentos e operações no mercado de hidrocarbonetos cazaque, ao longo dos próximos cinco a 10 anos” (Statoil, 2013: para.5). Por fim, “as companhias petrolíferas internacionais Shell e Lukoil são suscetíveis de aumentar as suas operações *upstream* no Cazaquistão, embora em muito menor grau que a Kazmunaigaz e a CNPC” (Statoil, 2013: para.1).

Devido ao seu papel dominante na rede regional de oleodutos (e, simultaneamente, de gasodutos), Moscovo encontra-se numa posição vantajada para exercer influência na região. Segundo Ruoxi Du “é amplamente reconhecido que o ressurgimento económico da Rússia, sob a presidência de Vladimir Putin (2000-2008), foi, em grande parte, estimulado pelo aumento dos preços do petróleo” (2011: 7). Neste caso, “o controlo das exportações de petróleo cazaque é suscetível de preservar o monopólio da Rússia no mercado regional de petróleo” (Ruoxi Du, 2011: 7). Um tal domínio é tão ou mais importante na medida em que o petróleo cazaque apresenta uma qualidade superior relativamente ao petróleo siberiano, o que o torna ainda mais rentável face a este. Além disso, voltando a Ruoxi Du, “o monopólio sobre as rotas de exportação do gás natural centro-asiático é suscetível de fortalecer a posição de negociação da Rússia, permitindo-lhe alcançar preços de importação mais baixos, bem como preços mais altos para a reexportação” (2011: 7). Por outro lado, “o petróleo e gás natural provenientes da Ásia Central poderão contribuir para satisfazer a crescente procura de energia doméstica na Rússia”, conferindo a Moscovo mais margem para regular os preços da energia doméstica” (Ruoxi Du, 2011: 7).

A russa Transneft possui uma participação maioritária no Caspian Pipeline Consortium “(24%)” - responsável por mais de metade das exportações do Cazaquistão - operando, além disso, o oleoduto Atyrau-Samara, através do qual um quarto das exportações do Cazaquistão é escoada (Marketos, 2009: 5). Por conseguinte, como informa John Lough, “em resultado da sua posição preeminente, enquanto ‘*guardiã*’ [da infraestrutura logística energética], a Rússia controla cerca de 80% das exportações petrolíferas cazaques”, algo que não é, necessariamente, benéfico para Astana (2009: 7-

8). De acordo com Luba Azarch, “a Transneft, por exemplo, recusa-se a reforçar o volume de petróleo transportado pelo Caspian Pipeline Consortium, a menos que as tarifas de trânsito deste sejam aumentadas e a dívida do consórcio reestruturada” (2009: 58). A Rússia procura, assim, consolidar a sua posição dominante no que respeita ao transporte inter-regional, bem como no domínio da produção e exportação petrolíferas do Cazaquistão (Rousseau, 2011). Convém, no entanto, recordar que “se na era soviética todos os oleodutos tinham por destino o Norte (ou seja, a Rússia), por sua vez, na era pós-soviética têm vindo a ser construídos novos oleodutos, e planeadas novas rotas” (Coburn, 2010: 19). Unidos do apoio europeu, “os Estados Unidos têm promovido uma tal diversificação, suscetível de quebrar o monopólio russo” (Coburn, 2010: 19).

A China, por sua vez, tem sido um interveniente dinâmico no setor petrolífero cazaque desde 1997, investindo nas jazidas de petróleo e nos oleodutos. Como notam Yevgeniya Korniyenko e Toshiaki Sakatsume, “as multinacionais chinesas têm-se mostrado ativas na região, ao longo dos últimos anos, num determinado conjunto de países, incluindo o Cazaquistão, a Mongólia, a Roménia e a Rússia” (2009: 12). Segundo Luba Azarch, “tendo aparecido tardiamente no mercado de hidrocarbonetos cazaque, num momento em que as portas para os grandes consórcios se haviam fechado, a China foi confrontada com a necessidade de investir em jazidas petrolíferas de menor capacidade e mais distantes” (2009: 58). Não obstante, por ora, as companhias chinesas controlam “cerca de um quarto da produção de petróleo cazaque” (Reuteurs, 2011). Como indica Azarch, “a ideia de um oleoduto sino-cazaque, em discussão desde 1997”, foi, porém, concretizada “apenas depois da descoberta do gigante Kashagan em 2002”, uma vez que “Astana necessitava, urgentemente, de mais um consumidor”, e, por outro lado, “a China pretendia certificar-se de que o Cazaquistão dispunha de quantidades de petróleo suficientes, que justificassem a construção do oleoduto projetado” (2009: 58-59).

Segundo o Global Business Reports, a região do Cáspio possui “reservas comprovadas de gás natural de mais de 6 triliões de metros cúbicos”, a maior parte das quais detidas pelo Turquemenistão e Uzbequistão (2012: 1). Por outro lado, a Rússia é

um ator fundamental no que respeita ao setor do gás natural centro-asiático, sendo que “ao importar este recurso da região, Moscovo pode protelar a sua própria (e mais dispendiosa) produção de gás em Yamal e nos mares de Barents e de Kara, sem sofrer perdas nas exportações e no consumo” (Azarch, 2009: 61).

De acordo com a Energy Information Administration, “o Turquemenistão está, atualmente, posicionado entre os seis países detentores das maiores reservas de gás natural do mundo, e entre os 20 maiores Estados produtores de gás natural do mundo”, possuindo “reservas de aproximadamente 7 triliões de metros cúbicos em 2012, um aumento considerável face a cerca de 2 triliões de metros cúbicos, em 2009” (Country Analysis Briefs - Turkmenistan, 2012: 4). Segundo Vladimir Socor (2012), o Turquemenistão produziu 59.5 biliões de metros cúbicos (bmc) de gás natural em 2011 - uma pequena fração de um vasto potencial ainda por explorar - sendo que as exportações de gás turquemeniano, nesse ano, foram de 10 bmc para a Rússia, outros 10 bmc para o Irão e 14 bmc para a China.

O Turquemenistão tem vindo a tornar-se, cada vez mais, o foco dos investidores internacionais, nomeadamente “desde a confirmação, por parte da consultora energética Gaffney, Cline & Associates, de que as reservas de gás natural turquemenianas podem, na verdade, estar classificadas entre as cinco mais importantes do mundo” (Downs, 2011: 76). O gigante South Yolotan-Osman, localizado no sudeste do Turquemenistão, detém, só a título individual (isto é, sem se tomar, aqui, em consideração as outras jazidas do país), entre 4 a 14 triliões de metros cúbicos de gás natural (Chazan, 2008). Além disso, existem várias jazidas nas bacias do Amu Darya, do Murgab e do sul do Cáspio (Pannier, 2008). As duas principais jazidas de gás natural são o Dauletabad e o Shatlyk (CIA World Factbook, 2013).

A infraestrutura de transporte energético existente no país está, fundamentalmente, direcionada para a Rússia, fruto do legado de mais de um século de ligações, primeiro à Rússia czarista e, posteriormente, à União Soviética. O falecimento de Niyazov, em dezembro de 2006, alimentou uma certa esperança de que o Turquemenistão abrisse o seu setor energético ao mercado internacional (Daly, 2008). Naturalmente, os grandes atores, isto é, “os Estados Unidos, a União Europeia e a

Rússia querem adiantar-se enquanto parece haver sinais de uma certa abertura” (Chivers, 2007: para.6). Os três maiores investidores, que têm celebrado vários acordos energéticos com o Turquemenistão, desde a sua independência, são a russa Gazprom, a argentina Bidas, e a norte-americana Unocal (WorldPress.org, 2010).

Quanto ao Uzbequistão, o país é um dos maiores produtores de gás natural da Comunidade de Estados Independentes, “com cerca de 1,8 triliões de metros cúbicos de reservas comprovadas de gás natural em 2012”, o que faz dele “o terceiro maior produtor de gás da Comunidade de Estados Independentes e um dos 10 maiores a nível mundial” (Energy Information Administration, 2012: 4). Embora as suas reservas de petróleo não sejam consideráveis - o *The Oil and Gas Journal* (2013) estima que o Uzbequistão possuía 594 milhões de barris de reservas comprovadas de petróleo em 2012 - o país é, contudo, rico em gás natural e dotado de uma posição geográfica propícia ao trânsito de energia para a China ou para o sudeste asiático. Por outro lado, segundo Michael Denison, “existem promissoras reservas energéticas na bacia do Mar de Aral e no planalto do Ustyurt, no Uzbequistão ocidental, que podem ser facilmente conetadas à infraestrutura, mais ampla, de trânsito regional” (2009: 8). De acordo com a Energy Information Administration, “o Uzbequistão produz gás natural a partir de 52 jazidas”, sendo que 12 delas são responsáveis por “mais de 95% da produção de gás do país” (Eshchanov, 2006: 12). Estes depósitos estão concentrados na margem uzbeque da bacia do rio Amu Darya, na região sudeste e no planalto central do Ustyurt, próximo do Mar de Aral, na zona ocidental do país (Energy Information Administration, 2012).

Já o Cazaquistão, onde, como refere o *The Business Year* (2013), existem cerca de 2 triliões de metros cúbicos de reservas de gás natural (as 14 maiores do mundo), é o 27º maior produtor mundial de gás natural, tendo produzido 1.3 bmc em 2010. De acordo com a AzerNews (2013), a produção de gás natural, em 2012, no Cazaquistão, aumentou 1.5% face a 2011, o equivalente a 40.1 biliões de metros cúbicos. Segundo o GObserver, “o Cazaquistão é um importante país de trânsito, no âmbito das exportações de gás natural, a partir do Uzbequistão e do Turquemenistão, para a Rússia e para a China” (2011: para. 7). A maior parte das reservas de gás natural cazaques situa-se na região ocidental do país, sobretudo no campo de Karachaganak, que se

estima possuir “reservas comprovadas de aproximadamente 1 trilhão de metros cúbicos” (GObserver, 2011: para. 1).

De acordo com a Global Security, “o Quirguistão possui cerca de 5.6 bilhões de metros cúbicos de reservas de gás natural, embora estas sejam tecnicamente difíceis de explorar” (2013: para. 3). Atualmente, “o Quirguistão não dispõe de infraestrutura nem de capital financeiro para aumentar a exploração das suas reservas de gás natural, sendo que o país importa a maior parte do gás que consome do Uzbequistão” (Global Security, 2013: para. 4). Esta relação comercial tem sido difícil para ambos os países, tendo em conta que “o Quirguistão se atrasa, com frequência, no pagamento” e, por conseguinte, “o Uzbequistão interrompe o fornecimento de gás natural aos quirguizes”, o que causa “sérios problemas no inverno”, já que “o gás natural é utilizado quer para o aquecimento, quer para a produção de eletricidade” (Global Security, 2013: para. 4).

Por fim, estima-se que o Tajiquistão possua, à semelhança do Quirguistão, “também 5.6 bilhões de metros cúbicos de reservas de gás natural” (Global Security, 2013: para. 6). Em 2000, “o Tajiquistão iniciou operações no campo de Khoja Sartz, na região de Khatlon, e intensificou a exploração da jazida de Qizil Tumshuq no distrito de Kolkhozobod” (Global Security, 2013: para. 6). No entanto, uma vez que a sua produção doméstica de gás natural é escassa, “o Quirguistão importa aproximadamente 95% do gás que consome” (Global Security, 2013: para. 9).

### **Os objetivos dos Estados Unidos**

Na sequência do colapso da União Soviética, “os Estados Unidos reconheceram a independência de todas as Repúblicas centro-asiáticas e estabeleceram relações diplomáticas com cada uma delas, em meados de março de 1992” (Nichol, 2003: 3). Seguiram-se os interesses comerciais, bem como a adesão a instituições internacionais e organizações não-governamentais (Nichol, 2003: 3). Perante uma nova conjuntura que se ia desenhando, gradualmente, na região, “os principais objetivos da política dos Estados Unidos face à Ásia Central, englobavam a promoção da estabilidade, da democratização, das economias de livre mercado, a desnuclearização, e a adesão a padrões internacionais de direitos humanos” (Nichol, 2003).

Segundo Emerson *et al*, “os Estados Unidos financiaram programas de desenvolvimento e de apoio à sociedade civil, assim como de auxílio à transição para uma economia de mercado” (2010: 43). A par do auxílio económico, mas também político e social, Washington disponibilizou, também, assistência militar, fomentando “programas de intercâmbio entre militares norte-americanos e centro-asiáticos”, com o objetivo de “profissionalizar estas forças que haviam sido, outrora, treinadas segundo o modelo soviético” (Giragosian, 2004: 47). Os Estados Unidos pretendiam assim melhorar as capacidades militares das Repúblicas centro-asiáticas no combate ao crime transnacional, na gestão do controlo fronteiriço ou até mesmo, na limitação dos abusos de que os militares soviéticos eram frequentemente acusados, entre outros aspetos (Giragosian, 2004: 47). O apoio de Washington a estas Repúblicas engloba, por conseguinte, um conjunto variado de utensílios (militares, políticos e económicos) que devem ser entendidos como complementares e, simultaneamente, componentes de uma estratégia global face aos novos desafios que emergiram na região (Oresman, 2008).

De acordo com Zehra Akbar, o colapso da União Soviética conduziu a “um vazio de poder na região”, vazio esse que poderia convir aos interesses estratégicos de Washington (2012: para. 9). De entre os especialistas que alertaram para este facto, destaquemos H. Kissinger, para quem “o controlo, por parte de uma única potência, de qualquer uma das duas principais esferas eurasiáticas - Europa ou Ásia - representa um perigo estratégico para os Estados Unidos... Uma vez que tal estrutura teria a capacidade de ultrapassar os Estados Unidos a nível económico, e, no fim, militar. Uma tal ameaça tem de ser combatida, ainda que a potência dominante seja aparentemente benévola...” (1994: 813).

Também Zbigniew Brzezinski chamou a atenção para a importância geoestratégica da Ásia Central, tendo sido inspirado pelos pressupostos enunciados por Halford Mackinder (a que aludimos no capítulo II). No sentido de impedir a emergência de uma potência rival e de evitar, por outro lado, que o planeta mergulhasse numa espécie de anarquia global, Brzezinski recomendaria a seguinte estratégia (1997: 198):

“A médio prazo (os próximos cinco anos, aproximadamente) é do interesse dos Estados Unidos consolidar e perpetuar o pluralismo geopolítico predominante no mapa da Eurásia. Tal visa impedir a

emergência de uma coligação hostil que possa, eventualmente, vir a desafiar a hegemonia norte-americana, já para não considerar a possibilidade remota de um qualquer Estado, a nível individual, procurar vir a fazê-lo. A médio prazo (até 20 anos, aproximadamente), os Estados Unidos devem, gradualmente, revelam-se mais propensos a aceitar a emergência de parceiros cada vez mais importantes, mas estrategicamente compatíveis, os quais, impulsionados pela liderança norte-americana, podem contribuir para trazer mais cooperação ao sistema de segurança trans-urasiático...”.

Uma vez que a Eurásia não constitui, de todo, um bloco homogêneo, Brzezinski optou por dividi-la em quatro espaços regionais, para melhor tecer recomendações à estratégia de Washington. Dos quatro espaços, “o sul é uma região politicamente anárquica, mas rica em energia, e potencialmente importante para os Estados eurasiáticos ocidentais e orientais” (Brzezinski, 1997: 19). Se, como afirma Brzezinski, “o espaço médio (Rússia) poderá ser atraído para a esfera de influência norte-americana (Europa), se a região meridional (sul do Cáucaso, Ásia Central, Médio Oriente, a faixa que se estende desde a Turquia até à Índia, o que equivale praticamente à totalidade da região do Mar Cáspio) não estiver sujeita ao domínio de uma única potência, e se o Oriente (China, Japão, ambas as Coreias) não estiver unido, os Estados Unidos pode-se dizer, então, que os Estados Unidos tenderão a prevalecer” (1997: 34-35).

As recomendações de Brzezinski e de Kissinger, assim como de outros especialistas, a propósito da Ásia Central, foram fundamentais para ajudar as várias Administrações norte-americanas a tomar consciência da relevância do xadrez centro-asiático. Aliás, a receptividade por parte dos responsáveis políticos norte-americanos face a tais sugestões tem sido, na prática, bastante positiva (Kissinger, 1994; Brzezinski, 1998). Em 1993, comentando a estratégia da Administração Clinton em relação ao Médio Oriente, Martin Indyk (*especialista do Washington Institute*), *constatava que* “embora na periferia do Médio Oriente, as recém-independentes Repúblicas centro-asiáticas necessitam de ser tidas em conta na nossa [dos Estados Unidos] estratégia face à região” (Indyk, 1993). A Administração Clinton, por exemplo, foi bastante ativa a este respeito, incentivando a construção de vários oleodutos e gasodutos, de forma a “quebrar o monopólio regional russo [sobre estas infraestruturas] e reduzir a influência económica e política [de Moscovo] na região” (Clinton, 2012: 5). Contudo, seria redutor

afirmar que o principal interesse norte-americano consistia em incentivar à construção de infraestruturas energéticas na Ásia Central. Em bom rigor, a percepção em Washington era a de que tais oleodutos e gasodutos serviriam para estabelecer um contexto político-económico suscetível de reforçar a cooperação e a estabilidade, bem como estimular a realização de reformas durante as décadas vindouras (Mammadov, 2009).

Também a Administração Bush reconheceu a prioridade que a Ásia Central deveria ocupar no debate sobre a segurança energética norte-americana. Daniel Fried, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Europeus e Eurasiáticos, declarou, em 2005, ao Congresso norte-americano, que a segurança, a energia e a cooperação económica regional são os objetivos da política externa dos Estados Unidos na Ásia Central (The DISAM Journal, 2006). Refira-se que na sequência dos ataques terroristas do 11 de setembro, “os remotos países da Ásia Central se converteram num importante teatro de operações militares para os Estados Unidos” (Chi-Lin Yang, 2008: 334). Por outro lado, importa ter presente que quer o Presidente George W. Bush, quer o vice-Presidente Dick Cheney eram particularmente sensíveis à temática energética, em grande parte, devido à sua (forte) ligação ao setor petrolífero (Chi-Lin Yang, 2008). A este respeito, Samantha Grossman explica que “Dick Cheney partilha o gosto de Bush pelo grande Oeste americano, relações calorosas com a indústria petrolífera, e uma filosofia conservadora idêntica” (2012: para. 1).

Em maio de 2001, no *National Energy Policy Report* que havia sido entregue ao Presidente George W. Bush, era claramente valorizada a importância da Ásia Central (não obstante o Médio Oriente continuar a ser visto como a peça, por excelência, no xadrez energético) enquanto nova área de aprovisionamento energético, capaz de atenuar as consequências de uma interrupção no abastecimento dos mercados internacionais (U.S. Department of Energy, 2001). O National Energy Policy Development Group, que havia preparado o relatório acima mencionado, aconselhou o Governo norte-americano a apoiar a construção do oleoduto Baku–Tbilisi–Ceyhan, o qual ofereceria uma outra via para a exportação de petróleo cazaque. Por outro lado, o Governo era ainda incentivado a intensificar o diálogo comercial com o Azerbaijão, o

Cazaquistão, bem como outros países da região, de modo a favorecer a emergência de um ambiente estável e transparente para a concretização de projetos de âmbito energético (U.S. Department of Energy, 2001). Em suma, a temática da segurança energética assumia, de forma gradual, uma dimensão extraordinariamente relevante na estratégia de Washington, na qual a Ásia Central aparecia como um fenómeno relativamente recente e merecedor de uma atenção considerável (U.S. Department of Energy, 2001).

No início do novo milénio, autores como Jason J. Churchill, alertavam para o facto de “desde 1990”, as reservas petrolíferas dos Estados Unidos terem caído “cerca de 20%” (Oil Consumption in North America, 2000). Isto explica que a diferença entre o consumo e a produção energética do país tenha vindo a ser progressivamente substituída pelo recurso à importação de petróleo, embora um estudo levado a cabo pela Agência Internacional de Energia (AIE) preveja uma mudança radical na tendência até aqui verificada. De facto, segundo a AIE, “por volta de 2020”, estima-se que os Estados Unidos se tornem “o maior produtor de petróleo do mundo (ultrapassando a Arábia Saudita)”, e comecem a sentir o impacto de “novas medidas de eficiência de combustível no transporte” (2012: 1). Esta tendência acelera a mudança de direção do comércio internacional de petróleo em direção à Ásia, colocando o foco na segurança das rotas estratégicas que conduzem o petróleo do Médio Oriente até aos mercados asiáticos.

Enquanto a Administração Clinton sublinhava a “importância de uma política ativa na Ásia Central”, o plano de energia da Administração Bush alertava, por sua vez, para a necessidade de se dedicar “muito mais esforço de forma a garantir um abastecimento externo adicional de energia”, referindo-se, explicitamente, à bacia do Mar Cáspio (Klare, 2002: 100). Contudo, ao início, como refere Edward Chow (2011), “a importância da Ásia Central para Washington era, sobretudo, geoestratégica e não tanto energética”. É necessário, segundo este autor, recuarmos até ao período das ‘independências’, resultante do colapso da União Soviética (Chow, 2011). Chow (2011) reconhece que era do interesse dos Estados Unidos que as Repúblicas da região conservassem a sua independência. Contudo, para se ser politicamente independente, é

fundamental dispor-se de certos recursos económicos. Ora, “o petróleo e o gás natural eram uns dos poucos bens que as Repúblicas centro-asiáticas possuíam (que o resto do mundo cobiçava), e que lhes concedia o à-vontade económico para sustentarem a tal independência política recente” (Chow, 2011). Portanto, era assim, no entendimento de Edward Chow (2011), que os interesses dos Estados Unidos se manifestavam nos anos 90. Chow (2011) faz uma ressalva, admitindo que “as empresas norte-americanas estavam, naturalmente, interessadas em explorar campos petrolíferos outrora não acessíveis a elas”. Porém, como o autor acrescenta, “isso verificava-se não só no caso das empresas petrolíferas norte-americanas, como para as outras companhias petrolíferas espalhadas pelo mundo, que não se preocupavam demasiado com o que era a Ásia Central, ou África, ou a América do Sul: elas mostravam-se, ao invés, mais interessadas em explorar os recursos energéticos onde quer que estes existissem” (Chow, 2011).

Com a queda da União Soviética, os Estados Unidos teriam, de ora em diante, uma oportunidade para reforçar a sua segurança energética e os seus interesses comerciais, sendo que durante a era soviética, as Repúblicas centro-asiáticas haviam permanecido fechadas ao investimento externo (Chi-Lin Yang, 2008; Shishkin, 2012). Num contexto em que os próprios líderes centro-asiáticos incentivavam as empresas estrangeiras a investir nos seus países, de forma a obterem lucros e a fortalecerem a sua recente independência face à Rússia, os Estados Unidos compreenderam que não poderiam desperdiçar a ocasião, e que os mercados petrolíferos emergentes na Ásia Central (Cazaquistão e Turquemenistão, por exemplo), poderiam ajudá-los a diminuir a sua dependência energética [face ao Médio Oriente]” (Shah, 2009: 37). Como refere Lowell Dittmer (2007), de forma a não entrar em conflito com os interesses europeus, a procura de recursos energéticos, por parte de Washington, enquadrava-se bem no princípio - bastante honrado na época - de que nenhuma potência deveria monopolizar os recursos regionais. Daí que, segundo este autor, os Estados Unidos apoiassem a construção de vários oleodutos e gasodutos na região (Dittmer, 2007).

Alguns especialistas, de entre os quais salientemos Gökay e Fouskas, defendem que “a penetração e consolidação da presença norte-americana na Eurásia está

diretamente relacionada com a vontade de impedir quaisquer competidores reais, ou potenciais, de desafiar a hegemonia de Washington no mundo” (2005: 29). Neste sentido, os autores argumentam ser expeável que os Estados Unidos procurem estabelecer “novas esferas de influência, de forma a eliminar quaisquer obstáculos que possam atentar contra o seu poder imperial” (Gökay e Fouskas, 2005: 29). Esta lógica não é, aliás, alheia ao postulado da ‘*Grand Strategy*’. Segundo Paul Kennedy, “uma verdadeira *Grande Estratégia* está tão ou mais relacionada com os tempos de paz do que com os de guerra”; tal estratégia diz respeito “à evolução e integração de políticas que devem vigorar durante décadas, ou mesmo séculos”; ela “não cessa com o fim da guerra, nem tem início com o despoletar desta” (1991: 168). Resumindo, Kennedy explica que “a *Grande Estratégia* corresponde a uma síntese das estratégias adotadas em tempos de guerra e de paz, as quais, ainda que distintas, se entrelaçam de muitas formas para servir a *Grande Estratégia*” (1991: 168). O apoio político à concretização do (dispendioso) oleoduto *Baku–Tbilisi–Ceyhan* serve de exemplo a uma estratégia de tempo de paz, enquanto as guerras do Afeganistão e do Iraque são elucidativas de uma estratégia em tempo de guerra. Nesta ótica, e segundo Emre Iseri, “as duas estratégias, embora distintas, são complementares, na medida em que servem a *Grande Estratégia* dos Estados Unidos neste novo século” (2009: 44).

Para Andrew J. Bacevich, Washington está, essencialmente, interessado em “estabelecer uma ordem global segura, num contexto que possibilite aos modos capitalistas de produção - controlados pelos Estados Unidos - florescer nos vários pontos do planeta, sem serem sujeitos a quaisquer interrupções” (2002: 6). É, seguramente, o caso do comércio de petróleo. Como refere Leon Fuerth, “a ‘Grande Estratégia’ dos Estados Unidos pressupõe que estes nunca percam a capacidade de responder, de forma eficaz, a uma qualquer ameaça às suas importações de petróleo” (2005: 411). Com efeito, a segurança do aprovisionamento energético é considerada uma questão vital no quadro dos interesses norte-americanos, já que para continuarem a ser uma superpotência, os Estados Unidos dependem, entre outros aspetos, do livre acesso às fontes energéticas (Grossman *et al*, 2012). Como sublinha Simon Bromley, “uma vez que os Estados Unidos importam recursos energéticos dos mercados

internacionais, qualquer ameaça séria a estes constitui um claro perigo aos interesses norte-americanos” (2005: 254).

Note-se que esta tomada de consciência, por parte da classe política norte-americana, acerca da importância da segurança energética, não é recente. Na verdade, o perigo da crescente dependência dos Estados Unidos face ao petróleo proveniente de países com regimes instáveis tem-se revelado uma preocupação constante dos vários Presidentes norte-americanos, desde o tempo de Richard Nixon (Bush, 2006; Nixon, 1973; Carter, 1979). De acordo com a doutrina Carter, introduzida pelo Presidente Jimmy Carter depois das crises petrolíferas dos anos 70, “qualquer esforço, por parte de um poder hostil, em interromper o fluxo de petróleo desde o Golfo Pérsico até aos Estados Unidos, será interpretado como um ataque aos interesses vitais norte-americanos, e repellido por quaisquer meios, incluindo o recurso à força militar, se necessário” (Luft e Korin, 2009: 147). A história revela, a este respeito, que Washington tem exercido a doutrina Carter diversas vezes. Michael Klare (2007) indica que desde os últimos anos do século XX, devido ao aumento da diversificação geográfica das fontes de abastecimento petrolífero dos Estados Unidos, a doutrina Carter internacionalizou-se, sendo a proteção militar concedida, atualmente, a novas - embora mais pequenas - regiões produtoras de petróleo. Por outro lado, é de realçar os esforços notáveis realizados quer pela Administração Clinton, quer, depois, pela do Presidente George W. Bush, bem como pela Administração Obama, no reforço de laços com os países emergentes produtores de petróleo na América Latina, na África Ocidental e na Ásia Central (Joskow, 2001; U.S. Department of State, 2004; Clinton, 2012).

Para se ter uma ideia do quão importante é a temática da segurança energética para Washington, importa considerar alguns factos. Se atentarmos, por exemplo, no setor dos transportes, verificamos, como sublinha a U.S. Energy Information Administration, que “os Estados Unidos são o maior consumidor de energia afeta aos transportes de entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico” (2012: para. 5). Ainda segundo a U.S. Energy Information Administration, em 2011 “os Estados Unidos importaram, aproximadamente, 11.4 milhões de barris de petróleo por dia, provenientes de cerca de 80 países” (2012: para. 5). Os cinco

principais abastecedores mundiais dos Estados Unidos em 2011, foram o “Canadá, o México, a Arábia Saudita, a Venezuela, e a Nigéria” (U.S. Energy Information Administration, 2012: para. 6).

De acordo com Allix *et al*, “estima-se que os Estados Unidos possuam mais 60% [2 trilhões de barris] do total mundial [3.2 trilhões de barris] de xisto betuminoso”, o que “poderá proporcionar entre 1,5 a 2,6 trilhões de barris, caso a tecnologia com vista à sua exploração prove ser viável do ponto de vista económico” (2010/2011: 7). Os Estados Unidos dispõem de 21 biliões de barris de petróleo convencional e de 187 trilhões de metros cúbicos de gás natural, nas terras controladas pelos Estados Federais, sobretudo na parte ocidental do país, bem como no Alasca (Allix *et al*, 2010/2011: 7).

Há que contribuir para desmistificar a perceção, algo generalizada, de que os Estados Unidos dependem, por excelência, do petróleo do Médio Oriente. Na prática, esta região (essencialmente, a Arábia Saudita) fornece aproximadamente 12.9% do petróleo importado pelos Estados Unidos, sendo que a América Latina fornece 19,6% (o México 7,5% e a Venezuela 5,9%), o Canadá 15,1%, África 10,3%, enquanto 38.8% do petróleo é produzido, a nível doméstico, pelos Estados Unidos, e 3,1% provém de outras partes do mundo (diferentes das já mencionadas) (Flintoff, 2012). O Canadá é, assim, como sublinha Corey Flintoff, “inquestionavelmente o maior país fornecedor de petróleo ao seu vizinho do sul, batendo um recorde de 2.2 milhões de barris, por dia em 2011, tendo a sua quota de mercado crescido 12%” (National Public Radio, 2012). De acordo com a U.S. Energy Information Administration, “o Canadá possuía 173.6 biliões de barris de reservas comprovadas de petróleo ao início de 2012” (2012: para. 5). É de realçar, ainda, que as areias betuminosas canadianas em Alberta - correspondendo a “aproximadamente 170 biliões de barris, ou 98% das reservas de petróleo do Canadá” - ocupam “o segundo lugar mundial em termos de reservas petrolíferas comprovadas” (Lam, 2010: 1).

Quanto ao México, a situação energética é oposta à do Canadá. Isto é, embora o México seja um dos 10 maiores produtores petrolíferos mundiais, o terceiro maior do Hemisfério Ocidental, e um importante parceiro no comércio energético norte-americano, a quantidade de petróleo produzida no México tem vindo a diminuir desde

2004 devido ao declínio da produção de Cantarell e de outras grandes jazidas *offshore* (US Energy Information Administration, 2012). É de realçar, ainda, que “o setor petrolífero mexicano padece de um excessivo controlo governamental, corrupção, má gestão e investimento insuficiente” (Luft e Korin, 2009: 148). No que respeita à Venezuela, aqui o principal constrangimento deve-se à tensão das relações entre Washington e Caracas. Como constata Jordan Fabian, “a morte do Presidente venezuelano Hugo Chávez eliminou um dos principais inimigos geopolíticos latino-americanos dos Estados Unidos, alimentando a esperança em Washington de que as evoluções daí decorrentes possam conduzir a melhores relações na região” (2013: para. 1). Todavia, “tal não será fácil” (Fabian, 2013: para. 1). Na verdade, segundo Fabian, “os Estados Unidos e a Venezuela têm compartilhado um relacionamento minado de rancor desde que Chávez fora eleito, pela primeira vez, em 1998” (2013: para. 2.). Chávez exasperou vários Presidentes norte-americanos, “ao estabelecer laços com Estados como Cuba e Irão, hostis a Washington”, e “ao ter fomentado um sentimento anti-Estados Unidos em outras nações no hemisfério ocidental” (Fabian, 2013: para. 2). Por outro lado, o regime de Chávez acusou várias vezes Washington de conspirar para derrubar o seu Governo, alimentando a desconfiança entre os dois países” (Fabian, 2013: para. 2). Embora a Venezuela seja “um dos quatro maiores fornecedores de petróleo aos Estados Unidos”, o falecido Presidente Hugo Chávez ameaçou, por diversas vezes, utilizar o petróleo como arma geopolítica, caso as relações entre os dois países continuassem a deteriorar-se, bem como desviar uma grande parte do petróleo que é exportado para os Estados Unidos para a China (AFP News Agency, 2007; U.S. Department of State, 2013). Face ao exposto, Mark Sullivan afirma que “o falecimento de Hugo Chávez, a 5 de março de 2013, depois de 14 anos de governação populista, tem repercussões não só para o futuro político da Venezuela, mas, potencialmente, para o futuro das relações entre Caracas e Washington”, face às quais o petróleo desempenha um papel considerável, já que “domina as importações norte-americanas provenientes da Venezuela” (Congressional Research Service, 2013: 1).

Face ao acima mencionado, e, até se confirmar, na prática, a previsão da Agência Internacional de Energia de que os Estados Unidos se poderão transformar nos

maiores produtores petrolíferos mundiais, no espaço de uma década, o país tem, entretanto, todo o interesse em diversificar as suas fontes energéticas (The Guardian, 2012). Segundo Gal Luft, “o ritmo frenético da procura global de petróleo poderá contribuir para que países exportadores de petróleo, como o México, a Rússia ou a Noruega, deixem de ser atores relevantes no mercado petrolífero mundial dentro de duas décadas” (2009: 150). Esta situação acabaria por conferir “mais margem de manobra aos Estados produtores de petróleo do Médio Oriente (já que continuariam a dispor de abundantes reservas de petróleo, a preços bastante acessíveis) para manipular o preço do crude e aumentar a sua influência na política externa norte-americana” (Luft, 2009: 150). Neste contexto, a Ásia Central é importante para a *Grande Estratégia* norte-americana, devido ao seu potencial energético (não-OPEP) (Martín, 2010). Por outro lado, como já referido, a luta contra o terrorismo, que se seguiu aos ataques do 11 de setembro, conferiu mais valor estratégico à região, quer no apoio às operações militares contra os talibãs no Afeganistão, quer no combate aos movimentos islâmicos rebeldes (Budzik, 2002). A estratégia de Washington, na região, procurava um “realinhamento na sua postura de defesa”, com o objetivo de ganhar controlo sobre o chamado “Arco de Instabilidade”, que se estendia “desde o Médio Oriente até ao norte da Ásia”, por meio de um “aumento da presença militar nestes teatros” (Berman, 2004: 2).

De acordo com Malikov Khagani, “em resultado da guerra no Afeganistão, os Estados Unidos puderam estabelecer laços militares com os países da região, ricos em recursos energéticos, e, pela primeira vez, penetraram fisicamente no espaço ex-soviético, passando assim a “envolver-se, de ora em diante, nos assuntos de segurança dos países regionais” (2007: 224). Por outro lado, como constata Khoderanok (2002), “as bases militares localizadas na região possibilitaram aos Estados Unidos estar perto de três potências competidoras, a saber, a China, a Rússia e o Irão”.

Na sequência do 11 de setembro e, concretamente, após Washington ter lançado a operação ‘Liberdade Duradoura’ no Afeganistão, em outubro de 2001, a estratégia norte-americana, na região, induziu e foi, simultaneamente, objeto de mudanças quer ao nível qualitativo, quer quantitativo (Fundação Alexandre de Gusmão, 2008: 38). Do ponto de vista qualitativo, registou-se uma mudança de foco - até então na aposta na

democratização e na defesa dos direitos humanos - para a questão da “cooperação securitária” e da “assistência” (Oliker e Shlapak, 2005: 8). Neste sentido, Washington privilegiou uma relação bilateral com cada República centro-asiática no âmbito da referida operação ‘Liberdade Duradoura’ (Oliker e Shlapak, 2005: 8). As Repúblicas centro-asiáticas mostraram-se, não obstante algumas reticências iniciais, recetivas face ao pedido de colaboração de Washington, ainda que a sua reação tenha sido cautelosa perante o olhar atento de Moscovo (Nichol, 2003). Os Estados Unidos puderam contar com “o apoio dos serviços secretos centro-asiáticos, dispondo de acesso ao seu espaço aéreo, e de autorização para aterragens de emergência” (Dittmer, 2007: 17). Além deste auxílio, de carácter mais geral, certos Estados regionais decidiram prestar um apoio mais específico no âmbito da estratégia norte-americana. Assim, “o Uzbequistão, por exemplo, possibilitou a utilização de uma antiga base aérea soviética, em Karshi Khanabad” (Dittmer, 2007: 17). Por sua vez, “o Quirguistão cedeu a base aérea de Manas”, enquanto “o Turquemenistão, ainda que assumindo tradicionalmente uma política de neutralidade, facilitou operações de reabastecimento aos norte-americanos” (Dittmer, 2007: 17). Já “o Tajiquistão permitiu que os Estados Unidos mantivessem uma presença militar de pequena escala em Dushanbe” (Dittmer, 2007: 17-18). Finalmente, “o Cazaquistão também concedeu direitos de sobrevoo e de transbordo às mercadorias destinadas ao Uzbequistão e ao Quirguistão” (Nichol, 2003: 22). Por outro lado, a 10 de julho de 2002, os Estados Unidos e o Cazaquistão assinaram um “Memorando de Entendimento” no que respeita à “utilização do aeroporto de Almaty para aterragens de emergência” (Nichol, 2003: 22).

De acordo com Johannes Linn, “o apoio norte-americano às normas democráticas e aos princípios de liberalização do mercado alicerça-se na convicção de que estas trarão benefícios económicos, a longo prazo, e estabilidade à região” (embora para Linn, “os regimes centro-asiáticos, e a China e a Rússia, tendam a perceber tal apoio mais como uma vontade de promover ideologias ocidentais”) (2007: 8). Ainda segundo Linn, tais interesses encontram-se refletidos na “estratégia meridional” norte-americana, a qual visa fornecer aos produtores de energia centro-asiáticos “acesso aos portos sul-asiáticos, bem como aos mercados energéticos” (Linn, 2007: 8).

Michael Snowden (2011), cônsul dos Estados Unidos em Almaty, explica que “Washington persegue diversos objetivos, em matéria de política externa, nos vários cantos do mundo”, sendo que “a Ásia Central não constitui uma exceção”. Snowden (2011) destaca a importância específica do Cazaquistão, enquanto “força motriz da economia regional”, realçando, em especial, “o crescimento económico notável que o país tem vindo a experimentar devido, nomeadamente, às suas riquezas energéticas”. Por outro lado, o cônsul norte-americano justifica “a coexistência de duas missões diplomáticas (uma Embaixada e um Consulado Geral dos Estados Unidos, o que constitui uma exceção na região) no Cazaquistão, pelo facto de este país desempenhar um papel multifacetado na Ásia Central” (Snowden, 2011).

Além dos domínios político e militar, a cooperação entre os Estados Unidos e o Cazaquistão (fundamentalmente por via da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – do inglês USAID) compreende, segundo David Hoffman (2011) (adido do consulado norte-americano em Almaty), três setores principais. São eles “a promoção do crescimento económico e da liberalização do comércio; os programas de saúde e de educação; e, por fim, as questões ligadas à democracia e à governação, propriamente ditas” (Hoffman, 2011). É neste âmbito, que são abordadas as temáticas dos direitos humanos, da reforma da administração pública, do apoio e monitorização dos procedimentos eleitorais (Hoffman, 2011). No passado, refere David Hoffman, se os Estados Unidos fizeram esforços consideráveis no sentido de apoiar “as iniciativas do Cazaquistão em termos de descentralização”, atualmente “o cerne das atividades da USAID consiste numa combinação de formação, com assistência técnica, equipamento...” (Hoffman, 2011). Acrescente-se ainda que no verão de 2009, os Estados Unidos criaram a Rede Norte de Distribuição, que corresponde a uma série de acordos e de operações logísticas, ligando o Báltico e os portos do Mar Cáspio ao Afeganistão, via Rússia e Repúblicas centro-asiáticas, algo que Kuchins e Gordon (2009) acreditam vir a “reforçar a parceria entre os Estados Unidos e a Ásia Central” (Lee, 2012; Aziz, 2012).

Para Stephen Blank (2011), “existem três razões principais que explicam o interesse de Washington pela Ásia Central”. Em primeiro lugar, “o combate ao

terrorismo, na sequência dos ataques do 11 de setembro” (Blank, 2011). Por outro lado, o facto de os Estados Unidos quererem “impedir a emergência de um qualquer ‘império’ eurasiático (seja ele chinês, russo, ou, eventualmente, iraniano) na região” (Blank, 2011). Por fim, a questão da energia. Aqui, o autor, enquanto norte-americano, admite sem subterfúgios: “Queremos ter livre acesso às fontes energéticas” (Blank, 2011). No entendimento de Stephen Blank, “o núcleo da política energética dos Estados Unidos tem estado focado na promoção do desenvolvimento de vários oleodutos e gasodutos, ligando consumidores externos e produtores de energia” (2008: 76).

Um especialista local (que solicitou o anonimato), refere que “os Estados Unidos não possuem uma política-padrão para a Ásia Central”, sendo que “lidam com cada país [centro-asiático] de forma desigual”, porque “estes também lidam *connosco* [norte-americanos] de modo diferente” (Especialista I, 2012).

### **Rússia, China e Estados Unidos: a balança do poder na Ásia Central**

Segundo Peter Ferdinand, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) assume uma importância particular, na medida em que “resulta de uma iniciativa diplomática chinesa”, e é “a primeira organização do género a ser estabelecida pela China, na qual Pequim desempenha um papel primordial” (2007: 855). O Grupo de Xangai, criado em 1996, emergiu como resultado de uma nova ordem mundial, originada pelo colapso da União Soviética e pelo clima de incertezas que daí adveio (Hürriyet Daily News, 2012). Composto inicialmente pela “China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão”, o grupo foi alargado, no verão de 2001, ao Uzbequistão, tomando, então, a designação de “Organização de Cooperação de Xangai” (Clarke, 2010: 4). Assegurando que não era sua intenção desafiar os Estados Unidos, nem qualquer outro Estado, os membros esclareceram que a sua cooperação visava unicamente contribuir para a segurança da região (Lukin, 2004). A OCX deve, portanto, ser vista, não como um polo ‘anti’-ocidental, mas ao contrário, como um polo ‘não’-ocidental (Facon, 2006: 3). Trata-se, no fundo, de duas realidades completamente diferentes. No entanto, como constata Peter Ferdinand, “a colaboração diplomática dos membros da Organização é, em parte, uma

reação contra a expansão da NATO para leste e as ameaças, a longo prazo, que isso pode provocar” (2007: 855).

Segundo Gene Germanovich, “o entendimento ocidental acerca da OCX alicerça-se em três escolas de pensamento” (2008: 21). A primeira traça uma perspectiva pessimista a respeito do futuro da OCX e suas implicações para os interesses norte-americanos na Ásia Central. Um defensor proeminente desta linha de pensamento é Stephen Blank (do *U.S. Army War College*). Segundo o autor, a utilidade da OCX para a Rússia e China vai além dos exercícios militares, sendo que Moscovo e Pequim a projetaram, “desde a sua criação”, como “um fórum para unificar os Governos centro-asiáticos em torno de uma organização regional de segurança antiamericana” (Blank, 2007: 318). Embora, de acordo com Germanovich, esta escola não costume “mencionar as iniciativas”, em concreto, “que a Organização realiza (além de meras declarações) contra os interesses norte-americanos na região”, ela especula que “a Rússia e a China utilizam as cimeiras e outros espaços multilaterais de forma a pressionar os países mais pequenos a tomarem posições contra os Estados Unidos” (2008: 21-22). Julia Nanay, da consultora PFC Energy, acredita mesmo que a Rússia e a China poderão, eventualmente, vir a desenvolver um agrupamento militar eurasiático sob a égide da Organização de Cooperação de Xangai, como contrapeso à NATO (Nanay, 2007).

A segunda escola de pensamento argumenta que “a OCX não constitui ameaça alguma aos interesses dos Estados Unidos na Ásia Central...” (Germanovich, 2008: 22). Donald Rumsfeld, por sua vez, chegou a afirmar que o exercício de missão de paz realizado no âmbito da OCX em 2005, que envolveu 10 000 militares, não representou qualquer motivo de alarme: “Os países fazem isso... não vi nada de ameaçador [nesse exercício] ...” (China Daily, 2005: para. 4). Questionado sobre se os Estados Unidos deveriam reear uma aliança económica e militar no seio da Organização de Cooperação de Xangai, Stephen Blank (2011) argumenta que “[esta] não é uma organização antiamericana”. O autor admite que embora a OCX se oponha “às tentativas de os Estados Unidos incentivarem a um clima de reformas na Ásia Central”, ela “apoia a presença norte-americana no Afeganistão”, afetando, inclusive, “muito dinheiro para esse fim” (Blank, 2011). Também um outro especialista, que solicitou o

anonimato, acredita que a OCX não possui uma agenda particularmente antiamericana (Especialista III, 2012). Trata-se, segundo este, de “uma tentativa, por parte dos chineses, para ganharem influência na região” (Especialista III, 2012).

A terceira linha de pensamento sugere que “é preciso esperar mais, antes de os observadores interessados poderem especular em que é que a Organização de Cooperação de Xangai se irá tornar” (Germanovich, 2008: 22). Não sobressai nenhum dos principais defensores deste argumento. Por outro lado, segundo Evan A. Feigenbaum (2007), não existe, nos Estados Unidos uma perfeita noção sobre o que é ou o que faz a Organização de Cooperação de Xangai.

Para Armando Marques Guedes (2011), os interesses de Pequim e Moscovo no seio da OCX são de tal modo divergentes que, na opinião do autor, esta constitui um “casamento de conveniência” entre Rússia e China. De facto, por detrás desta união de objetivos oculta-se, segundo Heitor Romana (2010), uma espécie de “jogo do gato e do rato”. De acordo com este especialista, verifica-se, atualmente, “um debate profundo ao nível dos *think thanks* [russos] sobre que política energética é que a Rússia há-de seguir para com a China” (Romana, 2010). Neste quadro, “uns defendem que se deve privilegiar a aproximação à China” porque “é um parceiro estratégico (...) no que diz respeito às relações económicas” e “no que concerne, naturalmente, ao fornecimento energético de gás natural e petróleo” (Romana, 2010). Outros, por sua vez, consideram que tal “é perigoso” porque “cria uma dependência da produção russa em relação ao mercado chinês” (Romana, 2010). Por outro lado, H. Romana (2010) indica que “na China, há também a posição contrária”, isto é, “se os chineses escolherem a Rússia como parceiro privilegiado para o suprimento das [suas] necessidades energéticas, ficam nas mãos dos russos”. Na prática, para H. Romana (2010), “existe uma desconfiança mútua em relação aos propósitos de um e de outro”, sendo que o autor acredita ser “uma inevitabilidade que a Rússia se transforme num grande fornecedor de gás natural e petróleo à China, nos próximos tempos”. A OCX beneficia do reconhecimento internacional que os seus Estados-membros têm vindo a procurar (Shichor, 2008). Pequim e Moscovo “desconfiam um do outro”, embora ambos partilhem a “perceção de que os Estados Unidos constituem uma ameaça à estabilidade

regional e à independência” (Romana, 2010). Este é um aspeto inegável, na opinião de Heitor Romana (2010), o qual observa nas novas gerações russas, além de uma certa apatia ao comunismo, “um ponto em comum: a aversão aos Estados Unidos”<sup>4</sup>, já que estas acreditam que “os norte-americanos têm o ‘complexo missionário’ de querer transformar o mundo e ocupar a Rússia”.

De acordo com um especialista local que solicitou o anonimato, “a OCX é uma organização em desenvolvimento”, que “começou por ser uma entidade pequena e foi crescendo ao longo do tempo” (Especialista I, 2012). Importa sublinhar, no entanto que, para este especialista, “[ela] não é uma organização coordenada”, e que, em vez da cooperação mútua [no seu seio], “prevalece o interesse individual e o princípio generalizado de manter os norte-americanos fora da esfera de influência regional” (Especialista I, 2012). Neste sentido, não é descabido afirmar que, por meio da OCX, China e Rússia representam um desafio aos Estados Unidos, sendo que esta organização regional pode complicar a emergência daqueles na esfera centro-asiática.

### **Palavras finais**

Procurou-se descrever os interesses dos Estados Unidos na Ásia Central como sendo impregnados de um certo realismo. Na verdade, quisemos explicar que o desejo de reforço das relações com as cinco Repúblicas centro-asiáticas gravita essencialmente em torno de uma busca de poder, cara ao realismo. Todavia, o poder é aqui entendido como um poder ‘energético’. Em síntese, os norte-americanos têm uma necessidade veemente de recursos energéticos. A procura realista do poder encontra, desta forma, a sua expressão máxima na vertente energética, o poder energético, através da tentativa de securitizar o abastecimento de petróleo e gás natural.

De entre os estudiosos que dedicaram uma atenção especial à importância geopolítica e geoestratégica do espaço eurasiático, merecem especial destaque Halford Mackinder, Nicholas Spykman e Zbigniew Brzezinski. Todos eles contribuíram para uma abordagem original a respeito dos princípios de estruturação regional do espaço

---

<sup>4</sup>O autor afirma ter constatado na juventude russa esse sentimento geral de aversão aos Estados Unidos, no quadro das aulas lecionadas na Universidade de Moscovo e das frequentes conversas com docentes e alunos russos.

geopolítico e geoeconómico do continente eurasiático. No início do século XX, o geógrafo britânico Sir Halford Mackinder havia sido o primeiro a destacar a importância da Ásia Central, apelidando a região de ‘Pivô geográfico da história’, ou ‘*Heartland*’. Na visão de Mackinder (1904), o mundo encontra-se dividido em áreas isoladas, cada uma destas com uma função especial. Para o autor, é o *Heartland* (onde as massas continentais da Eurásia estão concentradas) que serve de pivô a todas as transformações geopolíticas de dimensões históricas no seio da ‘Ilha Mundial’ (‘*World Island*’). Mackinder (1904) sublinha que no contexto dos processos geopolíticos globais, o continente eurasiático se encontra no coração do mundo, com o *Heartland* a ocupar o centro do continente eurasiático.

Seria redutor afirmar que a Ásia Central é importante para os Estados Unidos apenas na medida em que controlando as fontes de recursos energéticos, Washington passaria a garantir o seu abastecimento energético a partir desta região do mundo. Na verdade, os interesses norte-americanos na arena centro-asiática visam, entre outros aspetos, como vimos, impedir a emergência de um qualquer ‘império’ eurasiático (seja ele chinês, russo, ou, eventualmente, iraniano) na região, já que esta é o tal *Heartland*, o coração do mundo. Neste sentido, o eventual controlo da região por uma única potência, a título de exemplo, pela Rússia ou pela China, seria suscetível de definir, num quadro mais ‘macro’, a posição global das potências no sistema internacional, com um eventual impacto negativo para a hegemonia exercida pela superpotência norte-americana. Do ponto de vista do realismo, tal conjuntura seria inaceitável para a política e posicionamento dos Estados Unidos no sistema internacional. Acrescente-se, por outro lado, que a par da segurança energética norte-americana, o teatro centro-asiático é fundamental para as operações da segurança dita militar, que envolvem o combate aos movimentos terroristas e a estabilização do vizinho Afeganistão. É certamente tentador para os Estados Unidos diversificarem as suas fontes energéticas, como explicámos, mas tão ou mais importante que isso é garantir, simultaneamente, que outras potências, como a China não terão acesso ao petróleo e gás centro-asiáticos. Por que é que tal é importante para os Estados Unidos do ponto de vista realista? Na medida em que a Ásia Central, pela sua proximidade, poderá garantir um aprovisionamento energético

relativamente rápido e seguro aos chineses, em caso de bloqueio do Estreito de Malaca (pela marinha norte-americana), por onde passa a esmagadora maioria das importações chinesas. Desta forma, não interessa a Washington que os chineses possam ter uma fonte alternativa de abastecimento energético, em caso de conflito com os Estados Unidos, pelo que se compreende, pois, a premência de impedir o acesso de potências rivais aos recursos energéticos centro-asiáticos.

### Referências

Akbar, Z. (2012). Central Asia: The New Great Game. **The Washington Review of Turkish & Eurasian Affairs**, October, <http://www.thewashingtonreview.org/articles/central-asia-the-new-great-game.html>

Allix et al (2010). **Coaxing oil from Shale**, **Oilfield Review**, [http://www.slb.com/~media/Files/resources/oilfield\\_review/ors10/win10/coaxing.pdf](http://www.slb.com/~media/Files/resources/oilfield_review/ors10/win10/coaxing.pdf)

Arkhipov, S. et al. (2010). **KAZAKHSTAN OIL & GAS SECTOR**, [http://www.isc.hbs.edu/pdf/Student\\_Projects/Kazakhstan\\_Oil\\_and\\_Gas\\_2010.pdf](http://www.isc.hbs.edu/pdf/Student_Projects/Kazakhstan_Oil_and_Gas_2010.pdf)

Azarch, L. (2009). Central Asia and the European Union: Prospects of an Energy Partnership. **The China and Eurasia Forum Quarterly**, vol. 7, n.º4

Aziz, M. (2012). Afghanistan: The Geopolitics of Regional Economic Integration - The Emergence of China as the New Facilitator, **CIDOB Policy Research Project**.

Bacevich, A. (2002). **American Empire: The Realities & Consequences of US Diplomacy** (Harvard University Press 2002)

**BBC News Asia**, October 17, 2012, <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-16094646>

Berman, I. (2004). The New Battleground: Central Asia and The Caucasus. **The Washington Quarterly**, Winter 2004-2005.

Blank, S. (1999). Every shark east of Suez: great power interests, policies and tactics in Transcaspian energy wars, **Central Asian Survey**, vol.18, n.º 2.

Blank, S. (2011). Entrevista através de contato telefónico. Estados Unidos da América.

Blank, S. (2007). U.S. Interest in Central Asia and Their Challenges, **Demokratizatsiya**, April.

BP, 2011. **Energy Outlook 2030**, 60 years Statistical Review.

BP Statistical Review of World Energy June 2012, [bp.com/statisticalreview](http://bp.com/statisticalreview)

Bromley, S. (2005). **The United States and the Control of World Oil**, Volume 40, Issue 2, pages 225–255.

Brzezinski, Z. (1997). **Le Grand Échiquier: L'Amérique et le reste du monde**. Paris: Bayard Éditions.

Brzezinski, Z. (1997). **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**, Basic books, New York.

Brzezinski, Z. (1998). **The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives**. Basic Books, New York.

Budzik, A. (2002). The Central Asian Republics after September 11, 2001: **How should the U.S. alter its engagement strategy?**, Research Report Submitted to the Faculty In Partial Fulfillment of the Graduation Requirements, Maxwell Air Force Base, Alabama

Bush, G. January 31, 2006. “**State of the Union Address by the President.**” <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2006/>>.

Buzan, B. (1991). **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War**, London: Hasvester Wheatsheaf.

Carter, J. (1979). **Crisis of Confidence Speech**, July 15, [millercenter.virginia.edu/scripps/diglibrary/prezspeeches/carter/jec\\_1979\\_0715.html](http://millercenter.virginia.edu/scripps/diglibrary/prezspeeches/carter/jec_1979_0715.html)

Central Asia, **The DISAM Journal** (Winter 2006), pp.99-105.

“Chavez starts OPEC Summit with 200-dollar Oil Warning”, in **AFP News Agency**, November 17, 2007.

Chazan, G. (2008), Turkmenistan Gas Field is One of World’s Largest, **Wall Street Journal**, October 16, <http://online.wsj.com/article/SB122409510811337137html>

Chenoy, K. (2007). India’s Foreign Policy Shifts and the Calculus of Power. **Economic and Political Weekly**, September

Chevron, **Kazakhstan Fact Sheet**, April 2012

Chivers, C. (2007). Turkmenistan Hails Leader and New Era After Election, **New York TIMES**, <http://www.nytimes.com/2007/02/15/world/asia/15turkmenistan.html>.

Chow, E. et al. (2010) Pipeline Politics in Asia: The Intersection of Demand, Energy Markets, and Supply Routes, **The National Bureau of Asian Research**, Special Report, September.

Chow, E. (2011). Entrevista pessoal através de contato telefônico. Estados Unidos da América.

Clarke, 2010, [http://www.businessweek.com/stories/2010-05-26/chinas-deepening-ties-with-central-asiabusinessweek-business-news-stock-market-and-financial-advice#disqus\\_thread](http://www.businessweek.com/stories/2010-05-26/chinas-deepening-ties-with-central-asiabusinessweek-business-news-stock-market-and-financial-advice#disqus_thread)

Clinton, H. (2012). Energy Diplomacy in the 21st Century, **U.S. Department of State**, October 18

Coburn, L. (2010). Central Asia: Pipelines Are the New Silk Road, **International Association for Energy Economics**.

Cutler, M. (2011). Kazakhstan's offshore Kashagan deposit set for first oil in 2012. Central Asia – **Caucasus Institute**, <http://old.cacianalyst.org/?q=node/5564>

Daly, J. (2008). **Analysis: Turkmenistan, Russia, and China, Energy Tech**, [http://www.energydaily.com/reports/Analysis\\_Turkmenistan\\_Russia\\_and\\_China\\_999.html](http://www.energydaily.com/reports/Analysis_Turkmenistan_Russia_and_China_999.html).

Davis, M. (2011). **How Central Asia Was Won: A Revival of “The Great Game”**, <http://www.law.unc.edu/components/handlers/document.ashx?category=24&subcategory=52&cid=980>

Denison, M. (2009) Turkmenistan's foreign policy: positive neutrality and the consolidation of the Turkmen regime, **Central Asian Survey**, 28: 4, 429-431

Dittmer L. (2007). Central Asia and the Regional Powers, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 5, N.º4, 7-22

Downs, E. (2011). Inside China, Inc: China Development Bank's Cross-Border Energy Deals, John L. Thornton **China Center Monograph Series**, Number 3

Edwards, M. (2003), The New Great Game and the new great gamers: disciples of Kipling and Mackinder, **Central Asian Survey**, 22, n.º1.

Emerson, M. e Vinokurov, E. (2009). Optimisation of Central Asian and Eurasian Trans-Continental Land Transport Corridors, **EUCAM Working Paper**, N.º 7

Emerson M. et al. (2010). Into EurAsia - Monitoring the EU's Central Asia Strategy, **EU-Central Asia Monitoring**, n.º 13.

Energy Information Administration, **Country Analysis Briefs - Turkmenistan**, 2012, <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=tx>

ENI, 2012, [www.eni.com/en\\_IT/innovation-technology/eni-projects/kashagan/kashagan-project.shtml](http://www.eni.com/en_IT/innovation-technology/eni-projects/kashagan/kashagan-project.shtml)

Erickson, A., Collins, Gabriel, B. (2010). China's oil security pipe dream: the reality, and strategic consequences, of seaborne imports. **Naval War College Review** 63 (2), 88–111.

Eshchanov, B. (2006). How to meet the Future Energy Needs of Uzbekistan. **Master of Science Thesis**. Stockholm

Fabian, J. (2013). Hugo Chávez Death: Fixing the U.S.-Venezuela Relationship Won't Be Easy, **Fusion.net**, <http://fusion.net/leadership/story/hugo-chavez-death-fixing-us-venezuela-relationship-easy-12326>

Facon, I., (2006). **Les relations stratégiques Chine-Russie en 2005: la réactivation d'une amitié pragmatique**, Fondation pour la Recherche Stratégique

Feigenbaum, E. (2007). The Shanghai Cooperation Organization and the Future of Central Asia, **The Nixon Center**, Washington, DC, <http://2001-2009.state.gov/p/sca/rls/rm/2007/91858.htm>

Feld, 2002, **Kyrgyzstan**, <http://www.nigc.org/eia/kyrgyz.asp>

Ferdinand, P. (2007), Sunset, sunrise: China and Russia construct a new relationship, **International Affairs**, 83, 5.

Flintoff, National Public Radio, April 12, 2012, <http://www.npr.org/2012/04/11/150444802/where-does-america-get-oil-you-may-be-surprised>

Fouskas, V. and Gokay, B. (2005). **The New American Imperialism**, Praeger.

Freire, M. (2010). **Key Players and Regional Dynamics in Eurasia: The Return of the 'Great Game'**. Basingstoke: Palgrave MacMillan (with R.Kanet).

Fried, D. (2006). A Strategy for Central Asia, **The DISAM Journal**, 99-105.

Fuerth, L., Energy, Homeland, and National Security, in **Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy**, eds. Kalicki, J. and Goldwyn, D., Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2005.

Germanovich, G. (2008), The Shanghai Cooperation Organization: A Threat to American Interests in Central Asia?, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 6, n.º 1, 19-38

Giragosian, R. (2004). The US Military Engagement in Central Asia and the South Caucasus: An Overview, **Journal of Slavic Military Studies**, 17.

Giragosian, R. (2006). The Strategic Central Asian Arena, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 4, n.º 1, 133-153.

Global Security, 2013, <http://www.globalsecurity.org/military/world/centralasia/tajik-energy.htm>

GIObserver, June 25, 2011, <http://gloobserver.cn/en/kazakhstan/natural-gas>

Grossman, S. (2012), **Newsfeed.time**, <http://newsfeed.time.com/2012/08/11/a-history-of-vice-presidential-picks-from-the-pages-of-time/slide/2000-dick-cheneys/>

Guedes, Armando M. (2011). Entrevista Pessoal. Lisboa

Hanova, **The Journal of Turkish Weekly**, August 14, 2012; <http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=6>

Hoffman, D. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.

Hürriyet Daily News, 2012, <http://www.hurriyetdailynews.com/turkey-would-abandon-eu-for-shanghai-five.aspx?pageID=238&nid=26455>

Indyk, S., Symposium 1993, **The Washington Institute**, <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-clinton-administrations-approach-to-the-middle-east>

Iseri, E, 2009, The US Grand Strategy and the Eurasian Heartland in the Twenty-First Century, **Geopolitics**, 14, n.º1.

Joskow, 2001. “**California’s Electricity Crisis.**” Working Paper 8442. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research.

Joskow, **Economic Perspectives**, U.S. Department of State, May 2004

Kellner, T. (2002), La Chine et la Nouvelle Asie Centrale, in **Rapport du GRIP** 2002/1, Bruxelles, [www.grip.org/fr/siteweb/images/RAPPORTS/2002/2002-01.pdf](http://www.grip.org/fr/siteweb/images/RAPPORTS/2002/2002-01.pdf).

Kennedy, P. (1991). **Grand Strategies in War and Peace**. Yale University Press.

Keohane, R. (2000). **Realism, Neorealism and the Study of World Politics**. Basic Books

Khagani, M. (2007). Geopolitics and Energy Security in the Caspian Region, [http://dspace.lib.niigata-u.ac.jp:8080/dspace/bitstream/10191/6397/1/01\\_0051.pdf?origin=publication\\_detail](http://dspace.lib.niigata-u.ac.jp:8080/dspace/bitstream/10191/6397/1/01_0051.pdf?origin=publication_detail)

Khoderanok M. (2002). **Russia Surrounded with US Military Bases**, Center for Defense Information Website, January

Kissinger, H. (1994). **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster

Klare, M., 2002, Global petro-politics: the foreign policy implications of the Bush administration's energy plan, **Current History**, March.

Klare, M. (2007). "**The Global Energy Race and Its Consequences (Part 1)**," TomDispatch.com (ZMag.com), January 14.

Klare, **Triple Crisis**, November 13, 2012, <http://triplecrisis.com/putin-expands-states-role-in-energy-policy/>

Koolae E. e Imani-Kalesar, M. (2010). India's Energy Security Strategy Towards the Caspian Sea Region, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 8, n.º 1, 83-94

Korniyenko Y. e Sakatsume, T. (2009). **Chinese investment in the transition countries**, Working Paper n.º 107, European Bank for Reconstruction and Development

Lam, E. (2010). **Financial Post**, [http://business.financialpost.com/2010/12/03/canada-oil-sands-trust-expected-to-slash-dividend-60/?\\_\\_lsa=e95f-2035](http://business.financialpost.com/2010/12/03/canada-oil-sands-trust-expected-to-slash-dividend-60/?__lsa=e95f-2035)

Lee, J. (2012). **The Diplomat**, October 4, <http://thediplomat.com/china-power/the-tragedy-of-chinas-energy-policy/>

Linn, J. (2007). Central Asia – National Interests and Regional Prospects, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 5, n.º 3.

Lough J., (2009), **Russia's Energy Diplomacy**, Chatham House, Briefing Paper

Luft, G. and Korin, A. (2009). **Energy Security Challenges for the 21<sup>st</sup> Century: A Reference Handbook**. Contemporary Military, Strategic, and Security Issues. Praeger Security International.

Lukin, A. (2004) “**Shanghai Cooperation Organization: problems and prospects**”, *International Affairs (Minneapolis)* 50(3), pp.31-40.

Luong, P. (2000), Kazakhstan: The Long-Term Costs of Short-Term Gains. In Ebel, R. and Menon, R., eds., **Energy and Conflict in Central Asia and the Caucasus**, USA: Rowan and Littlefield

Mackinder, H. (1904). The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, Vol. 23, No. 4

Mackinder, H. (2004). The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, Vol. 170, n.º4, December 2004, 298-321.

Maley, W. (1998). **The Perils of Pipelines**, *The World Today*, 54, n.º 8-9

Mellis, C. (2012). Entrevista pessoal. Dushanbe.

Mammadov, I. (2009). **Geopolitics of Energy in the Caspian Sea Region - Azerbaijan’s Challenges**, Master of Arts Thesis, Tufts University

Marketos, T. (2009), **China’s Energy Geopolitics: The Shanghai Cooperation Organization and Central Asia**, London: Routledge

Marten, K. (2007). **Russia Efforts to Control Kazakhstan’s Oil: the Kumkol Case**. *Post-Soviet Affairs*, 23, 18-37

Mashrab, F. (2012). **Asia Times**, August 9, [http://www.atimes.com/atimes/Central\\_Asia/NH09Ag01.html](http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/NH09Ag01.html)

Morgenthau, H. (1978). **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**, New York Alfred A. Knopf, 5th edition.

Nanay, J. (2007). **Inside Track: SCO Gaining Importance**, *The National Interest* online, August 8 2007.

Nichol, J., 2003, **Central Asia’s New States: Political Developments and Implications for U.S. Interests**, Issue Brief for Congress

Nichol, J., 2003, **Central Asia's Security: Issues and Implications for U.S. Interests**, CRS Report for Congress

Nichol, J., (2012), **Kyrgyzstan: Recent Developments and U.S. Interests**, CRS Report for Congress

Nixon, R. (1973). **Address to the Nation About National Energy Policy**, November 25, [www.nixonfoundation.org/clientuploads/directory/archive/1973\\_pdf\\_files/1973\\_0339.pdf](http://www.nixonfoundation.org/clientuploads/directory/archive/1973_pdf_files/1973_0339.pdf)

**"Oil Consumption in North America"**, November 13, 2000, <http://maps.unomaha.edu/peterson/funda/sidebar/oilconsumption.html>

Oliker, O. e Shlapak, D. (2005). **U.S. Interests in Central Asia: Policy Priorities & Military Roles**, Santa Monica: RAND Corp

Pannier, B. (2008). Independent Audit Shows Turkmen Gasfield 'World Class', **Eurasianet Business & Economics**, October 19, <<http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/pp101908.shtml>>

Pantucci, R. e Petersen A. (2012). Beijing Lays the Groundwork in Tajikistan: A View from the Ground, **China Brief** Volume: 12 Issue, 11, May 25

Reuteurs, October 4, 2011, <http://in.reuters.com/article/2011/10/04/oil-kazakhstan-idINL5E7L405520111004>

Romana, H. (2010). Entrevista Pessoal. Lisboa.

Rousseau, **Foreign Policy in Focus**, 2011, [http://www.fpif.org/articles/pipeline\\_politics\\_in\\_central\\_asia](http://www.fpif.org/articles/pipeline_politics_in_central_asia)

Rudnitsky, J. (2013). Bloomberg, January, <http://www.bloomberg.com/news/2013-01-24/caspian-oil-pipeline-expansion-to-finish-in-2015-transneft-says.html>

Rumsfeld: China-Russia drill no threat, **China Daily** 2005, [http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-08/25/content\\_472093.htm](http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-08/25/content_472093.htm)

Ruoxi Du (2011). Central Asian Energy: A Point of Contention or Collaboration in Russia-China Relations. **CREES-FMSO**

Santos, V. (2007). **Introdução à Teoria das Relações Internacionais**. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 162-176.

Shah, L. (2009). U.S. Dependency on Foreign Oil: A Predictive Study on Possible National and International Solutions. **INTL** 504, <http://lamp-method.org/eCommons/ShahL.pdf>

Shichor, Y. (2006). China's Central Asian Strategy and the Xinjiang Connection: Predicaments and Medicaments in a Contemporary Perspective, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 6, n.º 2, 55-73

Shishkin, P. (2012). **Central Asia's Crisis of Governance**. Asia Society.

Shuja, S.,(2006). China's energy needs and Central Asia, in **National Observer**, n.º 67, Summer

Siitonen, L. (1990). **Political Theories of Development Cooperation** – A Study of Theories of International Cooperation. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University

Smith (2012). 'On the portents of peak oil (and other indicators of resource scarcity)', *Energy Policy*, Vol. 44

Snowden, M. (2011). Entrevista pessoal. Almaty.

Socor, V. (2012). **The JamesTown Foundation**, July 19, [www.jamestown.org/single/?no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=39649](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=39649)

Special Report: Caspian Region, **Global Business Reports**, [http://www.gbreports.com/admin/reports/Caspian\\_O&G2012.pdf](http://www.gbreports.com/admin/reports/Caspian_O&G2012.pdf)

Statoil, 2013, <http://stratoil.wikispaces.com/Kazakhstan>

Sullivan, M. (2013). Venezuela: Issues for Congress. **Congressional Research Service TengriNews**, April 17, 2012, [http://en.tengrinews.kz/industry\\_infrastructure/Kazakhstan-government-updated-strategic-fields-list-9239/](http://en.tengrinews.kz/industry_infrastructure/Kazakhstan-government-updated-strategic-fields-list-9239/)

Tethys Petroleum, 2008, <http://m.tethyspetroleum.com/tethys/mobile/mediacontent.action?articleId=1553703&p=2&yearStr=2008>

The Astana Times, January 11, 2011, <http://www.astanatimes.kz/index.php?uin=1290951468&pg=1357892465>

The Encyclopedia of Earth (2008). **Energy Profile of Central Asia** (Sept. 4), [http://www.eoearth.org/article/Energy\\_profile\\_of\\_Central\\_Asia#Turkmenistan.27s\\_Oil\\_Sector](http://www.eoearth.org/article/Energy_profile_of_Central_Asia#Turkmenistan.27s_Oil_Sector).

**The Guardian**, March 18, 2012, [www.guardian.co.uk/world/2012/mar/18/china-challenges-next-generation](http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/18/china-challenges-next-generation)

**The Guardian**, December 14, 2012, <http://www.guardian.co.uk/world/2012/dec/14/china-worlds-biggest-new-car-market>

Timeline of Competition between Unocal and Bridas for the Afghanistan Pipeline, **worldpress.org** (Nov. 4, 2010), [http://www.worldpress.org/specials/pp/pipeline\\_timeline.htm](http://www.worldpress.org/specials/pp/pipeline_timeline.htm)

Trilling, April 12, 2012, **EurAsiaNet**, <http://www.eurasianet.org/node/65257>

The World Factbook, CIA, July 2013, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2119.html>

U.S. Commercial Service: 2010 Country Commercial Guide for U.S. Companies.

U.S. Department of Energy. 2006. **Energy Policy Act 2005 section 1837**: National Security of International Energy Requirements

U.S. Department of State, January 17, 2013, <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35766.htm>

U.S. Energy Information Administration, September 4, 2012, <http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Kazakhstan/kazakhstan.pdf>

U.S. Energy Information Administration, December 10, 2012, <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CA>

U.S. Energy Information Administration, February 1, 2013, <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=tu>

Vasquez, J. (1983). **The Power of Power Politics: A critique**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Weiss, A. et al (2012), **Promoting International Energy Security**, Vol. 2: Turkey and the Caspian, Santa Monica, Calif.: RAND Corporation, TR-1144/2-AF.

Worley, W. (2006). **Building ties that bind? The role of Central Asia in Chinese oil security**, Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association,

Town & Country Resort and Convention Center, San Diego, California, USA, March 22.

Xinhua, May 12, 2012, <http://english.cri.cn/6826/2012/05/12/191s699106.htm>

Yang, Chi-Lin. (2008). A Critique of American policies toward Central Asia. **Chang Gung Journal of Humanities and Social Sciences**, 1(2).

Yergin, D. (2006). Ensuring Energy Security, **Foreign Affairs**, 85, n.º 2, March/April

### **Resumo**

O objetivo do presente artigo consiste em contribuir para o aumento do conhecimento acerca de uma região do mundo remota, mas de extrema importância no contexto geopolítico e económico da atualidade: a Ásia Central. O argumento central é o de que as potências externas (os Estados Unidos) demonstram um interesse de carácter fundamentalmente económico (a busca de recursos energéticos) na região, perseguindo políticas de natureza predominantemente realista face a esta.

### **Palavras-Chave**

Ásia Central; Estados Unidos; recursos energéticos.

### **Abstract**

The aim of this paper is to contribute to increase knowledge about a remote region of the world, but of utmost importance in the geopolitical and economic context of today: Central Asia. The central argument is that the great powers (the United States) demonstrate a predominantly economic interest (the search for energy resources) towards the region, pursuing fundamentally realistic-driven policies with regard to it.

### **Keywords**

Central Asia; United States; energy resources

*Artigo recebido dia 23 de dezembro de 2013.  
Aprovado em 10 de abril de 2014.*

## **NORTH KOREA: IDEOLOGY, WAR, AND VIOLENCE**

Coreia do Norte: Ideologia, Guerra e Violência

*Bruno Gomes Guimarães*<sup>1</sup>

### **Introduction**

The Korean peninsula has been an important regional and global conflict zone since the 20<sup>th</sup> century. The division between the North and South, namely between the Democratic People's Republic of Korea (henceforth referred to as DPRK or North Korea) and the Republic of Korea (ROK or South Korea), is with no doubt one main cause for destabilization in East Asia. Political developments in the peninsula have affected not only the region, but also the world as a whole. For instance, the Korean War ended up determining the course of the Cold War — serving as a parameter for the confrontation between the superpowers elsewhere — and the conditions for the use of nuclear weapons (Brites, 2011). Conversely, world events have also had influence over the developments in the region: The political trajectory of ROK and DPRK have oscillated according to the flow of political developments in the international system, from distension between the Soviet Union and the United States to the unipolarity of the 1990s (Melchionna, 2011; Brites, 2011).

Therefore, Brites (2011) affirms that any change in the *status quo* would most likely also alter not only the regional, but also the global balance of power as to its polarity and polarization, especially due to strong polarization of involved actors, such as the People's Republic of China, Japan, Russia, and the United States. In addition to that, as Brites (2011) mentioned in the construction of possible scenarios that the

---

<sup>1</sup> Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia/Pesquisador associado. Universidade Livre de Berlim, Universidade de Potsdam, Universidade Humboldt/Mestrando em Relações Internacionais (programa conjunto). E-mail bguima@terra.com.br.

continuance of the division may engender the emergence of new identities either in the South or in the North, which could render a Korean reunification socially almost impossible or pointless.<sup>2</sup> The Korean nation has been characterised by socio-cultural unity, but the fratricide war and the maintenance of the division have seriously shaken the Koreans' identity (Magno, Pitt & Brites, 2011).

DPRK is deemed to be one of the most strongly ideologised contemporary states, where indoctrination is a part of the daily lives of every citizen, and, since ideology is a very important mechanism for waging war and also a vital aspect which determines identity (see e.g. Noesgaard et al, 2009; Larsen et al, 1995), this paper intends to analyse North Korean ideologies concerning war and violence. Thus, first we are going to review how ideologies are linked with organised violence. Siniša Malešević's theory about the ideologisation of violence in modern times will be reviewed as well as Carl Schmitt's concept of the political and his later update concerning partisanship.

Following this review of theoretical approaches, there will be an analysis of the North Korean ideologies proper, focused on *Songun* (military-first) and on its counterpart the *Ch'ongdae* (the gun philosophy) and what they stipulate with reference to violence and war. *Juche*, the other official North Korean ideology, will not be coped with, because it seems that *Songun* has replaced it as the main state ideology despite the official discourse (Kwon, 2003).<sup>3</sup> *Songun* is the ideology of Kim Jong-Il's regime, while *Juche* is more identified with Kim Il-Sung's (Gause, 2011). Even though the choice of *Songun* and *Ch'ongdae* takes into account the pre-eminence that both give to prescriptions concerning war and violence, this paper does not intend to cover all North Korean ideologies and doctrines nor is it the intention to say that these two are the only relevant ones when it comes to the subject.

---

<sup>2</sup>Polls show that the majority of young South Koreans (18 to 35 years old) sees DPRK as a distinct country with different culture and identity and, hence, the issue of reunification should be secondary in ROK's political agenda (Brites, 2011).

<sup>3</sup>*Juche*, on its most basic terms, means "self-reliance"; politically it prescribes economic, political and military independence (Lee, 2003). The concept has undergone several transformations since its inception and now it persists only minimally in the daily lives of the North Korean people (Kim, 2006). However, as Kim (2006) points out, it remains as a (sometimes vague) political guideline for the regime.

Thus, the paper is divided into two sections. The first one reviews the theoretical approaches of Schmitt and Malešević regarding ideology and war, starting with the former. The second is dedicated to descriptions of *Songun* and *Ch'ongdae* and the analysis itself. A brief conclusion will, then, follow these two sections to examine the findings.

## **Theoretical Approaches**

### **Malešević: ideology and war**

Malešević's interpretation of organized violence in modern times states that the Modern Age is characterized by an inherent discrepancy between the normative sphere, where human life is most valued (through ideologies) and violence abhorred, and the everyday practice, where killing happens at an unprecedented rate (Malešević, 2010). For him, Modernity's combination of systematic mass extermination and the moral importance of human life arises from the organization of societies and the proliferation of modern ideologies (Malešević, 2010).<sup>4</sup>

In order to explain this dissonance, Malešević (2010) notes that organized violent actions require processes of collective mobilization and social mechanisms of justification. Ideologies — defined by him as “a universal social process through which individual and collective agents articulate their beliefs, values, ideas and actions” in order to articulate “blueprints for the transformation of the existing reality” (Malešević, 2010: 130, 82) — fill this gap, working as powerful mobilisers and legitimisers of social action. Modernity provided a key ideological transformation: State authority was no longer based on divine grounds, but rather through abstract values such as justice, equality, liberty and others (Malešević, 2010). Therefore, it created an environment leaning to an intensive proliferation of ideologies fighting for the hearts and minds of citizens (Malešević, 2010).

---

<sup>4</sup>Concerning the modern bureaucratization of societies, Malešević (2010) states that Modernity allows for a more potent organizational means for violence with structural rationalization of the entire society, while violence is externalized and becomes a rational means to achieve an end.

Within this context, Malešević (2010) develops the concept of “centrifugal (mass-scale) ideologisation”, which means a significantly wider proliferation of ideological discourses with strong popular resonance radiating from the centre of a particular social organization such as the state. These ideological discourses justify waging war against others. Warfare is, then, underpinned by an uncompromising conflict of values which states that war has to be won at any cost regardless of the number of casualties (Malešević, 2010). These ideologies, as a by-product of Modernity, aim at a better society (more just and rational), and, therefore, any opposition to them may be interpreted as irrational, deliberately unjust or even evil — and with evil there can be no compromise (Malešević, 2010). And, as he puts it himself: “Violence feeds off ideological doctrines that are capable of reconciling inclusion with exclusion, fairness with discrimination, equity with bigotry, and universalist humanist ethical principles with the mass slaughter of other human beings” (Malešević, 2010: 83).

Malešević presents historical examples of centrifugal ideologisation for the purposes of war-making. According to him, European states used the ideas of Social Darwinism to mobilize and justify colonialism, for instance the French (and Portuguese) *mission civilisatrice* (Malešević, 2010). In addition to that, he also quotes the two World Wars, which were also heavily conditioned by ideological struggles, besides geopolitical considerations. During the first, an ideological image of a unified nation was created to fight the adversaries and mobilize populations.<sup>5</sup> As for the second, states mobilized their entire societies for war and presented uncompromising ideological projects — such as fascism, liberal democracy and state socialism — in a struggle for the preservation of humanity (Malešević, 2010). Yet, both were the bloodiest armed conflict to happen in human history, despite the ideologies’ deep commitment to human life.

---

<sup>5</sup>Image is a subjective knowledge about an object, how one thinks about it (Boulding, 1956). It can be different from objective information, but it is still important because behaviour depends on the image (Boulding, 1956). As Lee (2012) puts it, if the majority of the population of a country shares the same image of another one, their perception becomes a political reality, regardless of objectivity. Thus, ideology provides images for political action.

Malešević (2010) argues that this reconciliation — the view that all human beings are of equal moral worth, and that their life is precious, with warfare and mass exterminations — emerges through the denial of humanity to the enemy. This dehumanisation of the enemy serves the purpose of delegitimising their actions and to allocate them among beings of less worth than those of the human race (Malešević, 2010). This view is also shared by Schmitt (2004), who argues that this happens because broad abstract concepts such as justice, progress and humanity are potent ideological devices that allow for one side of the conflict to dehumanise the enemy:

They have to consider the other side as entirely criminal and inhuman, as totally worthless. Otherwise they are themselves criminal and inhuman. The logic of value and its obverse, worthlessness, unfolds its annihilating consequence, compelling ever new, ever deeper discriminations, criminalizations, and devaluations to the point of annihilating all of unworthy life (Schmitt, 2004: 67).

In other words, “[t]he adversary is thus no longer called an enemy but a disturber of peace and is thereby designated to be an outlaw of humanity” (Schmitt, 2007: 79).

Finally, in the specific context of the modern nation-state, Malešević (2010) states that these social orders are able to enforce their coercive power anywhere in its territory and ideologically mobilize and legitimize this power. States have an internally shared perception among their societies that their nation is morally and ideologically right whose actions are universally justifiable (Malešević, 2010). However, during wartime the actions of their entire societies are governed by a single purpose, which is dictated by an ideology, opening the path to mobilization and justification (Malešević, 2010).

In sum, Malešević sees modern ideologies as tools for justification and mobilisation for warfare. Because they consider themselves rational and aim at a better society, they leave space open for interpretations that any opposition to them is irrational and backwards. Despite cherishing human life and dignity, discourses are developed by ideologies to justify killings, saying that those that are killed are “lesser humans”, whose life is of lesser worth. They provide an image in which the enemy is less human. In Modernity, ideologies emanate from the centre of social organisations

and have strong popular acceptance, causing what he names “centrifugal ideologisation” — opening the path for widespread mobilisation and legitimisation of war —, and this is the reason why it is the bloodiest epoch of human history.

### **Carl Schmitt: war within the political**

In his “The Concept of the Political” Schmitt (2007) aims to define the distinct features of the political, considering that it does not equate with statehood, and in this attempt he develops a theory that may be applied to sociological studies of war and organized violence. For him, the unique characteristic of political actions and motives is that they can be reduced to a friend and enemy distinction. It is the utmost degree of unity or dissociation of human groupings, which determines whether conflict is possible in extreme cases. This friend-enemy distinction does not have to draw upon other distinctions, such as moral or economic ones, and only actual participants of a determined group can correctly determine it.

Joas (2003) notices that this ultimate distinction does not mean that all politics is struggle, but that the underlining delimitation from others and the possibility of a conflict with them is central to the constitution of a political entity. Therefore, this possibility of war is inherent to the political sphere, even though awareness of it may be lost (Schmitt, 2007). Being ever present, it determines human action and thinking, creating, thus, political behaviour. War may not be desirable, ideal, common, or normal, but it has to remain a possibility to political groupings for as long as the concept of enmity remains valid (Schmitt, 2007; Joas, 2003).

Therefore, in Schmitt’s view, the friend-enemy distinction refers to the real chance of physical killing, whilst war is the existential negation of the enemy — the extreme consequence of enmity. Political entities are by its very nature the decisive ones regarding the friend-enemy distinctions, and the state’s authority rests upon its political character, i.e. sovereignty consists exclusively in an ultimate ability to make decisions whether (and when) to wage war and about the state of emergency (Schmitt, 2007; Joas, 2003). Schmitt (2007) adds that killing and war cannot be politically justified if there are no threats to the existence of political entity itself, but that once it does the political

association pushes all other societal realms and groupings (e.g. religion, economics) to a second rank.

Consequently, any organized political group or entity contains within itself the possibility of war. The possibility of (organized) violence is in the essence of political human groupings. Therefore, war is intrinsically connected to the political life of the society. It is the result of the organization of humans into political entities. There can be no politics without a friend-enemy distinction, i.e. without the possibility of physical violence.

Schmitt further developed his concept of the political through “The theory of the partisan”, in which he dealt with the emergence of irregular fighters (guerrilla, terrorism) since the 19<sup>th</sup> century. Whereas in general war remains essentially contained, for the partisan it means a total war where the fight will last until the annihilation of the enemy, e.g. civil or colonial war (Schmitt, 2004). The partisan has an intense political character, since he or she is constantly dealing with the friend-enemy distinction in its extremes while fighting on a political front. In the common concept of the political, the enemy is invisible (up to a point) and the political struggle constructs a recognisable image of it (Žižek, 2002)<sup>6</sup>, but for the partisan, this image has already been provided and is very clear from the beginning, making it all the more extreme/fundamentalist.

Drawing from Lenin’s writings the idea that revolutionary war is the only true war, since it originates from absolute enmity, Schmitt (2004) tells that partisanship knows no containment when it comes to violence. Precisely because the enemy is absolute, there is no chance of an intermediate peace (Schmitt, 2004). Deriving from Mao Zedong’s ideas — who, according to him perfected the notion of partisanship —, Schmitt (2004) further states that partisanship is essentially characterized by this absolute real enmity, especially connected to the soil in dispute (anti-colonial and civil wars, for instance). In such conditions, only victory matters, similar to Clausewitz’s

---

<sup>6</sup>See footnote 4.

idea of absolute war — the extreme kind of war in which escalation of hostilities would be limitless<sup>7</sup> — (Schmitt, 2004; Clausewitz, 1832; Echevarria, 2007).

As a result, a political human grouping or entity of a partisan character would not only contain in itself the possibility of war, but it would be aware of it and handle it in its extremes. The members of such a grouping or entity would be immersed in the idea of conflict and organized violence. The likelihood of war would be very real, because enmity would also be absolute. There could be no agreement or partial peace, particularly when the partisanship of the entity or grouping in question is associated with a territory or soil.

## **North Korean Ideologies and War**

### ***Songun*, the military-first ideology**

*Songun*, or the military-first politics, first came to the spotlight in the 1990s during the transitional period after the death of Kim Il-Sung. There are many divergences as to when it started, especially because the regime's official narrative of facts has changed in the past two decades. Notwithstanding that, at first *Songun* was a political formula, which hinted at the *modus operandi* of Kim Jong-Il's rule, but at the onset of the 21<sup>st</sup> century its ideas were elevated to the status of ideology (Miyeong, 2009).

*Songun* is an ideology in development that served as a new political strategy for the regime's survival (Kwon, 2003; Eberstadt, 2004). According to the North Korean perception, it was the ideological weakness of former communist countries — especially the armed forces depoliticisation — and their poor military capacities that led them to demise. North Korea deemed itself as the vanguard against American imperial power during the Cold War. As a consequence, when it ended, Pyongyang felt it was left alone in a unipolar world order ruled by the U.S. (Kwon & Chung, 2012). Therefore, *Songun* means to distinguish the DPRK from the Soviet Union (USSR) and other communist countries, the same way that *Juche*, the state ideology before *Songun*,

---

<sup>7</sup>Clausewitz's concept is, however, only theoretical, because the idea of absolute war in reality is inconceivable and illogical (Clausewitz, 1832).

was used to differentiate the country from the USSR and China during the Cold War (Kwon & Chung, 2012).

The theory of *Songun* states that the army is the pillar of revolution and its main driving force. Moreover, according to it, the socialist revolution is strongly based on correct thoughts and ideological dispositions. Consequently, there is a moral imperative to maintain it, which stands above economic welfare and growth. Hence, *Songun* prioritizes the power of ideology over production forces, contradicting the principles of Marxism and historical materialism, which were considered outdated by Kim Jong-Il, because the 21<sup>st</sup> century has many different conditions in comparison to the time of their creation (Miyeong, 2009; Kwon & Chung, 2012).

The main objective of *Songun* is the maintenance of the revolution, which can be primarily understood as the struggle against imperialist forces instead of fighting capitalism. The main imperialist forces trying to prevent the Korean independence are the Japanese and the Americans in the North Korean view. Drawing from that, Byman & Lind (2010) affirm that xenophobia against Americans and Japanese alike, plus those “contaminated by association” — i.e. South Koreans —, justifies *Songun*, because the official North Korean propaganda denigrates and dehumanizes U.S. and Japanese citizens and soldiers. Kang (2012) corroborates that anti-Americanism is pivotal for the ideology of *Songun* and adds that this sentiment has been used as a mechanism for social integration around the ideology.

In fact, Kim Jong-Il (2000) declared that the Korean People’s Army (KPA) equals the party (Workers’ Party), the state and the people. Effectively, this means that *Songun* asks of the North Korean people to embrace and become the army, because it is the only way that they can safeguard their independence. *Rodong Sinmun*<sup>8</sup> (2013) also states that the army-people unity is paramount for the conflict against imperialist forces and that the people should love their soldiers as their dearest ones and help them in any way possible. Moreover, the people “depend on strong revolutionary armed forces because revolution requires confrontations of power between revolutionaries and

---

<sup>8</sup> *Rodong Sinmun* is the newspaper of the Workers’ Party of Korea and is considered a source of official positions and views on several subjects.

counter-revolutionaries” (Miyeong, 2009: 187). The society ought to learn from the KPA’s soldiers and emulate their revolutionary spirit and fighting style. Koh (2010) argues that *Songun*, then, elevates the military both as a function and as an organization: An enabler of the revolutionary struggle — defending the country from imperialists —, whose internal values of loyalty, revolutionary spirit, cohesiveness and *esprit de corps* should be copied by the society towards the maintenance of the revolution. The entire country has to be armed with ideas and willing to die to defend the country and the supreme leader (Koh, 2010).

Despite this logic of the army being at the forefront of revolutionary struggle, Fendler (2009) contends that *Songun* is not aggressive, but rather protective, serving for domestic political purposes. Zerpa (2011) agrees with this opinion and further claims that *Songun* is an instrument for defence and peace: dissuasion from external interference and assurance of an independent development. The ideology states that the KPA is the nation’s ideological vanguard and that it should be central in all realms of the North Korean citizens’ lives, and these prescriptions actually have advanced very concrete political objectives of Kim Jong-II (Kim, 2006). The political system underwent several changes, including constitutional ones, after the death of Kim Il-Sung, to increase the role of the armed forces in politics. For instance, the main political position of the country is now a military rank, which oversees the political bodies.<sup>9</sup> By the time of the implementation of these changes, Kim Jong-II’s objective was a rupture with the past, trying to detach the army from the economic crisis which happened in the mid-1990s and to guarantee the loyalty of the armed forces to his government.

### ***Ch’ongdae*, the gun philosophy**

In spite of the attempt to differentiate Kim Jong-II’s government from his father’s, the regime still needed to create a sense of continuity, because the succession legitimacy basis is linked to the perpetuation of an ideological line stemming from his father (Armstrong, 2003). Hence, the idea that *Songun* was actually a creation from Kim

---

<sup>9</sup>Nevertheless, this does not mean that the party lost importance in the everyday lives of North Korean citizens nor in the government, neither that the military dominates it (Kim, 2006).

Il-Sung or, in other words, a tradition in the family, started appearing on the media and the arts. There was an alteration in the official narratives of Kim Il-Sung's family to adapt *Songun* within *Juche* and the North Korean history as a whole. Stories of how Kim Il-Sung received two guns as a gift from his father and how he gave his son, Kim Jong-Il, his own pistol became more recurring. The justification for those gestures is that “When you fight with an enemy who happens to have a knife in his hand, you need a knife yourself to fight and win the duel” and that “armed struggle was the supreme form of struggle for national independence” (Kwon & Chung, 2012: 83). Consequently, it generated a connection between Il-Sung's and Jong-Il's governments through ideas: The father recognized the importance of the gun for the revolution and the son implemented his father's ideas through *Songun*. Therefore, the notion that guns are the “closest friends of a revolutionary” upholds this family-rooted political heritage and delivers the premises and meanings of *Songun*, bridging old and new forms of partisan politics in DPRK (Kwon & Chung, 2012).

However, this new narrative gave rise to a new philosophy which helps sustain the *Songun* ideology: *Ch'ongdae*, or the “gun philosophy”.<sup>10</sup> It advocates that the “revolution is pioneered, advanced, and completed depending on the gun” (O, 2003: 4 *apud* Miyeong, 2009: 193). According to the editorial of *Rodong Sinmun* on January 1<sup>st</sup>, 2000, “[t]o attach great importance to arms is a strategic line that should always be held fast to as long as imperialism remains and the revolution goes on”. War potential would be the first requirement for the society to carry on the revolution and the gun is the most effective means of violence for the ideological rearmament of the population, according to the philosophy (Miyeong, 2009).

Moreover, *Ch'ongdae* asserts that the individuals are responsible for their own moral-ideological purity, discipline and perfection, including of the body (O, 2003; Kwon & Chung, 2012). In this sense, Kang (2012) affirms that it in effect gives rise to an organic integration of the person's body and the nation. Through discipline and obedience by the people, the regime is able to exert its power over them, similar to

---

<sup>10</sup>*Ch'ongdae* is also known as the “barrel-of-a-gun philosophy”, “gun-valuing philosophy”, or “philosophy of the firearms”. Sometimes it is also referred to as a doctrine.

Foucault's idea of the diffusion of modern power through disciplinary control of individual bodies (Kang, 2012; e.g. Foucault, 1991). Furthermore, it speaks to the individuals within the community about their role in *Songun* and the centrality of the army, or “the place of individuals in a societal unity constituted in the image of an army” (Kwon & Chung, 2012: 88). Consequently, individuals ought to see themselves as guns for the revolution, culminating in “an absolute moral unity between the army and the people, as well as a practical and spiritual unity between the person and the gun” (Kwon & Chung, 2012: 88-89). Only when this happens and the revolution succeeds there will be true peace, i.e. peace comes through *Ch'ongdae*.

Kwon & Chung (2012) tell of two different types of *Ch'ongdae*: the exemplary and the popular. On the one hand, the first consists of the heritage of armed revolutionary struggle against colonial (Japan) and post-colonial (the U.S.) imperialism. The popular *Ch'ongdae*, on the other hand, denotes the entirety of the social forces in North Korea, which are united in the task of defending the exemplary *Ch'ongdae* with their own lives, including through both nuclear capabilities and collective human efforts. The authors further explain that the first protects the whole nation, while the latter exists to defend the integrity of the first: They support one another. In the end, *Ch'ongdae* regards the revolutionary violence as the apex of a truly meaningful political life (Kwon & Chung, 2012) — either in the exemplary form, celebrating the wars against Japan and the U.S., or in the popular one, where the greatest task of a person is (to be willing to sacrifice him- or herself) to protect the regime —.

Furthermore, Kwon & Chung (2012) distinguish two kinds of war in *Ch'ongdae*, namely the revolutionary and the counter-revolutionary ones. This division categorizes violence morally into two realms: the progressive, just, and revolutionary; and the counter-revolutionary, unjustified, reactionary (Kwon & Chung, 2012). The revolutionary violence is popular, while the other is unpopular. Hence, violence is justified only in the case when it is perpetrated by popular masses in the service of revolution and political self-determination: All other instances of violence and war are abhorred (Kwon & Chung, 2012). *Ch'ongdae*, in this context, is a token of the permanent importance of the means of this justified force, referring to all resources

necessary for it, be they animate or inanimate (Kwon & Chung, 2012). Moreover, the authors also note that violence is not only physical or mechanical, but — very importantly — it can be moral and ideological as well.

### **Analysis**

North Korea is a heavily ideologised state, where indoctrination is a part of the daily lives of every citizen. The country is almost a perfect example of the centrifugal ideologisation mentioned by Malešević since there is a proliferation of an ideological discourse (*Songun* and *Ch'ongdae*, among others) radiating from the state. As such, elements found in the theoretical approaches of Schmitt and Malešević can be found in the North Korean ideologies of *Songun* and *Ch'ongdae*.

Schmitt stated that the unique feature of the political is the constant possibility of war and violence due to the friend-enemy distinction. Furthermore, in partisan entities and groupings war is not only a remote possibility of which its members are unaware, but it is ever present in the everyday lives. This occurs because partisanship deals with absolute enmity and the extremes of the distinction. In this sense, it seems clear that the North Korean state is a partisan one, because it is constantly dealing with the possibility of war and handling it in its extremes. *Songun* and *Ch'ongdae* facilitate that the North Korean citizens become immersed in the idea and possibility of an armed conflict.

Concerning the friend-enemy distinction of the partisan state, *Ch'ongdae* makes it clear that violence and war are only justified when they are revolutionary and *Songun* distinguishes towards whom such violence should be directed: imperialist forces, namely Japan and the United States. As Kang (2012), Byman & Lind (2010) highlighted, anti-Americanism and xenophobia against Japan and the U.S. are a part of *Songun*. Therefore, from the beginning the image of the enemy is very clear: Both countries are absolute real enemies of North Korea. This condition can also be applied to other countries which are “contaminated by association” with the former. In other words, South Korea could also be seen as an absolute real enemy through the lenses of *Songun* and *Ch'ongdae*.

In a point similarly raised by Schmitt and Malešević, there can be no agreement with the absolute enemy or with those that oppose the state ideology. This seems to be the case presented by *Songun* and *Ch'ongdae*. In the form of state propaganda U.S. and Japanese citizens are dehumanised — as predicted by Malešević and Schmitt —, and it makes the case of war easier to be legitimised in the country for they are seen as human of less worth than the North Koreans: unworthy criminals and/or beasts.

Malešević also raised the point that ideologies serve as for both mobilisation and legitimisation. It is noticeable that *Ch'ongdae* and *Songun* also serve these purposes. The first stipulates preparation for war and readiness to die for the country (and for the ideology) as moral imperatives of the citizens. It also states that the individuals ought to discipline themselves in order to become more “morally-ideologically pure” and fit (for the army) so as to fully develop the country’s war potential. On its turn, *Songun* instructs the citizens to emulate the KPA in their lives, that they have to become the army to protect the country — alluding to the telluric aspect in partisanship raised by Schmitt — and the revolution. In accordance to Malešević’s theoretical approach, the North Korean state has used both *Songun* and *Ch'ongdae* as legitimisers and mobilisers of/for war. Likewise, Kang (2012) describes the North Korean societal system as a military war system in which all people are partisans militarily and mentally prepared to cope with war and where society and the military is integrated into one.

In sum, *Ch'ongdae* and *Songun* present all elements raised by the theoretical approaches of Schmitt and Malešević. They deal with the possibility of war and identify absolute real enemies of the North Korean state, i.e. Japan and the U.S. plus those associated with them. Both ideologies also constantly mobilise and legitimise violence against these enemies, even if just for defensive purposes. Similar to what Kang (2012) affirms, their continuous reminder of war is a social mechanism to create mass armies and to defend the country against the imperialist threat of the United States and Japan (and their associates). By dehumanising them and for being absolute enemies, there can

be no peace between DPRK and them, according to the theoretical approaches of Schmitt and Malešević.

### **Conclusion**

In the review of the theoretical approaches of Schmitt and Malešević, it became noticeable that both authors share similar views concerning ideology, war and violence. Schmitt affirms that all things political have the same unique characteristic of the friend-enemy distinction. Political human groupings and entities always have within themselves the possibility of war and violence against their enemies. Physical violence is intrinsic to politics as such, even if inconspicuous. On Schmitt's update to include partisanship to his concept of the political, he included situations in which ideologies play a greater role. Partisan entities and their members deal with the friend-enemy distinction in its extremes and are aware of the possibility of war, because they deal with absolute real enmity. It is precisely because of that that there can be no compromising stances: There can be no agreement with the absolute enemy.

Malešević presents a similar case on his quest as to why Modernity is the most violent age of human history. Besides bureaucratisation, he sees ideologies and the process of centrifugal ideologisation as an important factor for that. He argues that modern ideologies serve as legitimisers and mobilisers of warfare, because they are able to combine appreciation of human life with war and killing. The possibility of violence is intrinsic to them, since any opposition may be considered irrational and evil and, therefore, should be extirpated. This is the main point of convergence of Malešević and Schmitt, for both see how modern ideologies, based on broad values, can justify war and violence.

All of the features mentioned in the theoretical approaches of the authors found correspondence in the North Korean case. *Songun* and *Ch'ongdae* deal with enmity in extremes and are aware of the possibility of war. Even if just for defensive purposes, they call for revolutionary violence (any other kind of violence would be morally wrong) against colonialist and imperialist forces, i.e. the United States and Japan, exemplifying the telluric character of partisanship mentioned by Schmitt. *Songun* and

*Ch'ongdae* both serve the purpose of constant mobilisation and legitimisation of war in North Korea; the latter especially handles with the preparedness for war through “moral-ideological purity” and bodily perfection. This way the country is always ready for war. Moreover, as both Schmitt’s and Malešević’s approaches would predict concerning extreme ideologisation, these North Korean ideologies do not seem to be open for compromise, exactly because they deal with absolute enmity and dehumanize their enemies.

Hence, concerning the case studied, it becomes important to assess whether the theoretical approaches and the ideologies match reality in North Korea. How does the society behave with regards to those ideologies and to the recurrent low-scale military confrontations with the South? In addition to that, anthropological studies seem also necessary to evaluate the impacts of *Songun* and *Ch'ongdae* on the North Korean citizens’ everyday lives. Moreover, it is specially necessary to further analyse whether these ideologies have indeed already developed a new identity for the North Korean people — which would make it more difficult for a reunification — or if it is still just a political tool with no deeper roots in the society.

If the North Korean ideologies have in fact created a new identity within the society, from the standpoint of the theories and the prescriptions of *Songun* and *Ch'ongdae*, a hindrance to reunification would seem to take shape, since they do not allow for compromising stances with the enemies, which include those states associated with Japan and the U.S., for instance South Korea itself. If there can be no peace with South Korea, in the long term this could mean the development of a new identity accustomed to a permanent and real possibility of war, which would obstruct reunification and maintain the *status quo* or worse, lead to a war very close to the Clausewitz’s ideal type of absolute war.

There are no doubts that the situation in the Korean peninsula is of utmost importance for world affairs, especially when it comes to its stability. The North Korean ideologies studied in this paper pose as possible sources of instability for they preach on war preparedness (even if just defensively). Alone, *Songun* and *Ch'ongdae* may lead to a dark path of war at any point in time. Therefore, further studies on their interplay with

other North Korean ideologies and the shared identity with South Korea are needed to see DPRK's real ideological predisposition to war. Additionally, special attention ought to be given to any change in the official discourse and possible transformations of the ideological doctrines with Kim Jong-Un's ascension to power and to how they change North Korea's stance towards war and violence.

## Referências

Armstrong, Charles (1998). "A Socialism of Our Own Style?: North Korean Ideology in a Post-Communist Era", in: Kim Samuel S. (Ed.). **North Korean Foreign Relations in the Post-Cold War Era**. Oxford: Oxford University Press, pp. 32-53.

Boulding, K. E. (1956). **The Image: Knowledge in Life and Society**. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Brites, Pedro Vinícius Pereira (2011). **A situação na península coreana: estrutura, panorama e cenários**. Monograph (Bachelor in International Relations). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas.

Byman, Daniel & Jennifer Lind (2010). "Pyongyang's Survival Strategy" in **International Security**, Vol. 35, No. 1, Summer, pp. 44-74.

Clausewitz, Carl von (1832). **Vom Kriege**. Berlin: Dümmlers Verlag. Available at: <<http://www.clausewitz.com/readings/VomKriege1832/TOC.htm>>. Access: August 17, 2013.

Eberstadt, Nicholas (2004). "The Persistence of North Korea" in **Policy Review**, Oct/Nov, pp. 23-48.

Echevarria, II, Antulio J. (2007). **Clausewitz and Contemporary War**. Oxford: Oxford University Press.

Fendler, Karoly (2009). "Sŏn'gun: On the Past and Present of North Korea's 'Military First' Policy" in **Vienna Working Papers on East Asian Economy and Society**, vol. 2, No. 1.

Foucault, Michel (1991). **Discipline and Punish. The Birth of the Prison**; trans. A. Sheridan. Harmondsworth: Penguin.

Gause, Ken E. (2011). **North Korea under Kim Chong-II: Power, Politics, and Prospects for Change**. Santa Barbara, CA: Praeger Security International.

Joas, H. (2003). **War and Modernity**. Cambridge: Polity Press.

Kang, Jin Woong (2012). "North Korea's Militant Nationalism and People's Everyday Lives: Past and Present" in **Journal of Historical Sociology**, vol. 25, no. 1, March.

Kim, Jong-il (2000). "About Making a Revolutionary Turnover in Party Programs This Year" (Jan.1, 1997). **The Collection of Kim Jong-il Works**. Pyongyang. Vol. 14.

Kim, Sung Chull (2006). **North Korea under Kim Jong Il: From Consolidation to Systemic Dissonance**. New York: State University of New York Press.

Koh, Byung Chul (2005). "'Military-First Politics' And Building A 'Powerful And Prosperous Nation' in North Korea" in **Policy Forum Online**, April 14th. Available at: <[https://relooney.fatcow.com/SI\\_FAO-Asia/N-Korea\\_157.pdf](https://relooney.fatcow.com/SI_FAO-Asia/N-Korea_157.pdf)>. Access: August 1st, 2013.

Kwon, Heonik & Byung-Ho Chung (2012). **North Korea: Beyond Charismatic Politics**. Lanham: Rowman & Littlefield, chapter 3: The Barrel of a Gun. pp. 71-99.

Kwon, Soyoung (2003). "State building in North Korea: from a 'self reliant' to a 'military-first' state" in **Asian Affairs**, vol. XXXIV, no. III, November.

Larsen, Knud S. et al. (1995). "Ideology and Identity: A National Outlook" in **Journal of Peace Research**, Vol. 32, No. 2, May, pp. 165-179.

Lee, Grace (2003). "The Political Philosophy of Juche" in **Stanford Journal of East Asian Affairs**, Vol. 3, No. 1, Spring, pp. 105-112.

Lee, Sang Sin (2012). "Images of a Nation: Measurement and Interpretation" in **International Political Science Association Conference**, Madrid, July 9th.

Magno, Bruno, Rômulo B. Pitt & Pedro V. P. Brites (2011). "TOPIC A: Stability in Northeast Asia: the case of the Korean Peninsula", in: Bruno G. Guimarães, Luíza Leão & Athos Munhoz (Coords.). **Understanding beyond solutions: UFRGSMUN: beyond modelling**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, pp. 200-216.

Malešević, Siniša (2010). **The Sociology of War and Violence**. Cambridge: Cambridge University Press.

Melchionna, Helena Hoppen (2011). **A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA**. Monograph (Bachelor in International Relations). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas.

Miyeong, Jeon (2009). “The Kim Jong-il Regime's "Military-first Politics": Structure and Strategy of Discourse” in **The Review of Korean Studies**, Vol. 12, No. 4, December, pp. 181-204.

Noesgaard, D. et al. (2009). **Understandings of Ideologies**. Oxford: Oxford University Press.

O, Song-il (2003). **Our Party's Gun-oriented Philosophy**. Pyongyang: Social Science Publishing House.

Rodong Sinmun (2000). **Glorify this year greeting 55th anniversary of the party foundation as a year of proud victory in the flame of great Chollima upsurge**. New Year's Editorial, January 1. Available at: <<http://www.kcna.co.jp/item/2000/200001/news01/01.htm#1>>. Access: August 13, 2013.

Rodong Sinmun (2013). **Army-people Unity Indispensable for Our Victory**. Editorial, Mar. 22, Juche 102. Available at: <[http://www.rodong.rep.kp/en/index.php?strPageID=SF01\\_02\\_01&newsID=2013-03-22-0016&chAction=L](http://www.rodong.rep.kp/en/index.php?strPageID=SF01_02_01&newsID=2013-03-22-0016&chAction=L)>. Access: September 11, 2013.

Schmitt, Carl (2004). **The Theory of the Partisan: A Commentary/Remark on the Concept of the Political**. East Lansing, MI: Michigan State University Press.

Schmitt, Carl (2007). **The Concept of the Political**. Expanded edition. Chicago: University of Chicago Press.

Zerpa, Ramón (2011). “La política de Songun” in **Aporrea.org**, Jueves, 13/01/2011. Available at: <<http://www.aporrea.org/internacionales/a115577.html>>. Access: September 4, 2013.

Žižek, Slavoj (2002). “Are we in a war? Do we have an enemy?” in **London Review of Books**, Vol. 24, No. 10, 23 May, pp. 3-6.

### **Resumo**

Este artigo analisa as ideologias da Coreia do Norte em matéria de guerra e violência. Para isso, em primeiro lugar, há uma revisão teórica de como as ideologias estão relacionados com a violência organizada. A teoria de Siniša Malešević sobre a ideologização da violência na Modernidade é revisada, bem como o conceito de Carl Schmitts de política e sua atualização posterior sobre partidarismo. Após as abordagens teóricas, há uma análise das ideologias norte-coreanos adequadas, com foco em Songun (ideologia militar em primeiro lugar) em contrapartida a Ch'ongdae (a filosofia da arma) e o que elas estipulam com referência à violência e à guerra. Na conclusão, afirma que tanto Songun e Ch'ongdae lidam com inimizades nos extremos e estão conscientes da possibilidade de uma guerra envolvendo a Coréia do Norte. Mesmo que apenas para fins defensivos, eles pedem pela violência revolucionária. Eles também servem ao propósito de mobilização constante e legitimação da guerra no país: Desta forma, ele está sempre pronto para a guerra. Além disso, como ambas as abordagens teóricas de Schmitt e Malešević poderiam prever, estas ideologias norte-coreanos não parecem estar abertas para o comprometimento, exatamente porque eles lidam com inimizade absoluta e desumanizar seus inimigos.

### **Palavras-chave**

Coreia do Norte; Sociologia da Guerra; Songun; Ch'ongdae.

### **Abstract**

This article analyses North Korean ideologies concerning war and violence. For that, first there is a theoretical review of how ideologies are linked with organised violence. Siniša Malešević's theory about the ideologisation of violence in Modernity is reviewed as well as Carl Schmitt's concept of the political and his later update concerning partisanship. Following the theoretical approaches, there is an analysis of the North Korean ideologies proper, focused on Songun (military-first ideology) and on its counterpart the Ch'ongdae (the gun philosophy) and what they stipulate with reference to violence and war. In the conclusion, it states that both Songun and Ch'ongdae deal with enmity in extremes and are aware of the possibility of war involving North Korea. Even if just for defensive purposes, they call for revolutionary violence. They also serve the purpose of constant mobilisation and legitimisation of war in the country: This way it is always ready for war. Moreover, as both Schmitt's and Malešević's theoretical approaches would predict, these North Korean ideologies do not seem to be open for compromise, exactly because they deal with absolute enmity and dehumanize their enemies.

### **Keywords**

North Korea; Sociology of War; Songun; Ch'ongdae

*Artigo recebido dia 01 de agosto de 2013.  
Aprovado em 20 de abril de 2014.*

# **ROBOTIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SECURITÁRIAS DO USO DE DRONES NA ERA DIGITAL<sup>1</sup>**

Robotization: Political and Security Implications of the  
Use of Drones in the Digital Age

*Thiago Borne*<sup>2</sup>

## **Introdução**

A Era Digital parece ter entrado de vez na agenda dos Estudos Estratégicos Internacionais. Cresce diariamente a quantidade de notícias e de artigos científicos que se relacionam, de alguma maneira, ao tema. Fala-se, por exemplo, de guerra cibernética; fala-se de espionagem digital; de ativismo digital; e de tantas outras “cibercoisas” que seria difícil criar uma lista exaustiva dos assuntos abordados (Canabarro, 2013; Schmidt e Cohen, 2013). A forma como a Era Digital vem ganhando espaço na pesquisa em Estudos Estratégicos sustenta a ideia de que, de fato, vivemos um momento de descobrimento do poder das redes. Apesar de a Internet<sup>3</sup> fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas há pelo menos duas décadas, as formas como ela pode ser explorada ainda não estão claras, sobretudo se consideras suas implicações na prática da guerra. É por esse motivo que este ensaio propõe reflexões iniciais sobre *drones*: (1) como se relacionam com o ciberespaço, e (2) como podem afetar a condução da guerra no século XXI. Além disso, o texto também explora a (3) relação entre o uso crescente

---

<sup>1</sup> Uma versão sintetizada deste ensaio foi publicada originalmente no Boletim Mundorama, n. 70, jun. 2013, com o título *A Game of Drones: Robôs, Ciberespaço e Segurança no Século XXI*.

<sup>2</sup> Thiago Borne é doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O autor agradece os comentários e a revisão do colega Diego Rafael Canabarro, bem como a atenção dos demais pareceristas. Email: thiago.borne@ufrgs.br.

<sup>3</sup> A importância da Internet reside, em grande medida, em sua capacidade de convergir outras redes e de habilitar a ação organizada, também em rede, de diversos atores sociais.

de robôs em campo de batalha e os processos de globalização e digitalização a partir da ótica da Economia Política Internacional.

O ensaio está dividido em duas seções. A primeira seção apresenta brevemente – a partir da experiência norte-americana da Guerra ao Terror – alguns dos problemas oriundos do uso de *drones* em campo de batalha. As decorrências do emprego doméstico de veículos aéreos não tripulados (VANTs) também são abordadas na primeira parte do ensaio. A segunda seção analisa a proliferação de robôs como decorrência dos processos de globalização e digitalização atualmente em curso. Conclui-se, ao final do texto, que a “robotização” é uma tendência natural da Era Digital.<sup>4</sup> O trabalho foi elaborado com base na revisão de artigos acadêmicos, dissertações, documentos governamentais, teses e notícias jornalísticas.

### **A Guerra ao Terror e o Avanço Global dos *Drones***

Não é novidade que os Estados Unidos têm utilizado VANTs em suas ações militares há algum tempo. Os robôs operam ou já operaram em países como Afeganistão, Iraque, Iêmen, Somália, e Paquistão com grande sucesso. Em que pese a crítica sobre seu emprego – relacionada, sobretudo, a mortes civis, à legalidade dos ataques, e aos impactos organizacionais que os robôs trazem para as forças armadas –, os Estados Unidos não apontam para qualquer mudança de posicionamento em relação ao uso de *drones* em zonas de conflito (Boyle, 2013). Pelo contrário: tanto o *establishment* político quanto o militar parecem seguros das vantagens oriundas do emprego dos robôs, mesmo em solo norte-americano (Roberts, 2013). As vantagens incluem, entre outras, a autonomia de voo, a ausência de risco ao operador, e a mobilidade, e foram enfatizadas pelo Presidente Barack Obama em discurso recente para a *National Defense University*:

“[...] Mesmo pequenas Operações Especiais carregam em si enormes riscos. Aeronaves tradicionais e mísseis são bem menos precisos do que *drones*, e, portanto, tendem a causar mais baixas civis e animosidades locais. Invadir territórios faz com que sejamos vistos como forças de ocupação; gera consequências inesperadas; dificuldades de contenção; e, em última instância,

---

<sup>4</sup> O texto está centrado na análise da atuação de VANTs. Muitos dos pontos abordados no artigo, contudo, podem ser considerados para pensar também o emprego de robôs terrestres e submarinos.

estimula violência. Desse modo, é falso afirmar que ‘coturnos no chão’ geram menos mortes civis ou criam menos inimigos no mundo muçulmano. O resultado [de ‘coturnos no chão’] seria mais mortes americanas, mais ‘*Blackhawks Down*’, mais confrontos com populações locais e um aprofundamento inevitável das operações que poderia levar a novas guerras” (EUA, 2013).<sup>5</sup>

Parafraseando Byman (2013) em artigo para a *Foreign Affairs*, a Casa Branca utiliza *drones* por um motivo muito simples: eles funcionam. Se a Guerra ao Terror trouxe algum resultado, ele só foi possível, em boa medida, graças ao emprego de VANTs. Segundo dados da *New American Foundation*, mais de três mil insurgentes foram mortos desde a posse de Obama, incluindo líderes da Al Qaeda e do Taliban. As vantagens táticas trazidas pelos robôs na realização de operações em ambientes de guerra irregular complexa já despertaram a atenção de outros países para a possibilidade de desenvolver e utilizar unidades não tripuladas. Um relatório sobre a proliferação de VANTs ao redor do mundo publicado pelo *Government Accountability Office* (GAO) norte-americano no ano passado revelou um aumento significativo do número de países que possuem *drones*: de 41 em 2005 para 76 em 2012 (EUA, 2012b). A maior parte das aeronaves em operação ainda é utilizada para missões de inteligência, reconhecimento, e vigilância. O próprio Brasil adquiriu, em 2013, mais duas aeronaves táticas *Hermes 450* (RQ 450), produzidas pela empresa israelense *Elbit* (Stochero, 2013). Desde 2010, o país já contava com duas unidades do *Hermes 450*, cedidas em comodato pela mesma *Elbit* e utilizadas para o monitoramento da Amazônia e de eventos como o Rio+20, por exemplo. Atualmente, apenas os Estados Unidos, Israel, e o Reino Unido possuem aeronaves de combate em operação.

Grande parte dos *drones* funciona mais ou menos como aeromodelos, ou seja, é dirigida através de controle-remoto por um operador humano. Diferentemente de um

---

<sup>5</sup> No original, “[...] *Even small Special Operations carry enormous risks. Conventional airpower or missiles are far less precise than drones, and likely to cause more civilian casualties and local outrage. And invasions of these territories lead us to be viewed as occupying armies; unleash a torrent of unintended consequences; are difficult to contain; and ultimately empower those who thrive on violent conflict. So it is false to assert that putting boots on the ground is less likely to result in civilian deaths, or to create enemies in the Muslim world. The result would be more U.S. deaths, more Blackhawks Down, more confrontations with local populations, and an inevitable mission creep in support of such raids that could easily escalate into new wars*” (EUA, 2013).

aeromodelo, contudo, VANTs militares são guiados através de satélites e podem enviar informação de volta para o *cockpit* da base em tempo real (Subbaraman, 2013). Operam, portanto, através daquilo que denominamos ciberespaço<sup>6</sup> (Canabarro e Borne, 2013), e por isso compartilham vulnerabilidades e desafios de segurança semelhantes àqueles que, cada vez mais, vêm sendo descobertos e apontados no que diz respeito às redes de computadores e à Internet.

Nesse sentido, é importante perceber que, apesar de corrente, a palavra “veículo” – e, por conseguinte, também a sigla “VANT” – não traduz plenamente a complexidade desses equipamentos. De acordo com Duarte (2012:43), os termos mascaram o fato de que os aparelhos são, na verdade, sistemas integrados compostos por (a) *cockpit*; (b) veículo; (c) sistema de comunicação; e (d) linhas de apoio. Nesse sentido, o termo mais adequado para referi-los é “sistema aéreo não tripulado” (*unmanned aerial system* – UAS).

Diferentemente também de um aeromodelo, *drones* mais modernos são capazes de realizar algumas tarefas, incluindo a detecção e o reconhecimento de alvos, sem a supervisão de um controlador humano. Chamamos a capacidade que alguns robôs têm de tomar decisões por conta própria de autonomia. A autonomia, por sua vez, está diretamente relacionada à capacidade que alguns robôs têm (ou podem ter) de matar (Arkin, 2009). O desenvolvimento de unidades totalmente autônomas é, atualmente, uma das questões mais controversas sobre *drones*, um desafio para filósofos, programadores, e, principalmente, agentes políticos, responsáveis pela decisão final sobre seu uso em campo de batalha.

Em linhas gerais, argumentos a favor do emprego de VANTs em operações militares apontam para ganhos de eficiência e efetividade; ganhos de discriminação e proporcionalidade; e diminuição de baixas. Argumentos contrários ao emprego de VANTs em operações militares, por sua vez, apontam para banalização da guerra; para

---

<sup>6</sup> O ciberespaço é “um domínio operacional marcado pelo uso da eletroeletrônica e do espectro eletromagnético com a finalidade de criação, armazenamento, modificação e/ou troca de informações através de redes interconectadas e interdependentes” (Kuehl, 2009:29). Nesse sentido, as redes de telégrafo, rádio amador, telefonia fixa/móvel e televisão via satélite, os sistemas de controle de tráfego aéreo e de navegação marítima, por exemplo, configuram o ciberespaço desde muito antes da invenção da Internet.

proliferação descontrolada; para a ampliação dos focos de conflito; e para o roubo e emprego da tecnologia por inimigos do Estado, em especial organizações criminosas e terroristas (Cronin, 2013). Além disso, o debate está envolto por questões de caráter ético e moral mais profundas, relacionadas à discriminação entre combatentes e não combatentes, danos colaterais e estruturais. Mais recentemente, abordam-se ainda as consequências psicossociais da chamada “mentalidade Playstation” dos operadores que, mesmo distantes do campo de batalha, sofrem também o estresse da guerra (Fitzsimmons, 2013).

Até o momento, contudo, a evidência empírica colhida a partir das operações americanas no Oriente Médio, sobretudo no Paquistão, não favorece nem um, nem outro lado da disputa. Os dados sobre baixas civis, um dos pontos mais delicados do debate, são controversos e variam de fonte para fonte. Em princípio, é razoável afirmar que sistemas guiados eletronicamente têm maior precisão e que, portanto, o emprego de *drones* tende a diminuir o número de mortes civis. A dificuldade de computar os óbitos, contudo, é evidente: em ambientes de guerra irregular complexa, distinguir combatentes de não combatentes é uma tarefa difícil para os operadores. É por esse motivo que Washington tem considerado combatente qualquer homem apto ao serviço militar. Além disso, a Casa Branca tem praticado os chamados *signature strikes*: ataques focados em grupos de suspeitos, não em indivíduos. A política em voga é, portanto, atacar primeiro e verificar a inocência dos mortos depois.

Se os limites morais para o emprego de robôs ainda não estão bem definidos, há que se ponderar também os limites técnicos que permeiam a questão. A possibilidade de interceptação da comunicação entre o *drone* e a base não é uma hipótese totalmente descartada. Em 2009, o *The Wall Street Journal* publicou uma reportagem revelando a ação de *hackers* para a apropriação de vídeos capturados por um *Predator* no Iraque (Dreazen, Cole e Gorman, 2009). Segundo oficiais do Pentágono, até aquele momento as transmissões não eram criptografadas. Desde o incidente, garantir a segurança dos sistemas operacionais das aeronaves e das linhas de comunicação tem sido uma preocupação constante dos militares.

Isto não impediu, porém, que um vírus infectasse os computadores da base de Creech, Nevada, um dos principais pontos de monitoramento de *drones* da Força Aérea dos Estados Unidos (Shachtman, 2011). Apesar de os *cockpits* não estarem conectados diretamente à Internet (pelo contrário, estavam isolados propositalmente da grande Rede), a infecção possivelmente ocorreu através de unidades portáteis como CDs e *pendrives*. Isso significa que o fator humano, ou *peopleware*, é também fundamental – e talvez o principal fator – para garantir a segurança e o sucesso de operações com unidades não tripuladas, a despeito da autonomia relativa dos robôs. Isso não significa, por outro lado, que a segurança das redes de comunicação não deva ser reforçada.

No ano passado, alunos da Universidade de Austin, Texas, “sequestraram” um VANT civil através da conexão que a aeronave estabeleceu com seu GPS (Glor, 2012). Se a popularização de *drones* civis seguir a mesma tendência apontada pelo relatório do GAO, incidentes como esse podem se tornar frequentes e pôr em risco a segurança dos cidadãos. Sobretudo se considerada (i) a facilidade com a qual pequenas aeronaves podem ser projetadas e montadas<sup>7</sup> e, principalmente, (ii) a interoperabilidade desses dispositivos com outros computadores através da Internet. Não à toa que o debate sobre a regulamentação de VANTs civis ganhou tanto destaque nos Estados Unidos nos últimos anos.

Em 2012, o Presidente Obama aprovou o *FAA Modernization and Reform Act* (EUA, 2012a). O documento determina, entre outras medidas, que a agência de aviação civil dos Estados Unidos – a *Federal Aviation Administration* (FAA) – desenvolva um plano para regular a atividade de *drones* no espaço aéreo do país até 2015. Desde a aprovação do Ato, projetos de lei sobre o assunto vêm sendo discutidos em diversos estados americanos. Segundo o *The Wall Street Journal*, apenas Colorado, Connecticut, Dakota do Sul, Delaware, Louisiana, Mississippi, e Vermont ainda não entraram no debate (Gershman, 2013). As iniciativas estatais estão vinculadas, segundo alguns analistas, à falta de supervisão Congressional sobre o tema e à percepção de que o emprego de unidades não tripuladas em céu americano poderá incentivar o

---

<sup>7</sup> No sítio Web *DIY Drones*, por exemplo, cidadãos comuns podem aprender a projetar e montar seus próprios VANTs. Disponível em: <http://diydrone.com/>. Acesso em: 15/07/2013.

estabelecimento de um Estado intrusivo e pernicioso (Goodale, 2013). Além disso, há também a percepção, por parte dos governos estaduais, de que falta transparência na Casa Branca quando o assunto é *drones*.

Se o debate sobre a regulamentação do emprego de VANTs em atividades militares já é controverso, as disputas sobre o seu emprego para monitoramento interno nos Estados Unidos e o aumento do número das aeronaves civis em operação no país geram ainda mais dores de cabeça para a administração Obama. Conforme se viu, os problemas oriundos do uso civil de veículos não tripulados extrapolam lógicas estritamente securitárias, e relacionam-se também a questões de economia política, sobretudo se considerados os ganhos econômicos que a nascente indústria de *drones* norte-americana poderá trazer nos próximos anos. O aquecimento do mercado civil (Wingfield, 2013) e a possibilidade de ganhos de escala e escopo por parte da indústria – sem contar as vantagens oriundas de processos de *spillover* tecnológico<sup>8</sup> e de geração de empregos – pressionam duplamente as reformas iniciadas através *FAA Modernization and Reform Act*.

De um lado, há o crescimento do *lobby* das indústrias aeroespacial e de tecnologia da informação junto ao Congresso (Stone, 2012). Soma-se a ele o interesse das operadoras de telecomunicação no emprego de *drones* como minissatélites (Jones, 2013; Shachtman, 2013) para (re)transmissão de dados telefônicos, de banda-larga, etc. De outro lado, estão os cidadãos e organizações civis que temem uma redução ainda maior de liberdades fundamentais decorrente da Guerra ao Terror e do recrudescimento de programas de vigilância estatal (desenvolvidos em grande medida pelo “complexo militar-informacional-industrial” do país) no pós-11/09 (O’Harrow, 2005).

### **A Era Digital e seus Impactos na Guerra**

O auge do debate acadêmico sobre globalização praticamente coincidiu com o auge do debate acadêmico sobre tecnologias da informação e comunicação (TIC). Isso não foi à toa: o final do Século XX viu explodir a importância da informática em todas

---

<sup>8</sup> O robô militar *Pack Bot* e o robô doméstico *Roomba*, por exemplo, compartilham diversos componentes.

as esferas do convívio social. Se afirmar o impacto das TIC sobre a economia política internacional é quase redundante hoje em dia, na década de 1990 a questão estava envolta em grandes polêmicas. Em linhas gerais, ela opunha, de um lado, autores que acreditavam na imunidade da indústria de tecnologia da informação frente aos ciclos econômicos (Krugman, 1994) e, de outro lado, aqueles que defendiam a ideia de que um “microchip não é uma batata chip” (Thurow, 1994).<sup>9</sup> Polêmicas à parte, pouco se questiona atualmente o argumento de que a globalização e a digitalização estão intimamente ligadas, e que sua interação define o período histórico em que vivemos (Youngs, 2007).

Esse período pode ser chamado de Era Digital (ou Era da Informação), e é caracterizado pela substituição do modo de produção iniciado pelas Revoluções Industriais dos Séculos XVIII e XIX – no qual o trabalho importa – por um modo de produção associado à Revolução Digital (centrada na computação e nas redes computacionais) – no qual a informação importa.<sup>10</sup> A Revolução Digital tem como principal característica o surgimento de uma economia internacional centrada na produção de circuitos lógicos digitais e de tecnologias derivadas, tais como microcomputadores e telefones celulares. O quadro econômico da Era Digital notadamente traz implicações políticas e sociais mais profundas, como, por exemplo, a diminuição aparente do binômio espaço-tempo (Giddens, 1990) e, nas palavras do jornalista norte-americano Thomas Friedman (2000; 2007), o “achatamento” do mundo.<sup>11</sup> Segundo Friedman, as TIC levam ao estabelecimento de um sistema político-

---

<sup>9</sup> A expressão reflete a opinião de que mesmo indústrias de alta tecnologia estão expostas a dinâmicas comuns que regem a economia de indústrias de baixa tecnologia, como a de alimentos, por exemplo.

<sup>10</sup> Na sociologia, Manuel Castells (1999) é a principal autoridade a tratar da Era da Informação. A noção de “capitalismo informacional” de Castells elege as TIC como paradigma das mudanças sociais que reestruturaram o modo de produção capitalista a partir de 1980. Em linhas gerais, o autor procura demonstrar como algumas tecnologias contribuíram para a reestruturação financeira do capitalismo. Aproveitando-se do processo de desregulamentação promovido pelos Estados Unidos e por instituições internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o capital financeiro multiplicou sua circulação entre os mercados mundiais, em movimentos cada vez menos vinculados ao processo produtivo. As tecnologias também tiveram papel fundamental na reestruturação das empresas – que puderam, com o auxílio de TIC de baixo custo, horizontalizar sua estrutura e transnacionalizar sua produção –, e na reestruturação das relações de trabalho.

<sup>11</sup> É claro que as implicações econômicas, políticas e sociais da Era Digital não são consensuais ou livres de controvérsias entre os acadêmicos. Weber e Bussel (2005:63-64), por exemplo, afirmam que “de uma

econômico onde as diferenças estruturais entre Norte e Sul são amenizadas pela facilidade de produzir e distribuir informação.

Naturalmente, Friedman não foi o único a afirmar o “achatamento” do mundo. Elizabeth Hanson (2008) e Joachim Rennstich (2008), contudo, foram mais cautelosos ao dizer que as TIC são uma condição necessária, mas não suficiente, para a consolidação da atual fase do processo de globalização. Para eles, a globalização vivenciada atualmente é antes um produto da interação entre as forças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas resultantes de um sistema internacional preponderantemente liberal na segunda metade do Século XX. De acordo com os autores, portanto, não há apenas um, mas vários fatores responsáveis pela ocorrência da globalização. Esses fatores, por sua vez, estão relacionados, por um lado, à instituição de regimes internacionais de controle de capitais e investimentos como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) no pós-Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, esses fatores estão relacionados também à hegemonia norte-americana no sistema internacional estabelecido com o fim da Guerra Fria e à consolidação de uma *networld order*<sup>12</sup> (Drake, 2008) baseada na Internet.

---

macro-perspectiva [sic] global, a economia política internacional pouco mudou. Os Estados Unidos ainda são ricos e a África ainda é pobre. A maioria dos países em desenvolvimento continua a exportar matérias-primas e manufaturados de baixo valor agregado e são, dessa forma, mais vulneráveis a choques econômicos e a processos de commoditização do que países desenvolvidos. O suposto ‘fim da geografia’ não se realizou: basta olhar para um mapa da largura de banda de Internet para perceber a espessura das linhas que convergem para a América do Norte em relação à cobertura extremamente fina do Sul. Um e-mail de Ruanda para a Etiópia provavelmente viaja até Nova Iorque ou Londres antes de chegar a seu destino. A geografia das telecomunicações é quase uma caricatura dolorosa das linhas de ferro coloniais que ligavam entrepostos de exportação, mas que evitavam sistematicamente conexões inter-coloniais diretas”.

No original, “*from a global macro-perspective, the international political economy has changed little. The United States is still rich and Africa is still poor. Most developing countries still export raw materials and low-cost manufactured goods and are thus more vulnerable to economic shocks and creeping commoditization than are developed countries. And the supposed “end of geography” effect has been anything but: look at a map of Internet bandwidth and notice the thickness of the lines that converge on North America relative to the extraordinarily thin coverage in the global South. An email from Rwanda to Ethiopia most likely travels through New York or London in order to reach its destination. The geography of telecommunications is almost painfully reminiscent of colonial railroads that ran toward export ports but systematically avoided direct inter-colonial connections*”.

<sup>12</sup> A expressão traduz a ideia de criação de uma arquitetura político-institucional internacional formada em torno de redes de comunicação a partir do Século XIX. De acordo com Drake (2008), a *networld order* centrada na Internet é a terceira de uma série. A primeira teve início com a construção de redes de

Se as TIC são de fato condições necessárias para a globalização em seu estágio atual, analisar seu impacto sobre a economia política internacional requer, antes, entender o seu estágio evolutivo.

Atualmente, é impossível falar de TIC sem falar também de rede computacional<sup>13</sup>. Foi no contexto da Guerra Fria que surgiram os primeiros projetos dedicados a criar redes de comunicação entre computadores. Esses projetos possibilitaram, entre outras coisas, a transformação dos computadores de tecnologia de informação (TI) em tecnologias de informação e comunicação (TIC). Grosso modo, a análise de redes permite relacionar dados complexos e modelar a natureza de seus elementos constitutivos a partir das conexões que estabelecem entre si. A convergência de outras TIC em direção à Internet – dado o grau de pervasividade e ubiquidade da Rede – permite imaginar que seu atual estágio de desenvolvimento está estruturado como um conjunto de teias de aranha entrelaçadas e sobrepostas. O barateamento relativo registrado nos custos das TIC nos últimos vinte anos, a progressiva exoterização do uso dos computadores, bem como as dinâmicas sociais habilitadas pela Internet, permitiram a uma série de atores contribuir para o avanço da fronteira tecnológica em torno da informática e das comunicações mundiais.

Essa popularização do conceito de rede capitaneada pelo uso cada vez mais difundido da Internet trouxe mudanças também para as formas de conduto da guerra. Nos Estados Unidos, isso ficou evidente, primeiro, com a Guerra do Golfo (1990-1991). Na prática, o sucesso dos Estados Unidos na Guerra do Golfo institucionalizou a ideia de Revolução dos Assuntos Militares (RMA) entre os oficiais do Pentágono. A RMA está fundamentada no princípio de que determinados padrões tecnológicos podem, de tempos em tempos, revolucionar toda a prática militar. No contexto do início dos anos 1990, ela se materializou na aplicação massiva de TIC nas campanhas do Iraque. A

---

telegrafia e telefonia internacional na virada do Século XIX para o XX. Os anos 1980 inauguraram a segunda *networld order*, caracterizada pela crescente pressão, por parte dos Estados Unidos e do Reino Unido, em favor da liberalização das telecomunicações. Tal pressão foi resultado direto da necessidade que esses países tinham de facilitar a operação transnacional de empresas sediadas em seus territórios que operavam a partir de outras partes do planeta. Com a invenção da Internet, a tendência à liberalização cresceu ainda mais e inaugurou a terceira *networld order*.

<sup>13</sup> É difícil definir “rede” sem vinculá-la a algum adjetivo como computacional ou social, por exemplo.

superioridade das capacidades norte-americanas (sobretudo nos quesitos precisão, comunicação, e sensoriamento) ficou clara para todo o planeta, que pôde acompanhar pela televisão em tempo real as ofensivas da *Operação Choque e Pavor* sobre Bagdá.

A Guerra ao Terror, contudo, diferencia-se da Guerra do Golfo em um aspecto fundamental: é travada contra inimigos difusos, em ambientes predominantemente urbanos. É, portanto, irregular e complexa. Nesse sentido, requer o emprego de tecnologias capazes de neutralizar as vantagens que esse tipo de guerra proporciona ao inimigo. Voltamos, assim, a pensar sobre a importância e o papel dos *drones* para as atuais políticas de defesa e segurança norte-americanas e a maneira como os VANTs atualizam os princípios da RMA.

Em termos gerais, a atualização da RMA ocorre através dos *drones* na medida em que se replicam alguns dos mitos que sustentaram a sua institucionalização na década de 1990. A palavra “mitos” não é utilizada despropositadamente. Ela reflete a já mencionada inexistência de fundamentos empíricos que comprovem, por exemplo, a ideia de que VANTs são mais precisos do que aeronaves tradicionais (no âmbito diplomático, esse mito ficou conhecido como o “mito da precisão cirúrgica”). Ideia semelhante norteou o desenvolvimento da doutrina norte-americana vigente no final do século passado que, com o início da Guerra ao Terror, teve de ser repensada pelo Departamento de Defesa. Além disso, vale também para os robôs o “mito da bala de prata”: ainda é cedo para afirmar categoricamente que eles mudarão o caráter da guerra nos próximos anos. Cabe, então, questionar a opção do Pentágono em insistir na utilização de robôs.

A insistência pode estar ligada, primeiro, à dificuldade que as Forças Armadas vêm enfrentando para recrutar jovens que atuem nas operações no Oriente Médio. Desde meados dos anos 1940, o percentual de participação da população nas Forças Armadas em relação à população total norte-americana tem diminuído significativamente. A tendência tem, obviamente, diferentes causas. Contribuíram para a queda, por exemplo, a redução dos efetivos após a Guerra Fria e os cortes no orçamento militar da década de 2010. Ainda assim, durante a Guerra do Golfo, quase 1% da população norte-americana participava das Forças Armadas. Hoje, a participação

está próxima da casa dos 0,5% (Segal e Segal, 2004; Hurt, Ryan e Straley, 2011), o que corresponde a uma diminuição de 50% em vinte anos. O dado torna-se ainda mais relevante se considerada a tendência de crescimento médio da população norte-americana de 1% ao ano.

Dada a dificuldade de recrutamento, o Departamento de Defesa tem buscado alternativas, como a terceirização de serviços – vide, por exemplo, o papel das empresas militares privadas (PMCs) no Iraque e no Afeganistão – e, naturalmente, o uso de tecnologias automatizadas que dependam menos de operadores humanos. Isso, por si só, já reduz o custo humano/político de pôr “os coturnos no chão”, uma vez que nem contratistas nem máquinas entram nos índices de baixas militares (que, por sinal, aumentaram se comparadas a Guerra do Golfo e as Guerras do Iraque e do Afeganistão). Além disso, o emprego de *drones* deve se tornar cada vez mais vantajoso para o Pentágono também em termos econômicos, de acordo com a tendência geral de barateamento das TIC: enquanto a hora de voo de um *Global Hawk* chega a custar US\$ 30.000,00, a hora de voo de um sistema mais moderno como *Predator* custa algo em torno de US\$ 2.500,00 e US\$ 3.500,00, quase dez vezes menos (Southmore, 2012; Sia e Cohen, 2013).

### **Conclusão: Rumo à Robotização**

Conforme se tentou demonstrar no ensaio, os VANTs operam no ciberespaço e são tão dependentes de redes computacionais quanto outras TIC. Os *drones* são fruto da Era Digital, no sentido em que traduzem na prática militar a lógica informacional que norteou toda a Revolução Digital. Essa lógica, por sua vez, refletiu-se, na década de 1990, na ideia de RMA e, a partir da década de 2000, no que pode ser entendido como um processo de “robotização” das Forças Armadas.

A robotização, nesse sentido, diz respeito à aplicação de tecnologia de ponta pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos no desenvolvimento de sistemas autômatos que minimizem os custos do conflito. Naturalmente, ainda não está claro em que medida o processo é capaz de alterar permanentemente a condução da guerra. O emprego de robôs em campo de batalha ainda é bastante limitado e condicionado a

questões de caráter não apenas operacional, mas também moral. Suas implicações transcendem, ademais, a esfera estritamente militar, uma vez que *drones* têm sido empregados também em âmbito doméstico. Como se tentou explicar, as implicações sociais da robotização são relevantes, sobretudo se considerado o ambiente de deterioração de liberdades fundamentais presente nos Estados Unidos desde o 11/09.

No âmbito da economia política internacional, vale considerar em que medida a preferência dos Estados Unidos por uma tecnologia implica alterações na governança do sistema global. No caso da Internet, por exemplo, há indícios de que a Casa Branca vem tentando avançar sua própria concepção institucional a partir da defesa de uma ordem que privilegia a manutenção das assimetrias de poder entre Norte e Sul. Não é difícil imaginar, nesse sentido, o desenvolvimento de uma abordagem semelhante para os *drones* e TIC relacionadas. Não há, por parte dos Estados Unidos, qualquer necessidade de estimular processos de transferência tecnológica, sobretudo se a tecnologia em questão está relacionada a assuntos de defesa e segurança. Mantidos o “mito da precisão cirúrgica” e o “mito da bala de prata”, é de se esperar que o país invista na preservação da vantagem estratégica que os *drones* parecem proporcionar.

Mantém-se aberta, assim, uma agenda de pesquisa interessante para a Economia Política Internacional. Relacionar os processos de globalização, digitalização e, conseqüentemente, robotização pode ajudar a determinar que tipo de implicação sistêmicas os *drones* irão trazer. Por enquanto, a questão – o olho no céu do Grande Irmão orwelliano – fica, literalmente, no ar.

## Referências

ARKIN, Ronald (2009). **Governing Lethal Behavior in Autonomous Robots**. Boca Raton, CA: CRC Press.

BORNE, Thiago (2013). A Game of Drones: Robôs, Ciberespaço e Segurança no Século XXI. **Boletim Mundorama**, vol. 70, jun. 2013. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/06/28/a-game-of-drones-robos-ciberespaco-e-seguranca-no-seculo-xxi-por-thiago-borne/>. Acesso em: 15/07/2013.

BOYLE, Michael (2013). The Costs and Consequences of Drone Warfare. **International Affairs**, vol. 89, n. 1, pp. 01-29, 2013.

BYMAN, Daniel (2013). “Why Drones Work: The Case for Washington’s Weapon of Choice”. **Foreign Affairs**, vol. 92, n. 4, pp. 32-43, 2013.

CANABARRO, Diego Rafael (2013). O “Grande Irmão” Está te Olhando: Implicações Sistêmicas do Programa PRISM de Monitoramento de Comunicações Digitais. **Boletim Mundorama**, vol. 70, jun. 2013. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/06/16/o-grande-irmao-esta-te-olhando-implicacoes-sistemicas-do-programa-prism-de-monitoramento-de-comunicacoes-digitais-por-diego-rafael-canabarro/>. Acesso em: 15/07/2013.

CANABARRO, Diego Rafael; BORNE, Thiago (2013). Ciberespaço e Internet: Implicações Conceituais para os Estudos de Segurança. **Boletim Mundorama**, vol. 69, mai. 2013. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/05/19/ciberespaco-e-internet-implicacoes-conceituais-para-os-estudos-de-seguranca-por-diego-rafael-canabarro-e-thiago-borne/>. Acesso em: 15/07/2013.

CASTELLS, Manuel (1999). **A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra.

CRONIN, Audrey Kurth (2013). “Why Drones Fail: When Tactics Drive Strategy”. **Foreign Affairs**, vol. 92, n. 4, pp. 44-54, 2013.

DRAKE, William (2008). “Introduction: The Distributed Architecture of Network Global Governance”. In: DRAKE, William; WILSON III, Ernest (2008). **Governing Global Electronic Networks**. Cambridge, MA: The MIT Press.

DREAZEN, Yochi; COLE, August; GORMAN, Siobhan (2009). **Officers Warned of Flaw in U.S. Drones** in 2004. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB126109611986796377.html>. Acesso em: 15/07/2013.

DUARTE, Érico (2012). “Conduta da Guerra na Era Digital e suas Implicações para o Brasil: Uma Análise de Conceitos, Políticas e Práticas de Defesa”. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2012.

EUA (2012a). **FAA Modernization and Reform Act of 2012**. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CRPT-112hrpt381/pdf/CRPT-112hrpt381.pdf>. Acesso em: 15/07/2013.

EUA (2012b). **Nonproliferation: Agencies Could Improve Information Sharing and End-Use Monitoring on Unmanned Aerial Vehicle Exports (GAO-12-536)**. Disponível em: <http://www.gao.gov/assets/600/593131.pdf>. Acesso em: 15/07/2013.

EUA (2013). **Remarks by the President at the National Defense University**. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/05/23/remarks-president-national-defense-university>. Acesso em: 15/07/2013.

FITZSIMMONS, Scott (2013). “Killing in High-Definition: Combat Stress Among Operators of Remotely Piloted Aircraft”. In: INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION ANNUAL CONVENTION 2013, San Francisco, CA, USA.

FRIEDMAN, Thomas (2000). **The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization**. New York, NY: Anchor.

FRIEDMAN, Thomas (2007). **The World is Flat: A Brief History of the 21<sup>st</sup> Century**. New York, NY: Picador.

GERSHMAN, Jacob (2013). **Dozens of States Eye Drone Laws**. Disponível em: <http://blogs.wsj.com/law/2013/06/14/dozens-of-states-eye-drone-laws/>. Acesso em: 15/07/2013.

GIDDENS, Anthony (1990). **The Consequences of Modernity**. Stanford, CA: Stanford University Press.

GLOR, Jeff (2012). **Dones “Hijackings” in U.S. Raise Security Concerns**. Disponível em: [http://www.cbsnews.com/8301-505263\\_162-57466342/drone-hijackings-in-u.s-raise-security-concerns/](http://www.cbsnews.com/8301-505263_162-57466342/drone-hijackings-in-u.s-raise-security-concerns/). Acesso em: 15/07/2013.

GOODALE, Gloria (2013). **States Consider Drones Ban: Overreaction or Crucial for Privacy Rights?** Disponível em: <http://www.csmonitor.com/USA/Politics/2013/0206/States-consider-drone-bans-Overreaction-or-crucial-for-privacy-rights-video>. Acesso em: 15/07/2013.

HANSON, Elisabeth (2008). **The Information Revolution and World Politics**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.

HURT, Alyson; RYAN, Erica; STRALEY, Jo Ella (2011). *By the Numbers: Today's Military*. Disponível em: <http://www.npr.org/2011/07/03/137536111/by-the-numbers-todays-military>. Acesso em: 15/07/2013.

JONES, Trahern (2013). **Telecom-Equipped Drones Could Revolutionize Wireless Market**. Disponível em: [http://www.azcentral.com/business/news/articles/20130424telecom-equipped-drones-could-revolutionize-wireless-market.html?nclick\\_check=1](http://www.azcentral.com/business/news/articles/20130424telecom-equipped-drones-could-revolutionize-wireless-market.html?nclick_check=1). Acesso em: 15/07/2013.

KRUGMAN, Paul (1994). "Competitiveness: A Dangerous Obsession". **Foreign Affairs**, vol. 73, n. 2, pp. 28-44, 1994.

KUEHL, Dan (2009). "From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem". In: KRAMER, Franklin; STARR, Stuart; WENTZ, Larry. **Cyberpower and National Security**. Washington, DC: National Defense University Press.

O'HARROW, Robert (2006). *No Place to Hide*. New York, NY: Free Press.

RENNSTICH, Joachim (2008). **The Making of a Digital World: The Evolution of Technological Change and How it Shaped Our World**. New York, NY: Palgrave Macmillan.

ROBERTS, Dan (2013). **FBI Admits to Using Surveillance Drones Over U.S. Soil**. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2013/jun/19/fbi-drones-domestic-surveillance>. Acesso em: 15/07/2013.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared (2013). **The New Digital Age: Reshaping the Future of People, Nations and Business**. Hachette, UK: Hodder & Stoughton.

SEGAL, David; SEGAL, Mady (2004). "America's Military Population". **Population Bulletin**, vol. 59, n. 4, 2004.

SHACHTMAN, Noah (2011). **Computer Virus Hits U.S. Drone Fleet**. Disponível em: <http://www.wired.com/dangerroom/2011/10/virus-hits-drone-fleet/>. Acesso em: 15/07/2013.

SHACHTMAN, Noah (2013). **With New Mini-Satellites, Special Ops Takes Its Manhunts Into Space**. Disponível em: <http://www.wired.com/dangerroom/2013/05/special-ops-mini-sats-manhunts/>. Acesso em: 15/07/2013.

SIA, Richard; COHEN, Alexander. **Global Hawk: The Drone the Pentagon Couldn't Ground**. Disponível em: <http://www.mcclatchydc.com/2013/07/16/196825/global-hawk-the-drone-the-pentagon.html#.Ueif21t4dM>. Acesso em: 15/07/2013.

SOUTHMORE, Matt (2012). **Understanding Drones**. Disponível em: [http://fcnl.org/issues/foreign\\_policy/understanding\\_drones/](http://fcnl.org/issues/foreign_policy/understanding_drones/). Acesso em: 15/07/2013.

STOCHERO, Tahiane (2013). FAB Recebe Dois Novos Aviões Não Tripulados para Vigiar as Fronteiras. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/02/fab-recebe-dois-novos-avioes-nao-tripulados-para-vigiar-fronteiras.html>. Acesso em: 15/07/2013.

STONE, Andrea (2012). **Drone Lobbying Ramps Up Among Industry Manufacturers, Developers**. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/2012/05/28/drone-lobbying-companies\\_n\\_1546263.html](http://www.huffingtonpost.com/2012/05/28/drone-lobbying-companies_n_1546263.html). Acesso em: 15/07/2013.

SUBBARAMAN, Nidhi (2013). **In the Virtual Cockpit: What it Takes to Flight a Drone**. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/technology/virtual-cockpit-what-it-takes-fly-drone-1C9319684>. Acesso em: 15/07/2013.

THUROW, Lester (1994). "Microchips, Not Potato Chips". **Foreign Affairs**, vol. 73, n. 4, pp. 189-192, 1994.

WINGFIELD, Nick (2013). **Drones Takeoff in Silicon Valley**. Disponível em: [http://bits.blogs.nytimes.com/2013/05/15/drones-taking-off-in-silicon-valley/?\\_r=0](http://bits.blogs.nytimes.com/2013/05/15/drones-taking-off-in-silicon-valley/?_r=0). Acesso em: 15/07/2013.

YOUNGS, Gillian (2007). **Global Political Economy in the Information Age: Power and Inequality**. London, UK: Routledge.

### **Resumo**

Este ensaio propõe reflexões iniciais sobre drones: (1) como se relacionam com o ciberespaço, e (2) como podem afetar a condução da guerra no século XXI. Além disso, o texto também explora a (3) relação entre o uso crescente de robôs em campo de batalha e os processos de globalização e digitalização a partir da ótica da Economia Política Internacional. Ele está dividido em duas seções. A primeira seção apresenta brevemente – a partir da experiência norte-americana da Guerra ao Terror – alguns dos problemas oriundos do uso de drones em campo de batalha. As decorrências do emprego doméstico de veículos aéreos não tripulados (VANTs) também são abordadas na primeira parte do ensaio. A segunda seção analisa a proliferação de robôs como decorrência dos processos de globalização e digitalização atualmente em curso. Conclui-se, ao final do texto, que a “robotização” é uma consequência e uma tendência natural da Era Digital.

### **Palavras-chave**

*Drones; Estudos Estratégicos; Era Digital.*

### **Abstract**

This essay poses some initial reflections on (1) how drones relate to the cyberspace and (2) how they affect the conduct of war in the 21st century. In addition, it explores (3) the theoretical and practical relationship between the processes of globalization and digitization from an International Political Economy perspective and the increasing use of robots in the battlefield. The text is divided in two sections. The first briefly presents some of the issues arising from the use of drones in battle from the American War on Terror experience, as well as the consequences of the domestic employment of unmanned aerial vehicles (UAVs). The second section delves into the proliferation of robots as a feature of two processes currently underway: globalization and digitization, and presents evidence that shows that “robotization” is not only a natural consequence but also a structural trend of the Digital Age.

### **Keywords**

*Drones, Strategic Studies, Digital Age.*

*Artigo recebido dia 01 de agosto de 2013.*

*Aprovado em 02 de abril de 2014.*

## **COOPERAÇÃO E SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA CUBANA: A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA SOCIAL<sup>1</sup>**

Soft Power and the international projection of the Cuban  
Revolution: the charism revolutionary of Social  
Diplomacy

*Marcos Antonio da Silva<sup>2</sup>*  
*Guillermo Alfredo Johnson<sup>3</sup>*  
*Anatólio Medeiros Arce<sup>4</sup>*

### **Introdução**

Desde a década de 50 a questão cubana tornou-se um elemento fundamental para a compreensão das relações interamericanas e, em menor medida, das relações internacionais na segunda metade do século XX. Isto porque a tentativa de construção de um sistema alternativo implicava o apoio ou a oposição (geralmente radicais) dos grupos políticos da região e o confronto com a superpotência ocidental alçaram a pequena ilha caribenha ao centro da política regional e internacional, como ficou evidenciado na crise dos Mísseis em 1962. Embora tal relevância tenha diminuído com o fim da guerra fria e as mudanças políticas que acontecem na região desde os anos 80, a questão cubana ainda ocupa uma posição importante na política regional.

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão modificada do trabalho “O soft power cubano: do Carisma Revolucionário a Diplomacia Social”, apresentado na III Semana de Relações Internacionais da UFGD e no 7º CEISAL.

<sup>2</sup> Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do LIAL/UFGD (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina). Email: marocam@terra.com.br.

<sup>3</sup> Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do Mestrado em Geografia. Coordenador do LIAL (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina) da mesma instituição. E-mail: guijohnson@uol.com.br.

<sup>4</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do LIAL (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina). Email: anatolio.arce@r7.com.

Desde a emergência de seu processo revolucionário, Cuba tem desenvolvido uma política externa que procurava garantir e consolidar as mudanças internas que o novo regime realizava. Neste sentido, desenvolveu uma política intensa e global que, apesar dos ajustes conjunturais, implicava na ampliação das possibilidades de consolidação das mudanças internas e na dinâmica de enfrentamento com os EUA, o que conduziu ao apoio e fomento de revoluções pelo terceiro mundo, destacadamente na África e América Latina.

Desta forma, embora possua uma limitada capacidade dos elementos tradicionais característicos do hard power dada sua condição de pequena ilha caribenha, Cuba esteve envolvida em conflitos importantes, ao longo das últimas cinco décadas, nas regiões mencionadas. No entanto, consideramos que a projeção internacional do país esteve associada, principalmente, ao exercício do soft power relacionado a imagem revolucionária que o país projeta desde então no cenário internacional. Sendo assim, este trabalho destaca que a projeção internacional do país tem-se modificado e adaptado aos novos tempos, pois, se nos primeiros anos da Revolução se fundamentava, embora não exclusivamente, na “aura revolucionária” que o país representava e no carisma de sua revolução e de suas lideranças, destacadamente Fidel Castro e Che Guevara, nos primeiros anos do século XX parece emergir uma nova forma de exercício do soft power cubano, fundamentado no exercício da Diplomacia Social. Esta procura atualizar o internacionalismo aos novos tempos e se fundamenta na construção de uma nova forma de cooperação alicerçada na utilização dos serviços sociais (educação, saúde, esporte e cultura, entre outros) para projetar uma imagem positiva do país e construir laços com a comunidade internacional, estatal ou na sociedade civil, para superar o relativo isolamento que o país havia enfrentado nos anos 90.

Para tanto, este trabalho está organizado da seguinte forma. Inicialmente, e de forma breve, discute a noção de soft power, procurando destacar como este implica numa forma de exercício da política em que a força cede lugar ao consenso, a cooperação e a construção de parcerias através do convencimento. Em seguida, relaciona-o a emergência da Revolução e ao carisma de suas lideranças, demonstrando como a projeção inicial desta esteve associada às principais lideranças e sua atuação

política. Finalmente, analisa a emergência da diplomacia social, seu exercício e impactos, como a nova forma de cooperação e inserção internacional da Revolução Cubana neste século.

### **Poder e projeção internacional: o soft power.**

Desde o fim da Guerra-Fria, e conseqüentemente da ordem bipolar, os contornos da nova ordem internacional que emergiu e, persiste até nossos dias, desafiam os analistas do cenário internacional. Apesar da nova ordem não estar devidamente configurado, mostrando-se mais fluida e transitória do que julgaram algumas análises mais apressadas, certos elementos podem servir para a compreensão de seus contornos mais gerais, como se pode observar nas análises de J. Nye (2002).

Na tentativa de compreender como os paradoxos do poder americano, manifestados no descompasso entre a clara hegemonia militar e a decrescente participação do país na economia mundial e a erosão de sua liderança política no cenário internacional, Nye procura compreender a dinâmica de poder no cenário internacional contemporâneo, apresentando duas análises relevantes para este trabalho.

Em primeiro lugar, fundamentando-se, de certa forma, nos seus estudos sobre a interdependência complexa, Nye aponta que a compreensão das relações internacionais contemporâneas tornou-se mais complexa e dinâmica. Sendo assim, aponta que a distribuição do poder deve ser analisada como um tabuleiro de xadrez tridimensional, implicando um maior desafio para o exercício do poder. Para ele, tal tabuleiro é tridimensional pois envolve a atuação na esfera militar (com clara hegemonia dos EUA), na econômica (cada vez mais multipolar) e na esfera das relações transnacionais, que inclui atores não-estatais e transpõe o controle dos governos nacionais, apresentando um poder disperso. Como estes níveis estão conectados, a ação internacional é extremamente complexa e não pode se basear em um recurso ou forma de poder. Daí emerge a segunda contribuição de sua análise.

Retomando os estudos e análises sobre o poder, Nye procura destacar que neste novo cenário duas formas são necessárias e complementam. Ao tradicional poder duro (hard power) que consiste na capacidade de elementos associados a população,

território, recursos econômicos e força militar, sendo assim: “A capacidade de obter resultados desejados freqüentemente vem associada a posse de certos recursos, por isso é comum simplificar a definição de poder como a posse de quantidades relativamente grandes de elementos tais como a população, território, recursos naturais, vigor econômico, força militar e estabilidade política” (NYE, 2002, p. 30). Em suma, o poder duro está associado aos fatores natural e demográfico. No entanto, como demonstra o autor, tal conceito já não é mais suficiente para a definição de potência devido ao desenvolvimento tecnológico e econômico, o que torna necessário a agregação do soft power (poder brando).

Sempre presente na análise do poder, embora às vezes ignorado, o poder brando é definido como: “Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais (...) é a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva a aquiescência e a imitação” (NYE, 2002, p. 36-37). Neste sentido, tal poder tem um caráter eminentemente político, de exercício não-coercitivo do poder, e confere a seu detentor a capacidade política de influenciar os demais através, entre outros, da sedução e atração. Desta forma, através do diálogo e da negociação, potencializa o convencimento, permitindo a cooperação dos demais. Ainda, sua capacidade está relacionada aos valores que este pode representar, tornando-o modelo, permitindo o estabelecimento de uma agenda em torno de seus princípios e ideais. Sendo assim, nesta era de expansão da informação em nível global, tal poder torna-se tão importante quanto o poder bruto.

Neste sentido, consideramos que a Revolução Cubana, embora tenha permitido ao país aumentar seu poder bruto, ainda que muito aquém das grandes potências, potencializou, de forma distinta nos contextos históricos, o soft power cubano, o que discutiremos a seguir.

### **A Revolução Cubana e o soft power: do carisma à diplomacia social**

Desde sua emergência, em 1959, a Revolução Cubana e suas ações despertaram uma reação intensa, favorável ou contrária. Considerando o contexto latino-americano, tal revolução apresentava-se como alternativa, atraente e viável, para a superação dos

problemas seculares (analfabetismo, extrema pobreza, desigualdade, ...) vividos pelos diversos países da região. Desta forma, o impacto das transformações vividas pelo país e a reação a tais mudanças, afetou profundamente os projetos políticos, á esquerda e á direita, e determinou a dinâmica política da região na segunda metade do século XX.

O poder de atratividade da Revolução Cubana, foi observado por Hobsbawn que ao realizar um balanço do curto século XX, aponta que:

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude- os mais velhos mal tinham passado dos trinta-, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária (HOBSBAWN, 1995, p. 427).

Desta forma, o autor demonstra a emergência de uma empatia que percorre a América Latina, mas também em todo mundo, reforçada posteriormente pelas mudanças implantadas no país.

As medidas adotadas e as ações posteriores propiciaram uma identificação e apoio na esquerda latino-americana. Desta forma, como aponta Sader (1991), a partir da experiência brasileira, inúmeros aspectos da Revolução e da construção do socialismo em Cuba cativaram a esquerda: a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e o oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo; a solidariedade internacional – o internacionalismo proletário – como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que dizia “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória (SADER, 1991, p. 23).

Desde o início, o governo cubano procurou formular uma política externa que pudesse defender os seus interesses (SALAZAR, 1986; BANDEIRA, 1998). A

compreensão adequada de tal política é resultado da análise de dois eixos fundamentais: de um lado, era fruto da dinâmica entre *revolução e política formal*; de outro, entre isolamento e integração. No primeiro caso procura-se destacar, principalmente nos anos 60 e final dos anos 70, o compromisso da liderança cubana em apoiar ou fomentar revoluções para a emergência de regimes favoráveis à sua causa e para diminuir a pressão do governo norte-americano sobre a revolução cubana. Esta postura, mesmo que às vezes tenha se constituído numa política informal e de organismos não estatais (o serviço secreto, organizações de solidariedade, entre outros), foi executada pelas lideranças que procuraram influenciar a onda revolucionária que atingiu a América Latina, destacadamente, mas também a África ao longo do período. Em relação a segunda, tratava-se de manter e reforçar os laços políticos e diplomáticos, procurando evitar ou superar o isolamento impulsionado pelo governo estadonidense.

Como já destacado, um dos elementos fundamentais para a compreensão da Revolução Cubana refere-se à liderança fundamental de Fidel Castro que com seu carisma, sua legitimidade e perspicácia, contribuiu decisivamente para sua sobrevivência.

Como apontava Che Guevara, ao discutir a possibilidade de que tal evento pudesse se repetir em outros países da região, os traços que impulsionaram esta eram comuns a todos os países latino-americanos (pobreza, desigualdade, latifúndio,...), excetuando-se por alguns aspectos, dentre eles o papel desempenhado pela liderança (Fidel Castro, á frente) apontando que:

Reconhecemos que a peculiaridade da revolução cubana é dada por fatos excepcionais. (...) O primeiro, talvez mais importante, o mais original, é esta força da natureza chamada Fidel Castro Ruz, que em poucos anos alcançou projeção histórica. (...) Mas para nós, ele se iguala às mais altas figuras históricas da América Latina. Graças á sua capacidade de aglutinar, de unir – opondo-se á divisão que enfraquece-, de dirigir a ação do povo; seu amor profundo por ele; graças á sua fé profunda no futuro e á sua capacidade de prevê-lo, Fidel fez por sua Cuba mais do que ninguém para construir a partir do nada o aparato formidável que é hoje a revolução cubana (Guevara, 1970, p. 403-419).

Tal liderança, foi sendo reafirmada ao longo dos anos e, apesar do desgaste natural, contribuiu para a consolidação e manutenção de tal processo, mesmo em cenários extremamente adversos, como na profunda crise econômica dos anos 90.

Mesmo com o passar dos anos, Fidel Castro continuava possuindo um prestígio que, como aponta Sznajder e Roniger:

el rol de Fidel Castro, como líder de la revolución, y del castrismo, como movimiento político con gran poder de adaptación, han sido centrales para la supervivencia del régimen actual en Cuba. Castro goza del prestigio de un verdadero revolucionario que ha dedicado su vida a su país, sin disfrutar de los privilegios característicos del poder tal como lo hicieron otros líderes comunistas, en la Unión Soviética y en Europa Oriental, alrededor de los cuales se desarrollaron cultos de personalidad, nepotismo y egoísmo de los placeres mundanos por parte de ellos mismos y la élite política que los rodeaba (SZNAJDER e RONIGER, 2001, p. 161).

É possível entender porque, mesmo após quatro décadas de liderança, o ímpeto revolucionário e a imagem de Fidel estão menos erodidos que as lideranças comunistas que estiveram no poder na Europa Oriental. A figura de Fidel, em termos de apoio dentro de sua sociedade é comparável a Mao na China e a Ho Chi Min no Vietnã, enquanto estavam vivos. Isto pode ser derivado de sua “aura revolucionária” e da eterna confrontação com os EUA, apresentada como a continuação das lutas de libertação nacional, que lhe conferem maior legitimidade, como pode se observar na primordial e consciente projeção da figura de José Martí e sua influência ideológica e cultural, enfatizada especialmente no preâmbulo da Constituição Cubana de 1992 (SZNAJDER e RONIGER, 2001).

Mas de onde vem esta força de Fidel? Sem dúvida, o carisma é o elemento definidor da liderança desempenhada por ele, de tal forma que como aponta Max Weber:

(...) existe em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo –carisma– devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazemo chefe. Tal é o poder “carismático”, exercido pelo profeta ou- no domínio político pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido através do plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político (WEBER, 1989, p. 57).

Neste sentido, podemos observar que a dominação carismática se desenvolve em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma), particularmente as faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de

oratória, algo facilmente observável em seus famosos discursos e sua personalidade onnipresente. Desta forma, a associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. A forma genuína da jurisdição e a conciliação de litígios carismáticos é a proclamação da sentença pelo senhor ou pelo sábio e sua aceitação pela comunidade. No caso cubano, isto pode ser observado pelo fato de que, apesar do evidente processo de institucionalização vivenciado ao longo destas décadas, com a construção de organizações sociais e políticas, em diversos momentos Fidel Castro determinou políticas, inovações ou mudanças, como no processo da safra de açúcar do final dos anos 60, de retificação de erros dos anos 80 ou nas medidas adotadas ao longo dos anos 90.

Além disto, pode-se destacar a capacidade de adaptação, ou maleabilidade, desta liderança. Foi assim em meados da década de 80, quando o processo chamado “retificação de erros e tendências negativas” teve como base o retorno a algumas ideias de Che Guevara, enquanto ministro que haviam sido abandonadas na aproximação com a URSS, sobre trabalho e remuneração ou observando ainda as diversas modificações e adaptações dos ideais desde o Movimento 26 de Julho – década de 50 – cujos objetivos eram de caráter nacionalista, com explícitas demandas de justiça social e ideais anticorrupção para limpar a vida pública, passando pela adoção do modelo marxista-leninista – década de 60 e 70 – e o apoio, entre outras coisas, à invasão soviética da Tchecoslováquia e as transformações da década de 90.

Além de Fidel, outra liderança que projetou internacionalmente a Revolução Cubana foi, sem dúvida, Che Guevara. Este marcou profundamente a América Latina e, com seu assassinato na Bolívia, sua obra e exemplo, confirmam-lhe uma dimensão internacional<sup>5</sup>. Como aponta Sader:

Neste momento crucial de grandes transformações, o Che apareceu como crítica viva ao objetivismo que dominara o marxismo por várias décadas. Não é assim por acaso que sua imagem estivesse presente nas manifestações de 68 em Paris, Roma, Frankfurt, Tóquio. E que grupos

---

<sup>5</sup> Para uma compreensão mais aprofundada destas ideias e do papel desempenhado por Ernesto Che Guevara ver, entre outros, Luis Bernardo Pericás, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, Ed. Xamã, 2004; Carlos Tablada Perez, *El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara*, Casa de Las Américas, 1987; Fernando Martinez Heredia, *El Che y el Socialismo*, Dialectica, 1992; e Geronimo Alvarez Batista, *Che: una nuevabatalla*, Pablo de laTorriente, 1994.

revolucionários tenham-se constituído na América Latina, Alemanha, Ceilão, tomando-o como referência (SADER, 1981, p. 35)

Como mencionamos, o assassinato do Che serviu para impulsionar sua aura revolucionária, marcada pela percepção de que era capaz de renunciar aos cargos e honorarias e doar sua vida em prol dos ideais defendidos, servindo para impulsionar o mito, identificado com os ideais puros dos primeiros anos da revolução cubana (Taibo, 1997; Anderson, 1997)<sup>6</sup>. Grande parte deste mito, impulsionado pelo próprio governo cubano, se fortaleceu porque Che não enfrentou o desgaste político de outras lideranças cubanas que se mantiveram no poder, pois como afirma Anderson:

Na cidadezinha de Vallegrande, na Bolívia, onde prosseguem os esforços para encontrar e exumar o corpo de Che, na parede de barro da central telefônica há uma frase pichada em espanhol: Che- Vivo como jamás quisieron que estuvieras. Essa frase, talvez melhor do que qualquer outra descreve o verdadeiro legado do Che. De alguma forma, ele manteve uma posição de força na imaginação popular, parecendo transcender tempo e lugar. Eternamente jovem, valente, implacável e desafiador, perpetuamente olhando fixo com aqueles olhos cheios de propósito e indignação. Che desafiou a morte. Enquanto até mesmo seus amigos e camaradas mais íntimos fenecem com a idade e sucumbem às comodidades de uma vida em que la revolución já não tem cabimento, Che permanece imutável. Ele é imortal porque outros o querem assim, como o exemplo solitário do Novo Homem que um dia viveu e desafiou outros a segui-lo (ANDERSON, 1997, p. 864).

Além disto, o tratamento dado ao heroísmo e atuação de outras lideranças, como Camilo Cienfuegos e Raul Castro, entre outros, reforçou em grande medida, uma mitologia da Revolução Cubana, alicerçada na atuação das lideranças. Desta forma, pode-se destacar que o soft power cubano era derivado, não de forma exclusiva, era derivado da atuação e exemplo destas lideranças, ainda que fundamentado em elementos diversos.

Além disto, deve-se considerar que a projeção internacional cubana, esteve alicerçada numa política de apoio e incentivo as revoluções no terceiro mundo e no

---

<sup>6</sup>Desta forma, como afirma Taibo: “Há uma lembrança. Desde milhares de fotos, pôsteres, camisetas, fitas, discos, vídeos, retratos, revistas, livros, frases, testemunhos, todos os fantasmas da sociedade industrial que não sabe depositar seus mitos na sobriedade da memória. Che nos vigia. Para além de toda parafernália, ele retorna. Em era de naufrágios, é nosso santo leigo. Quase trinta anos depois de sua morte, sua imagem cruza as gerações, seu mito passa deslizando em meio aos delírios de grandeza do neoliberalismo. Irreverente, irônico, obstinado, moralmente obstinado. Inesquecível.” (TAIBO, 1997: 704).

exercício do internacionalismo proletário. Tal política determinou o envolvimento cubano, civil e militar, ao longo das décadas de 60 a 80 na América Latina e na África.

No caso africano, tal ação se desenvolveu em dois planos distintos. No primeiro, estavam as ações de colaboração e ajuda militar de apoio a movimentos nacionalistas ou socialistas. Segundo LópezSegrera (1988), a presença militar cubana foi sempre posterior a esforços para a solução negociada dos conflitos, sua participação era fruto de um pedido formal e aprovação dos governos dos países em questão e o país jamais representou uma ameaça aos vizinhos dos países em que suas tropas atuavam. Neste sentido, também Bandeira (1998) destaca que o envolvimento em Angola ocorreu a pedido de Agostinho Neto, dirigente do MPLA e se iniciou com o treinamento de rebeldes, ainda nos anos 60<sup>7</sup>; assim como no caso da Etiópia e Moçambique. Da mesma forma, este autor ressalta que “de qualquer forma, Cuba desempenhou, na África, um papel construtivo, inclusive favorecendo soluções diplomáticas para algumas questões, entre as quais o conflito entre Angola e o Zaire<sup>8</sup>, e os casos da Rodésia (Zimbábue) e Namíbia” (BANDEIRA, 1998, p. 599).

Além do campo militar, a ajuda cubana também esteve relacionada ao trabalho civil. Por um lado, o país acolheu inúmeros estudantes dos países africanos – segundo LópezSegrera, cerca de 15 mil africanos realizaram seus estudos no país nas mais diversas áreas; por outro, o país enviou para o trabalho civil em áreas como saúde, educação, construção civil, agricultura e transportes inúmeros técnicos para atuarem e incentivarem o desenvolvimento dos países africanos<sup>9</sup>.

Existem diversas explicações para o envolvimento cubano na África. Como aponta Gleijeses, há interpretações que assinalam que tais ações foram motivadas pelo desejo pessoal de Fidel Castro de autoengrandecimento, mas este certamente não foi o

---

<sup>7</sup> A ligação com o MPLA e Agostinho Neto começou em 1965 quando Ernesto Guevara teve um encontro com o dirigente angolano e outros líderes do movimento. Porém se reduziu no início dos anos 70 devido às dificuldades de envio de material e homens e ao desenvolvimento próprio da luta pela independência do país. Com a instalação da Guerra Civil, em 1975, foi solicitado novamente o apoio cubano e o país se envolveu profundamente no conflito angolano (GLEIJESES, 2003, p. 106).

<sup>8</sup> Para uma análise da participação cubana no processo de pacificação entre os dois países ver o livro *La paz de CuitoCuanavale – documentos de un proceso*, de Blanca Zabala, Havana, 1989.

<sup>9</sup> Para um relato destas ações e as atividades desenvolvidas ver, além dos autores já citados, o livro “Cubanos na África”, de Neiva Moreira e Beatriz Bissio, Ed.Global, 1979.

fator determinante. Os dois fatores fundamentais foram a autodefesa e o idealismo. Depois de procurar um *modus vivendi* com os EUA, a liderança cubana chegou a uma conclusão muito clara: para se proteger dos EUA, a melhor defesa seria contra atacar, porém através dos espaços gerados no Terceiro Mundo. Neste sentido, podemos observar que:

...Castro consideraba que la supervivencia de la revolución dependia “del surgimiento de otras Cubas”, pues pensaba que EUA se veria obligado en ultima instancia a aceptar a Cuba cuando tuviera que hacer frente simultaneamente a vários otros gobiernos revolucionários. Y cuando Che Guevara fue a África endeciembre de 1964, los analistas de inteligéncia de EUA, recalcaron este elemento de autodefensa (GLEIJESES, 2003, p. 109).

O segundo fator foi o idealismo que condicionou a política externa cubana neste período, ou seja, o sentido de missão revolucionária, personificado no internacionalismo proletário. Na África os riscos eram menores, não provocavam diretamente os EUA e o país não atuava contra governos legais, como na América Latina, pois o país contribuía para movimentos contra o regime colonial ou governos pré-estabelecidos. Desta forma, podia continuar desenvolvendo a estratégia de promoção da revolução, sem maiores danos. Tal postura, muitas vezes, entrou em confronto com a *realpolitik*, no sentido de que podia gerar tensões com os aliados soviéticos, aumentar a ruptura com os EUA e criar novos inimigos, além de significar um importante aporte de recursos de que o país tanto necessitava (GLEIJESES, 2003, p. 114-116)<sup>10</sup>.

O reconhecimento explícito do papel desempenhado por Cuba, além do seu caráter construtivo, como já assinalamos, nos conflitos africanos pode ser percebido pela declaração de Nelson Mandela que, visitando o país como presidente da África do Sul, afirmou:

Venimos aquí con el sentimiento de la gran deuda que hemos contraído con el pueblo de Cuba; qué otro país tiene una história de

---

<sup>10</sup> Como aponta o autor, citando duas fontes bem distintas. Para os russos, “tal como lo dijo un alto funcionario soviético- Anatoly Dobrynin, ex-embaixador soviético – en sus memorias, los cubanos enviaron sus tropas por iniciativa propia y sin consultarnos”; afirmação esta que é reafirmada por Henry Kissinger, que em suas memorias declara que “no podiamos imaginar que actuaraen forma tan provocadora tan lejos de su país a no ser que Moscú presionara a pagar le el apoyo militar y económico. Las pruebas hoy disponibles indican que fue lo opuesto” (GLEIJESES, 2003, p. 113-114). Do mesmo modo, Sulzic afirma que: “Contrariamente a crença generalizada, foi ideia de Fidel Castro- e não dos russos – o engajamento de tropas cubanas na guerra civil em Angola, de forma totalmente aberta” (SZULC, 1987, p. 752).

mayor altruísmo que la que Cuba puso de manifiesto en sus relaciones con África? (citado por GLEIJESES, 2003, p. 119)

Já nos anos 80, com a institucionalização do processo revolucionário cubano, podíamos notar novas dimensões no soft power cubano que, no entanto, irão adquirir contornos definitivos a partir dos anos 90, como resposta as transformações do bloco soviético (e ao ideário socialista), ao contexto internacional (sua natureza e os valores determinantes no pós- guerra fria e, finalmente, as transformações e adaptações da política (interna e externa) cubana as novas demandas internas (a superação da grave crise econômica) e ao novo cenário internacional.

### **O novo soft power cubano: a emergência da Diplomacia Social**

Como apontam Dominguez (2003) e Alzugaray (2003), Cuba continua exercendo um poder sedutor, ainda que diferente das décadas anteriores. Neste sentido, embora em menor medida e de forma diferente das décadas anteriores, a Revolução Cubana continua possuindo certos atrativos e cativando uma parte expressiva da população e dos governos, principalmente na América Latina.

Na década de 90, porém, já não é a capacidade militar ou revolucionária, embora continuem existindo, que fornecem ao país o exercício do soft power. Este deriva da constatação de que o país conseguiu desenvolver uma rede de proteção estatal que, apesar dos problemas, conseguiu solucionar, embora não definitivamente, grande parte dos problemas que atingem os países da periferia garantindo acesso à saúde e educação, entre outros, para a maioria da população e minimizando os efeitos da desigualdade social. Aliado a isto, se observa o extraordinário desempenho cubano em certas áreas, nos eventos internacionais, no campo do esporte e da cultura. Como apontam os autores, Cuba tem conseguido um desempenho impressionante.

Desta forma, nos anos 90 emergem uma estratégica de cooperação internacional que concilia dois ideais fundamentais da Revolução Cubana em outros momentos e, principalmente, se insere no novo contexto internacional e na tentativa de superação do relativo isolamento a que o país se viu submetido após a queda do bloco soviético. Neste sentido, conciliando internacionalismo e cooperação fundamentada nos serviços, principalmente das áreas onde destacadamente ocorreram avanços significativos durante

o período revolucionário (educação, saúde, esporte e cultura, entre outros), desenvolve-se uma Diplomacia Social, propiciando a emergência de novos contornos do soft power cubano.

A Diplomacia Social contribui para a afirmação de uma nova estratégia, que aprimorou a relação do país com outras nações. Tal conceito amplia a noção desenvolvida por Julie Feinsilver<sup>11</sup> de Diplomacia Médica, compreendida por:

En los análisis sobre la política exterior cubana se há pasado por alto la diplomacia médica. Sin embargo, ella ha sido parte integral de casi todos los acuerdos de cooperación y ayuda que Cuba ha consagrado historicamente al fortalecimiento de sus lazos diplomáticos con otros países del Tercer Mundo. Decenas de países han recibido asistencia médica cubana de largo plazo, y muchos otros han recibido ayuda a corto plazo en respuesta a situaciones de emergencia. La ayuda médica cubana llega a millones de personas en el Tercer Mundo anualmente a través del suministro directo de atención sanitaria, y a miles anualmente a través de programas de educación y entrenamiento en la esfera de la salud, tanto en Cuba como en el extranjero. El impacto positivo de esta ayuda en la salud de poblaciones del Tercer Mundo ha mejorado considerablemente las relaciones de Cuba con otros países y ha aumentado el capital simbólico de Cuba entre gobiernos, organizaciones internacionales e intelectuales que, en el Tercer Mundo, a menudo juegan un papel importante en la formación de opinión pública y la política pública (FEINSILVER, 1993, p. 193; citado por ALZUGARAY, 2003, p. 27).

Pode-se afirmar que tal atuação tem contribuído para o desenvolvimento do “soft power” cubano, fortalecendo os laços com outros países, no âmbito estatal e societal. Além disto, tal ação significa uma atualização do conceito de internacionalismo proletário, agora menos ideológico, enfatizando o trabalho social que o país desenvolve em relação a nações mais desfavorecidas, atingidas por catástrofes naturais ou com problemas em determinadas áreas.

A noção de Diplomacia Social implica, em primeiro lugar, a constatação de que Cuba desenvolve uma estratégia de cooperação ampla, alicerçada nas áreas sociais que revelam, em grande medida, os êxitos da revolução como saúde, educação e esporte, entre outras. Tal noção implica também a constatação de que a atração e apoio internacional que esta forma de cooperação desenvolve ocorre não mais pela atuação de grandes líderes ou pela presença militar como no passado mas pela atuação em áreas

---

<sup>11</sup> Para uma análise mais aprofundada do conceito ver o livro do autor *Healingthemasses: Cuban Health Politicsat Home andAbroad*, Berkeley, Universityof Califórnia Press, 1993.

civis e em situações de extrema pobreza ou desastres naturais, tornando-se contínua. Ainda, implica numa atualização do internacionalismo e terceiro-mundismo presentes desde os anos 60, que passam a ser compreendidos dentro dos desafios domésticos e internacionais, desenvolvidos dentro dos marcos da nova política externa do país com a utilização da diplomacia e a necessidade de construção de novas parcerias. Segundo Erisman e Kirk (2009), a cooperação cubana alcançaria, em diversas modalidades, 154 países, contribuindo para a superação do isolamento do embargo americano; segundo HUIISH e DARNELL (2011), com base nos dados do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, desde 2011 podemos constatar 42.000 colaboradores cubanos trabalhando em 101 países.

A diplomacia social, desta forma, permite a projeção de uma imagem positiva do país, em diversos campos, e possibilita também a captação de recursos em que a atuação dos profissionais cubanos é intercambiada por produtos ou divisas, como no caso venezuelano, ou através da cooperação triangular, em que tal atuação é financiada por organismos internacionais, o que ocorre destacadamente na área da saúde. Além disto, tais profissionais estão orientados a não interferir em questões domésticas, o que limita possíveis áreas de atritos. Finalmente tal ação, inserida no quadro da política externa do país, permite o desenvolvimento de uma cooperação sul-sul, ainda que tenha presença global, e de uma perspectiva contra-hegemônica, baseada na solidariedade e na inserção crítica ao mundo globalizado (ERISMAN e KIRK, 2006; KIRK, 2009).

Outro aspecto relevante é que tal atividade permite que o governo cubano continue enviando uma parte significativa de sua população para trabalhar em outros países, agora sem o conteúdo militar das iniciativas desenvolvidas ao longo da guerra fria. Ainda tal atuação possibilita o reforço dos laços entre os envolvidos e o governo, ampliando a capacidade de manter o consenso interno.

O exercício da diplomacia implica na oferta no campo da educação e treinamento civil de cursos para estudantes estrangeiros da América Latina e África (em menor medida de outros continentes) ou na realização de procedimentos médicos em Cuba, e, principalmente, na atuação de profissionais cubanos em outros países.

Desta forma, as áreas em que se desenvolve a diplomacia social referem-se aquelas em que Cuba alcançou avanços significativos. Neste sentido, a cooperação se desenvolve nas áreas de educação, saúde<sup>12</sup>, esporte e cultura, entre outros.

No campo educacional, além da oferta de bolsas em diversos cursos e áreas do conhecimento, o projeto com maior impacto se refere à criação da Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), em 1999, e de outras iniciativas. A ELAM está voltada à formação de futuros profissionais de medicina de setores empobrecidos em seus países de origem que possuem dificuldade de acesso ao ensino superior, faz com que a revolução cubana continue exercendo seu poder sedutor em parcelas importantes da população dos países de onde procedem estes estudantes. Segundo Torres e Cruz (2011), somente em ações educacionais na área da medicina podemos constatar os seguintes dados:

En el curso escolar 2009-2010 hubo una matrícula de 51 648 estudiantes en Cuba y en el exterior, los que se formaron junto a las Brigadas Médicas en los países, distribuidos de la siguiente forma: 8 170 estudiantes en la Escuela Latinoamericana de Medicina, 12 017 en el Nuevo Programa de Formación de Medicina, 1 118 en otros proyectos, 29 171 junto a las Brigadas y 1 172 estudiando carreras técnicas. La Escuela Latinoamericana de Medicina, creada el 15 de Noviembre de 1999 por idea de *Fidel*, también marcó un viraje en la concepción de la ayuda cubana en la formación de recursos humanos, inicialmente concebida para formar estudiantes de zonas remotas y postergadas del continente. Es una contribución de Cuba para ayudar a los países a saldar su propia deuda social, es un orgullo y ha graduado 7 256 médicos de 30 países, cuenta actualmente con una matrícula de 8 170 estudiantes de 28 países (TORRES e CRUZ, 2011, p. 385)

Para um país que ainda enfrenta os efeitos da grave crise econômica é um esforço considerável que só pode ser compreendido nos marcos da diplomacia social. Vale ressaltar que tal empreendimento (a ELAM) também reafirma os ideais cubanos pois como constatava Fidel Castro:

---

<sup>12</sup>Neste caso, como Cuba possui a seguinte estrutura: "... Cuenta además con el recurso más preciado: el capital humano, ya existente en el país un total de 566 365 trabajadores de la salud, de estos, 74 552 médicos y 32 289 especialistas en Medicina General Integral para una proporción de un médico por 151 habitantes y 95,9 enfermeras por 10 mil habitantes. Todo lo anterior ha sido posible por el desarrollo de las capacidades nacionales: 24 facultades de medicina, 499 policlínicos universitarios de la familia, 217 hospitales, 14 007 consultorios médicos, 160 clínicas estomatológicas, 13 institutos de investigación con la red de instituciones del polo científico, todas trabajando con un solo objetivo; mejorar la salud de la población cubana(SANCHEZ, MACHADO e FERNANDEZ, 2010, p. 82).

...lo que nosotros queremos es que los estudiantes de los Hermanos países latinoamericanos se impregnen de la misma doctrina en que se educan nuestros médicos, de esa entrega total a una noble profesión futura, porque el médico es como un pastor, un sacerdote, un misionero, un cruzado de la salud y del bienestar físico y mental de las personas... (citado por Sanchez, Machado e Fernandez, 2010:79).

Além da ELAM, Cuba, em parceria com a República Dominicana, criou e mantém neste país uma Escola de Enfermagem que, atualmente, atende a 150 estudantes (Sanchez, Machado e Fernandez, 2010: 80).

Ainda, a cooperação cubana na área de saúde envolve outros aspectos e programas, como mencionam Sanchez, Machado e Fernandez:

Actualmente la cooperación médica cubana<sup>13</sup>, que se brinda en varias modalidades, está presente en 73 países. En total en el mundo trabajan 38 544 colaboradores de la salud, de los cuales 17 697 son médicos. Solo por el PIS han sido atendidos 117 798 248 pacientes; operados, 2 831 870. Cifras conservadoras indican que durante los 10 años de este Programa se ha logrado salvar la vida de casi 2 millones de personas. Actualmente se desarrolla la Operación Milagro en 29 países de América Latina y el Caribe, incluyendo Cuba (SANCHEZ, MACHADO e FERNANDEZ, 2010, p. 80).

No entanto, a principal ação de cooperação se desenvolve, com o apoio venezuelano, nos marcos da ALBA (Aliança Bolivariana das Américas). Nesta, se desenvolvem missões na Venezuela e outros países latino-americanos, nos campos da alfabetização e medicina que permitem o exercício da diplomacia social cubana, possibilitando a atuação de profissionais destas áreas e o intercâmbio de serviços por recursos (divisas e petróleo) fundamentais para a recuperação econômica do país<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Segundo Torres e Cruz (2011, p. 382): “La revolución cubana triunfa en 1959 y en ese mismo año se produjo el éxodo masivo de médicos, de manera tal que el país perdió, en los primeros años de revolución, alrededor del 50 % de los 6 286 profesionales con que contaba”.

<sup>14</sup> No caso da Venezuela, os principais dados são: “El Programa Especial de Cooperación con Venezuela, que se inició en abril de 2003, cuenta con 30 685 profesionales cubanos de la salud, ostenta los siguientes resultados: 363 084 127 consultas, de estas 164 210 014 son visitas de terreno, 74 398 operaciones, 6 306 partos, 281 892 894 actividades educativas y 16 538 746 casos atendidos en ópticas. Em la Operación Milagro, el principal resultado es el mejoramiento o devolución de la visión a 1 825 274 personas de 33 países. En Cuba se han operado 175 610 pacientes y 1 649 664 en 60 centros oftalmológicos instalados en 18 países, con 93 puntos quirúrgicos donados por Cuba, con la más alta tecnología, en Venezuela, Bolivia, Ecuador, Guatemala, Haití, Honduras, Panamá, Nicaragua, Paraguay, Uruguay, Angola, Malí, Perú, Santa Lucía, San Vicente, Suriname, Guyana y Argentina” (TORRES e CRUZ, 2011: 387)..

Outra área de exercício da diplomacia social se refere ao esporte (HUIISH e DARNELL, 2011). Esta apresenta três dimensões: as brigadas de cooperação que trabalham em comunidades marginalizadas em outros países; o desenvolvimento de uma perspectiva contra-hegemônica com o estabelecimento de laços na sociedade civil; e, finalmente, a acolhida de alunos estrangeiros para o desenvolvimento de estudos e práticas em esporte no país. Sendo assim, pode-se destacar que, a exemplo da ELAM, foi criada a Escola Internacional de Educação Física e Esportes (EIEFD), que recebeu até o momento cerca de 1.400 estudantes de 76 países, além da organização de eventos. Desta forma, podemos constatar, seguindo as indicações de Huish e Darnell que:

In sum, the most distinguishing feature of Cuban sport internacionalism may be that sport is regarded as important and explicitly situated within broader processes of foreign policy and development, rather as a vehicle toward individualized and specific development goals. As we see it, Cuba has positioned sport as a mechanism in support of, and in conjunction with, comprehensive development projects that aim to address poverty and underdevelopment from multiple angles. For these reasons, it is worthy of ongoing attention within the SDP sector (HUIISH e DARNELL, 2011, p. 161).

Finalmente, convém ressaltar que tal atuação não se restringe ao campo médico, embora este seja o exemplo mais significativo, mas abrange outras áreas em que o país tem um desempenho importante no cenário internacional, estendendo-se hoje à educação, ao esporte, a cultura e certas áreas do conhecimento científico. Isto parece sugerir que o conceito de Diplomacia Médica, utilizado por Feinsilver, poderia ser ampliado para o exercício de uma “Diplomacia Social”, como uma estratégia importante para a ampliação e o fortalecimento de laços políticos e, além disto, para a captação de recursos indispensáveis à recuperação econômica do país.

Ao longo dos anos 90, Cuba foi tecendo uma rede de apoios no plano bilateral e multilateral, que permitem afirmar que a ilha já não está marginalizada no contexto internacional. Uma vez reorientadas as relações e com novas fontes de assistência financeira se fez mais fácil à recuperação do prestígio, que se deve, em grande medida, ao desenvolvimento da diplomacia social.

## Conclusão

Este trabalho procurou discutir a projeção internacional cubana e as características do soft power do país, desde a emergência da Revolução, considerando que, se no início do processo revolucionário este baseava-se fundamentalmente no carisma de suas lideranças (Fidel Castro e Che Guevara, destacadamente), nos últimos anos passou a se orientar numa diplomacia social, alicerçada na cooperação com base nos serviços que exemplificam as conquistas sociais (educação, saúde, esporte,...).

Para tanto, consideramos que, com as mudanças no cenário internacional, Cuba enfrentou uma série de desafios e realizou um conjunto de mudanças internas e na sua projeção internacional, orientadas por uma *lógica da sobrevivência*, tornando a política externa cubana mais pragmática e menos conflituosa, fundamentada numa redefinição do interesse nacional.

A grande mudança refere-se, como procuramos demonstrar, ao advento, ou aprimoramento, do exercício do “soft power” cubano com a emergência de uma diplomacia que utiliza a potencialidade do país, na educação, saúde e esporte, para o fortalecimento de laços com a sociedade civil e com Estados, gerando apoios políticos e econômicos ao país que denominamos de *Diplomacia Social*.

Desta forma, Cuba conseguiu romper, ainda que parcialmente, o isolamento a que se viu submetida com o fim da Guerra Fria e angariar apoio e laços que permitiram a sobrevivência, econômica e política, do país. Desta forma, foi possível ao longo da década inserir-se no mercado internacional, encontrando novos parceiros, aumentando seu comércio exterior e aprofundando laços econômicos com países ou áreas de seu interesse, o que gerou uma diversificação de seus parceiros comerciais.

Isto, porém, não significa que a liderança cubana superou definitivamente os desafios enfrentados. A continuidade e a eficácia das ações desenvolvidas até aqui dependerão em grande medida da atuação de sua liderança perante o conflito com os EUA, elemento fundamental da política externa do país, a manutenção e a diversificação de parceiros, econômicos e políticos e a superação das críticas da comunidade internacional, referentes ao modelo político adotado pelo país. Da solução definitiva destas questões dependerá, em grande medida, o futuro do país e um balanço final do êxito de sua política externa.

## Referências

- ALZUGARAY, Carlos. **La política exterior de Cuba em la década de 90: intereses, objetivos y resultados.** Política Internacional, La Habana, vol. I, n. 1, p. 14-32, enero-julio 2003.
- ANDERSON, J. L. **Che Guevara: uma biografia.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Cuba: do socialismo dependente ao capitalismo.** Brasília: Contexto Internacional, 1996, disponível em: [www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br).
- CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século.** Brasília: UNB, 1988, 4 volumes.
- CASTRO RUZ F. Discurso pronunciado en la graduación del Instituto de Ciencias Médicas de La Habana. 09-08-99. Disponível en: [www.cuba.cu/gobierno/discursos/1999/esp/f090899e.html](http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1999/esp/f090899e.html) (acesso em 20/09/2013).
- CENTRO DE ESTUDOS AMERICANOS. **Cuba em los años 90: su reinserción en la economía internacional.** La Habana: Política, 1994.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Revolução cubana: história e problemas atuais.** São Paulo, Ed. Xamã, 1998.
- DOMÍNGUEZ, Jorge I. **Cuba en las Américas: ancla y viraje.** Foro Internacional, Ciudad de México, v. XLIII, n. 3, 265 p., julio-septiembre, 2003.
- ERISMAN e KIRK, H. M. e J. **Redefining Cuban foreign policy: the impacto of the Special Period.** Gainesville: University Press of Florida, 2006.
- FEINSILVER, Julie M. **Healing the masses: cuban health politics at home and abroad.** Bekerley: UniversityofCalifornia Press, 1993.
- GLEIJESES, Piero. **Las motivaciones de la política exterior cubana.** Política Internacional, La Habana, vol. I, n. 1, p. 99-119, enero-julio 2003.
- GUEVARA, E. **Cuba: excepción histórica o vanguardia em la lucha anticolonialista?** In: Obras (1957-1967). Havana: Casa de las Américas, 1970.
- HEREDIA, Fernando Martinez. **El Che y el socialismo.** Buenos Aires: Dialectica, 1992, 170 p.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUIISH e DARNELL, R. e S. **Solidarity, conter-hegemony, and development: exploring new dimensions of Cuba's sport-based internacionalism**. In: Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, vol. 36, n. 71, 2001, pg. 139-194.

KIRK e ERISMAN, J. e M. H. **Cuban Medical internacionalism: origins, evolution and goals**. New York: PalgraveMacMillan, 2009.

MARTÍNEZ, Miguel Alfonso. **La diplomacia cubana. Un balance a 40 años de revolución**. Análisis de Conyuntura, La Habana, n. 11, 79 p., diciembre, 1998.

NYE, Joseph Jr. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.  
PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980.

PISANI, Miguel Estéfano. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociales, 2002.

SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SADER, E. **Cuba no Brasil**. In: REIS, D. Historia do marxismo no Brasil I: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

SADER, Emir (org.). **Che Guevara: política**. São Paulo: Àtica, 1981.

SALAZAR, Luiz Suares. **El siglo XXI: posibilidades y desafios para la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociales, 2000.

SÁNCHEZ, Y. Mejias; MACHADO, Orgel J. D.; FERNÁNDEZ, Ana M. T. **Cuba y la cooperación solidaria en la formación de médicos del mundo**. In: Educación Médica Superior, Havana, 2010; 24(1), pg.76-84. (acessado em 20 de março de 2013)

SEGRERA, Francisco López. **Cuba: política exterior y revolución**. La Habana: ISRI, 1988.

SZNADJER e RONIGER, Mario e Luis. **“Política, ethos social e identidad en la Cuba contemporánea”**. América Latina Hoy, Salamanca, n. 29, p. 155-178, diciembre 2001.

SZULC, Tad. **Fidel: um retrato crítico**. Best Seller, 1987.

TAIBO, Paco I. **Ernesto Guevara; também conhecido como Che**. São Paulo: Scritta, 1997.

TORRES, Nestor M.; CRUZ, Evelyn M. Experiência cubana em cooperación Sur-sur. In: Revista Cubana de Salud Pública 2011; vol. 37(4), pgs. 380-393.

WEBER, Max. **A política como vocação.** Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1989.

### **Resumo**

O presente trabalho analisa a projeção internacional da Revolução Cubana, discutindo os contornos de seu soft power que contribuíram para sua reinserção internacional. Para tanto, após apresentar uma breve discussão deste conceito e das transformações do cenário internacional contemporâneo analisa a mudança da utilização do soft power no processo revolucionário de Cuba. Neste sentido, aponta que tal poder esteve, nos anos dourados da Revolução (anos 60 e 70), alicerçado na aura revolucionária e no carisma de suas lideranças (Fidel Castro e Che Guevara, entre outros) e que, na primeira década deste século, adquiriu novos contornos amparados na emergência da Diplomacia Social, baseada na cooperação com base nos serviços sociais (saúde, educação e esporte, entre outros), contribuindo para o estabelecimento de laços diplomáticos e o desenvolvimento de uma imagem positiva do país.

### **Palavras-chave**

Revolução Cubana; Soft Power; Diplomacia Social.

### **Abstract**

This paper analyzes the international projection of the Cuban Revolution, discussing the contours of your soft power that contributed to its international reintegration. To this end, after presenting a brief discussion of this concept, and transformations of the international contemporary analyzes the change of use of soft power in the revolutionary process in Cuba. In this sense, points out that such power was in the golden years of the Revolution (60 and 70), based on the revolutionary aura and charisma of their leaders (Fidel Castro and Che Guevara, among others) and in the first decade of this century, acquired new contours supported the emergence of social Diplomacy, based on cooperation based on social services (health, education and sports, among others), contributing to the establishment of diplomatic ties and the development of a positive image of the country.

### **Keywords**

Cuban Revolution; Soft Power; Social Diplomacy.

*Artigo recebido dia 27 de agosto de 2013.*

*Aprovado em 20 de abril de 2014.*

## RESENHA

### Bookreview

# THE CARTOGRAPHIC STATE MAPS, TERRITORY, AND THE ORIGINS OF SOVEREIGNTY<sup>1</sup>

*Thiago Correa Malafaia<sup>2</sup>*

Power, sovereignty, the International. These are all dear concepts to International Relations. Much has been theorized on these subjects. Anyhow, little attention has been directed as to how the representation of spatial territory, in the form of maps, contributed to the crucial events that were paramount to the shaping of the field. And that is precisely what Branch tries to achieve with his newest book —*The Cartographic State: Maps, Territory, and the Origins of Sovereignty*—that came out early this year (2014).

The author’s argument traverses about how the perception of territory and rule, and thus, power, sovereignty, and the International changed as a consequence of improvements in the map-making technology and how the logics of ‘rule’, understood as the authority *de facto* exercised by a particular ruler, king, prince, feudal lord and the like in a particular territory, changed, from an interest in what existed *per se* in that given region, be it people, productive land, herds of animals, or even entire shires, villages, burgs, and/or cities, to the modern logic of linear boundaries. This brought stark consequences to the “domains” for some reasons. For the sake of concision and in lieu of the limited space I point out only two of the most decisive contributions, what

---

<sup>1</sup> BRANCH, Jordan; *The Cartographic State: Maps, Territory, and the Origins of Sovereignty*; Cambridge University Press, New York; 2014; 219 p.; ISBN 978-1-107-04096-0.

<sup>2</sup> Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: thiagomalafaia@hotmail.com.

does not mean that other impacts were non-existent: on the one hand, it changed how different “domains” dealt with each other for the shift brought about a new *modus operandi* for treaty-making; on the other hand, it also changed how a given “domain” saw its own territory and thus helped it realize the best strategies to follow.

According to Branch, so the argument goes, the reorientation as to how one saw one’s own “domains” contributed to the shaping of the modern state system. What is most striking, however, about the research conducted by the author is his use of ideas and norms, focusing on how these elements can effectively explain the effects generated by technological improvements in map-making, profoundly impacting upon the conduction of politics. Indeed, as shown by the book, these shifts were far from straightforward and instantaneous. As a matter of fact, the whole process was one of staggering complexity. An intricateness seldom envisaged and covered by International Relations researches about the coming into being of the modern state. I top this discussion off with one argument of the author about how even the conduct of wars changed: the political goals of territorial expansion, or defense, for that matter, were deeply modified so as to fit the new way of viewing the space, now linearly defined, as opposed to a conglomerate of jurisdictions, *en vogue* up until the change and dissemination of new cartography technology.

The book struggles to answer one stupefying question: “why is today’s world map filled with territorial states separated by linear boundaries?” (Branch, 2014:1). Accomplishing, though, the task with flying colors, the author really makes one think about the incommensurable contribution of cartography in the shaping of International Relations as they are known today.

As for the research method, the author utilized the systematic study of the changes in ideational frameworks, so as to thoroughly document shifts, both in map-making technology and ideational, and try and trace a causal relationship back to the observable implications of these events in the form of shifts in politics making. In order to do this Branch worked extensively with narrative analysis and process-tracing.

As a whole, the book is comprised of eight chapters. In the last of them the author discusses the “cartographic” state nowadays. All in all, it is an excellent read,

specially for those who are researching subjects such as sovereignty or even the evolution of treaty-making in retrospect and over the centuries. In addition, the book might also prove useful for those who are researching the dynamics of border formation *via* ideational lenses, in a wider context —a discussion that remains opaque in the discipline of International Relations.

*Resenha recebida dia 21 de abril de 2014.  
Aprovado em 30 de abril de 2014.*

## NORMAS DE SUBMISSÃO / Submission Standards

### Diretrizes para Autores

1. A revista **CONJUNTURA AUSTRAL** publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em **três seções: Conjuntura; Pesquisa e Leitura** (resenhas)
3. Os artigos de análise de conjuntura devem conter entre 8 mil e 12 mil caracteres (incluindo espaços) e os artigos de pesquisa devem conter cerca de 25 mil caracteres, as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 3 mil caracteres (espaços inclusive);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
8. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
9. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
10. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês; Título em inglês; Resumo em português e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
11. Todas as submissões devem ser feitas através do site da revista : [www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral](http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral).

### Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando necessário.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista, no site [www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral](http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral).
6. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

### Author Guidelines

1. The journal **CONJUNTURA AUSTRAL** publishes articles and book reviews;
2. The journal is divided in **three sections: Conjuncture (Conjuntura), Research (Pesquisa) and Review (Leitura)**;
3. The conjuncture analysis articles must contain a minimum of 8 thousand and a maximum of 12 thousand characters (spaces included) and the research articles must contain around 25 thousand characters; the book reviews must contain around 3 thousand characters (spaces included);
4. The footnotes should be strictly of a substantive and complementary nature;
5. The bibliography must follow the rules of the Chicago system (Author, date), specifying the used literature at the end of the text;
6. Contributions must be original and can be submitted in Portuguese, English or Spanish;
7. Contributions must contain the full name of the author, their titles and institutional affiliation;
8. Publications of undergraduate students are accepted, as long as in partnership with an advisor professor, which will appear as the main author of the work;
9. Book reviews must contain the complete data and the ISBN of the analyzed work;
10. Contributions must be accompanied of: 3 key-words in Portuguese and 3 key-words in English; Title in English; Abstract in Portuguese, Abstract in English, both with up to 50 words.
11. All the submissions should be made through the website: [www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral](http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral).

### Submission Preparation Checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. Contributions must be original, and shall not have been submitted for publication in another journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor".
2. Submitted files must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as their size is up to 2MB) format.
3. URLs must be informed in the references when necessary.
4. The text must be single-spaced; Times New Roman typeface 12 pt must be used for the body of the text; italic is to be used instead of underline (except in URL addresses); Figures and Tables must be embedded in the text.
5. The text must follow *patterns of style* and *bibliographical* requirements described in Authors Guidelines Author Guidelines, in the section "About the Journal", on the website: [www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral](http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral).

The identification of authorship of the work must be removed from the file and the Properties option in Word, thus ensuring the confidentiality criteria of the journal, if it is to be subjected to peer review (i.e. articles), accordingly with available instructions in "Ensuring Blind Peer Review".



## **INDEXADORES**

Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais (Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services):

- Latindex
- Google Scholar
- Portal de Periódicos UFRGS
- Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)